



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de educação

ANGÉLICA KIMIE INADA

**QUANDO A UNICAMP FALOU SOBRE COTAS
TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA DO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA E
FRENTE PRÓ-COTAS DA UNICAMP**

**CAMPINAS
2018**

ANGÉLICA KIMIE INADA

QUANDO A UNICAMP FALOU SOBRE COTAS
TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA DO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA E
FRENTE PRÓ-COTAS DA UNICAMP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Educação.

Orientador: PROF. DR. ANTONIO CARLOS DIAS JÚNIOR

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DE DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA ANGÉLICA KIMIE INADA, E ORIENTADA PELO PROF. DR. ANTONIO CARLOS DIAS JÚNIOR

CAMPINAS
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FUNCAMP, 23368-15

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

In18q Inada, Angélica Kimie, 1986-
Quando a Unicamp falou sobre cotas : trajetória de militância do núcleo de consciência negra e da frente pró-cotas da Unicamp / Angélica Kimie Inada. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Antonio Carlos Dias Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Cotas raciais. 2. Democratização. 3. Políticas públicas de ação afirmativa. I. Dias Júnior, Antonio Carlos, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: When Unicamp talked about quotas : trajectory of militancy of the core of black conscience and of the pro-quotas front of Unicamp

Palavras-chave em inglês:

Racial quotas

Democratization

Affirmative action public policies

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Antonio Carlos Dias Júnior [Orientador]

Mario Augusto Medeiros da Silva

Ângela Fátima Soligo

Data de defesa: 28-09-2018

Programa de Pós-Graduação: Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**QUANDO A UNICAMP FALOU SOBRE COTAS
TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA DO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA E
FRENTE PRÓ-COTAS DA UNICAMP**

Autor: ANGÉLICA KIMIE INADA

COMISSÃO JULGADORA:

Antonio Carlos Dias Júnior

Ângela de Fátima Soligo

Mario Augusto Medeiros da Silva

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2018

Para Luiz Inácio Lula da Silva

PÉ-DE-PATO

Bruno matou a mãe

matou o pai

os irmãos

os avós

os vizinhos;

Matou todo mundo de saudade

quando foi pra faculdade.

Sergio Vaz em "Colecionador de pedras"

Hac in hora

Sine mora

Corde pulsum tangite;

Quod per sortem

Sternit fortem,

Mecum omnes plangite!

Goliardos, Carmina Burana “O fortuna”

AGRADECIMENTOS

Ao Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e Extensão (FAEPEX) da Unicamp, pela bolsa de estudos.

Ao Núcleo de Consciência Negra e a Frente-Pró-Cotas da Unicamp, pela coragem de assumir a responsabilidade de protagonizar essa história, pela confiança que me permitiu escrever um pedacinho dela e pela amizade e disponibilidade ofertada.

A todos os meus professores da educação básica e pública, especialmente ao Joel Filho, agradeço por não desistirem de ensinar, embora submetidos às infindáveis violências empreendidas pelo Estado.

A todos os meus alunos por darem sentido aos meus estudos, por mostrarem a minha responsabilidade, me ensinarem a ser humilde e por me fazerem querer lutar por uma universidade pública, de qualidade e acessível.

À Unicamp e todos os movimentos sociais e políticos que lutaram pela democratização da universidade.

Ao meu orientador, Antonio Carlos Dias Júnior, pela paciência e humanidade. Agradeço por me permitir ser honesta, por me fazer perceber minha arrogância com muita sutileza, por me permitir ser humilde, sem me achar tola.

A Deus, sobretudo, pela onipotência do amor com que me abençoa, agradeço a todas às pessoas que me ensinaram, que ainda me ensinam sobre o amor.

Aos meus pais pela vida, à minha família por me fazer confiar em Deus, aceitando a Sua ininteligibilidade, por me obrigar a ouvir música e também apreciar o silêncio. À Raquel por um amor tão incomensurável e onipresente que consegue ser a sobrevida em momentos difíceis.

À Rosana, uma das mulheres mais inteligente que conheci, por ousar me conhecer em cada caco estilhaçado de uma eterna queda que há de ser a vida, provando-me a incondicionalidade do amor. Ao João, Khaledão, Ronaldo e Rodrigo pelo carinho e cuidado de suas amizades; à Jussara por nossa conexão extramundana que muitas vezes dispensa a necessidade da palavra.

Ao grupo de amigos do IEL, nomeado “Sem Limites”, por me acolher e, muitas vezes, fazer do mundo um lugar mais alegre. À Marisa por tentar me entender; à Mayris por me escolher como irmã, à Mirela por compartilhar da sua metafísica, à Marina, Mirian Lúcia, Maiara, Galzim, Camilinha e tantas outras mulheres que, ao se tornarem minhas cúmplices, me ensinam sobre essa irmandade de se saber protegida e amparada, em um mundo que ainda tem tanto medo da força que tem aquelas que parem suas vidas.

RESUMO

Durante a primeira década dos anos 2000, a expansão do ensino superior somado à implantação de políticas de ações afirmativas possibilitaram a democratização inaudita das universidades brasileiras. Todavia, embora pesquisas sobre a política de inclusão implantada em outros países com histórico similar de segregação racial e social e análises oriundas da experiência brasileira com ações afirmativas apontem as cotas étnico-raciais como o meio mais efetivo de inclusão, a Unicamp manteve-se contrária às cotas, defendendo por treze anos o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social – PAAIS. Deste modo, depois de expor os limites do PAAIS, o presente trabalho busca contar a história de militância do NCN – Núcleo de Consciência Negra e da FPC – Frente Pró-Cotas, que culminou na aprovação das cotas étnico-raciais na Unicamp em 30 de maio de 2017.

PALAVRAS-CHAVE: Cotas; Unicamp; Democratização; Núcleo de Consciência Negra; Frente Pró-Cotas.

ABSTRACT

In the first decade of the 2000s, the expansion of higher education coupled with the implementation of affirmative action policies enabled the unprecedented democratization of Brazilian universities. However, although research on the policy of inclusion implemented in other countries with a similar history of racial and social segregation and analyzes from the Brazilian experience with affirmative action's point to ethnic-racial quotas as the most effective means of inclusion, Unicamp has maintained an anti-quotas position, defending for thirteen years the Program of Affirmative Action and Social Inclusion - PAAIS. Thus, after exposing the limits of the PAAIS, the present work seeks to tell the story of militancy of the NCN - Núcleo de Consciência Negra (Black Consciousness Center) and the FPC - Frente Pró-Cotas (Pro-Quotas Front), which culminated in the approval of ethnic-racial quotas at Unicamp on 30 May 2017.

KEYWORDS: Quotas; Unicamp; Democratization; Black Consciousness Center; Pro-Quotas Front.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Modificações da bonificação do PAAIS (2005-2016)

Gráfico 1. Alunos matriculados na Unicamp, segundo renda mensal familiar (1994-1997).

Dados da pesquisa utilizada para a criação do PAAIS

Gráfico 2. Porcentagem total de alunos matriculados, segundo cor ou raça autodeclarada (2003-2017)

Gráfico 3. Comparação de renda familiar entre total de matriculados, optantes pelo PAAIS e contemplados com a isenção

Gráfico 4. Comparação entre alunos que concluíram o ensino médio na rede pública e particular, porcentagem relativa ao total de matrículas (2003-2017)

Gráfico 5. Militantes do NCN e FPC moradores da Moradia da Unicamp

Gráfico 6. Renda Familiar Núcleo De Consciência Negra

Gráfico 7. Renda Familiar Frente Pró-Cotas

Gráfico 8. Comparação de renda familiar entre total de matriculados da Unicamp, NCN e FPC

Gráfico 9. Área de estudos dos grupos

Gráfico 10. Tipo de escola cursada no Ensino Fundamental e Médio - NCN/FPC

Gráfico 11. Escolaridade dos avôs em porcentagem

Gráfico 12. Escolaridade do pai

Gráfico 13. Escolaridade da mãe

Gráfico 14. Tipo de Curso Pré-Vestibular

Gráfico 15. Docentes da Unicamp, segundo auto declaração da cor

Gráfico 16. Cor autodeclarada pelos matriculados - 2003 a 2017

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSU – Conselho Universitário da Unicamp

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

FicAfro – Fórum de Integração Afro-Brasileiro

FPC – Frente Pró-Cotas

GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinar de Ações Afirmativas

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

MPL – Movimento Passe Livre

MEC – Ministério da Educação

NCN – Núcleo de Consciência Negra

PAAIS – Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social

PIMESP - Programa de Formação Interdisciplinar Superior

PL – Projeto de Lei

ProFis – Programa de Formação Interdisciplinar Superior

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 2.1 – Preparo do primeiro Post Bomber. Publicado em 17 de novembro de 2014.

IMAGEM 2.2 – Foto: Juarez Tadeu de Paula Xavier. Pichações com frases racistas escritas em um dos banheiros masculinos da Unesp de Bauru.

IMAGEM 2.3 – 5 de fevereiro 2015. Moção de repúdio à expulsão dos 17 estudantes da UNESP de Araraquara.

IMAGEM 2.4 – Pichações racistas abril de 2016. <http://www.esquerdadiario.com.br/Mais-pichacoes-racistas-na-Unicamp>.

IMAGEM 2.5 – Março de 2016, IFCH símbolo da Ku Klux Klan (Foto: Bruno Ribeiro).

IMAGEM 2.6 - Protesto visual contra as pichações racistas do IFCH.

IMAGEM 2.7– Militantes do NCN pousam em frente do painel, pôster bomber, homenagem à grandes personalidades negras. Abril de 2016.

IMAGEM 2.8 – Funcionários retiram o “pôster bomber” realizado em frente da reitoria. 14 de setembro 2016.

IMAGEM 2.9 – Publicado em 14 de setembro de 2016. Poster Bomber. Instituto de geociência.

IMAGEM 2.10- Roda de Conversa sobre cotas nas engenharias.

IMAGEM 2.11 – Assembleia alunos mecatrônica.

IMAGEM 2.12 – Votação dos alunos da Faculdade de Engenharia de Alimentos.

IMAGEM 2.13 – Votação Instituto de Química.

IMAGEM 2.14 – Congregação da FE aprova cotas no processo seletivo da Pós-graduação.

IMAGEM 2.15 – cartaz de divulgação dos eventos realizados durante a greve. 31 maio 2016.

IMAGEM 2.16 – Ato no IMECC.

IMAGEM 2.17 – Ato unificado da Unicamp, junho 2016.

IMAGEM 2.18 – Ato unificado da Unicamp, junho 2016.

IMAGEM 2.19 - 25 de junho reunião de negociação reitoria e NCN/FPC.

IMAGEM 2.20 - Divulgação de transporte saindo de São Paulo.

IMAGEM 2.21 - Mesa diretora da I Audiência.

IMAGEM 2.22 - I Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.23 - I Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.24 - Divulgação de transporte saindo do centro de Campinas.

IMAGEM 2.25 - Intervenção Frei David (Educafro).

IMAGEM 2.26 - Cadeiras reservadas para os integrantes do CONSU.

IMAGEM 2.27 - Segunda Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.28 - Terceira Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.29 - Campanha “A Unicamp precisa falar sobre cotas.

Campanha “A Unicamp precisa falar sobre cotas”.

IMAGEM 2.30 – NCN, Lázaro Ramos e Taís Araújo em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.31 – Leci Brandão em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.32 – Bruno Ribeiro e Mc Carol em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.33 - Boaventura de Sousa Santos em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.34 – Adriana Calcanhoto em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.35 – Gregório Duvivier em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.36 – Dilma Rousseff em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.37 - Boaventura de Sousa Santos em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.38 – Festival Pró-Cotas. Encontro de gerações da militância negra da Unicamp.

IMAGEM 2.39 – Mesa de debate.

IMAGEM 2.40 – Mesa de debate.

IMAGEM 2.41 – Apresentação musical.

IMAGEM 2.42 – Cartaz de divulgação.

IMAGEM 2.43 - Sala do CONSU, reitoria Unicamp.

IMAGEM 2.44 – Alunos acompanham a votação do CONSU em frente do local de reunião, transmitida ao vivo pela tv Unicamp.

IMAGEM 2.45 – Estudantes militantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.46– Diante de encaminhamentos pouco favoráveis, estudantes refletem a situação.

IMAGEM 2.47– Estudantes aguardam os tramites da votação acompanhando os argumentos favoráveis e contrários às cotas.

IMAGEM 2.48– Concentração de alunos nas proximidades da reitoria esperando o início do CONSU.

IMAGEM 2.49– Militantes da Educafro chegando na reitoria da Unicamp.

IMAGEM 2.50 – Estudantes militantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.51 – Público retorna do almoço para a reitoria.

IMAGEM 2.52– Público a favor das cotas preocupado em um dos momentos em que a discussão do CONSU defendia o cancelamento da votação de cotas.

IMAGEM 2.53 – Militantes do NCN e FPC tentam fazer coro para protestar sobre posicionamento de alguns conselheiros contrários às cotas.

IMAGEM 2.54 – Manifestantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.55 – Público comemora as intervenções dos militantes do NCN e FPC que ocupavam 3 cadeiras de conselheiros, destinados à representação discente.

IMAGEM 2.56 – Várias gerações do NCN e FPC reunidos com alguns militantes apoiadores em comemoração à aprovação das cotas.

IMAGEM 2.57 – Várias gerações de militantes do NCN comemoram.

IMAGEM 2.58 – Corredor para os conselheiros saírem do prédio.

IMAGEM 2.59 – Militante do NCN comemoram a aprovação.

IMAGEM 2.60 – Militantes da FPC comemoram.

IMAGEM 2.61 – A FPC e o NCN comemoram a aprovação.

IMAGEM 2.1 – Preparo do primeiro Post Bomber. Publicado em 17 de novembro de 2014.

IMAGEM 2.2 – Foto: Juarez Tadeu de Paula Xavier. Pichações com frases racistas escritas em um dos banheiros masculinos da Unesp de Bauru.

IMAGEM 2.3 – 5 de fevereiro 2015. Moção de repúdio à expulsão dos 17 estudantes da UNESP de Araraquara.

IMAGEM 2.4 – Pichações racistas abril de 2016. <http://www.esquerdadiario.com.br/Mais-pichacoes-racistas-na-Unicamp>.

IMAGEM 2.5 – Março de 2016, IFCH símbolo da Ku Klux Klan (Foto: Bruno Ribeiro).

IMAGEM 2.6 – Protesto visual contra as pichações racistas do IFCH.

IMAGEM 2.7 – Militantes do NCN pousam em frente do painel, pôster bomber, homenagem à grandes personalidades negras. Abril de 2016.

IMAGEM 2.8 – Funcionários retiram o “pôster bomber” realizado em frente da reitoria. 14 de setembro 2016.

IMAGEM 2.9 – Publicado em 14 de setembro de 2016. Poster Bomber. Instituto de Geociência.

IMAGEM 2.10 – Roda de Conversa sobre cotas nas engenharias.

IMAGEM 2.11 – Assembleia alunos mecatrônica.

IMAGEM 2.12 – Votação dos alunos da Faculdade de Engenharia de Alimentos.

IMAGEM 2.13 – Votação Instituto de Química.

IMAGEM 2.14 – Congregação da FE aprova cotas no processo seletivo da Pós-graduação.

IMAGEM 2.15 – Cartaz de divulgação dos eventos realizados durante a greve. 31 maio 2016.

IMAGEM 2.16 – Ato no IMECC.

IMAGEM 2.17 – Ato unificado da Unicamp, junho 2016.

IMAGEM 2.18 – Ato unificado da Unicamp, junho 2016.

IMAGEM 2.19 – 25 de junho reunião de negociação reitoria e NCN/FPC.

IMAGEM 2.20 - Divulgação de transporte saindo de São Paulo.

IMAGEM 2.21 - Mesa diretora da I Audiência.

IMAGEM 2.22 - I Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.23 - I Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.24 - Divulgação de transporte saindo do centro de Campinas.

IMAGEM 2.25 - Intervenção Frei David (Educafro).

IMAGEM 2.26 - Cadeiras reservadas para os integrantes do CONSU.

IMAGEM 2.27 - Segunda Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.28 - Terceira Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.29 - Campanha “A Unicamp precisa falar sobre cotas”.

IMAGEM 2.30 – NCN, Lázaro Ramos e Taís Araújo em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.31 – Leci Brandão em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.32 – Bruno Ribeiro e Mc Carol em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.33 - Em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.34 – Adriana Calcanhoto em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.35 – Gregório Duvivier em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.36 – Dilma Rousseff em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.37 - Boaventura de Sousa Santos em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.38 – Festival Pró-Cotas. Encontro de gerações da militância negra da Unicamp.

IMAGEM 2.39 – Mesa de debate.

IMAGEM 2.40 – Mesa de debate.

IMAGEM 2.41 – Apresentação musical.

IMAGEM 2.42 – Cartaz de divulgação.

IMAGEM 2.43 - Sala do CONSU, reitoria Unicamp.

IMAGEM 2.44 – Alunos acompanham a votação do CONSU em frente do local de reunião, transmitida ao vivo pela tv Unicamp.

IMAGEM 2.45 – Estudantes militantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.46– Diante de encaminhamentos pouco favoráveis, estudantes refletem a situação.

IMAGEM 2.47– Estudantes aguardam os tramites da votação acompanhando os argumentos favoráveis e contrários às cotas.

IMAGEM 2.48– Concentração de alunos nas proximidades da reitoria esperando o início do CONSU.

IMAGEM 2.49– Militantes da Educafro chegando na reitoria da Unicamp.

IMAGEM 2.50 – Estudantes militantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.51 – público retorna do almoço para a reitoria.

IMAGEM 2.52– público a favor das cotas preocupado em um dos momentos em que a discussão do CONSU defendia o cancelamento da votação de cotas.

IMAGEM 2.53 – Militantes do NCN e FPC tentam fazer coro para protestar sobre posicionamento de alguns conselheiros contrários às cotas.

IMAGEM 2.54 – Manifestantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.55 – Público comemora as intervenções dos militantes do NCN e FPC que ocupavam 3 cadeiras de conselheiros, destinados à representação discente.

IMAGEM 2.56 – Várias gerações do NCN e FPC reunidos com alguns militantes apoiadores em comemoração à aprovação das cotas.

IMAGEM 2.57 – várias gerações de militantes do NCN comemoram.

IMAGEM 2.58 – corredor para os conselheiros saírem do prédio.

IMAGEM 2.59 –Militante do NCN comemoram a aprovação.

IMAGEM 2.60 – Militantes da FPC comemoram.

IMAGEM 2.61– A FFPC e o NCN comemoram a aprovação.

ANEXO - Antigos e atuais integrantes dos coletivos Frente Pró-Cotas da Unicamp e Núcleo de Consciência Negra da Unicamp.

SUMÁRIO

Prefácio: Um memorial	18
Introdução	27
Capítulo 1 – A Unicamp não quer falar sobre cotas	
1.1 - Ação afirmativa: o quê, como e porquê	35
1.2 - O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp	45
Capítulo 2 – NCN e FPC	
2.1 - Primeiros anos de militância pró-cotas da Unicamp	59
2.2 - Quem são os militantes?	66
2.3 - Herdeiros da militância	73
GALERIA DE IMAGENS 1	79
Capítulo 3 – Conquistas	
3.1 - De um país racista, uma universidade racista	91
3.2 – Cotas na Pós-graduação do IFCH	96
3.3 - GREVE de 2016 e o reconhecimento da comunidade acadêmica	100
GALERIA DE IMAGENS 2	110
Considerações finais	124
Bibliografia	128
Anexo	138

Prefácio: Um memorial

Começo com o que, depois de muito ponderar, conclui ser o fato mais memorável do tempo em que esse trabalho foi escrito: o golpe. Daqui escrevo, no mês de janeiro de 2018, quando maculei de vez a minha inocência: nem a versão mais pessimista de mim imaginaria a possibilidade de viver um tempo de tanto ódio.

Nunca imaginei que viveria uma ditadura, nunca imaginei que Chico Buarque fosse novamente questionado pelo seu posicionamento político, quase quarenta anos depois do lançamento de “cálice”, depois de estar nos livros de história e desde então ter impressionado as gerações vindouras; que frentes da extrema direita ditassem o que é arte, impedindo exposições em museus, que a opinião de um sujeito como o Alexandre Frota fosse relevante para o Ministério da Educação. Nem a versão mais desiludida de mim acreditaria que o mesmo, ex-ator pornô que declarou em rede nacional ter estuprado uma mãe de santo¹, fosse eleito deputado federal por São Paulo.

Que houvesse a possibilidade de cancelamento da palestra da filósofa Judith Butler, que a mesma fosse perseguida no aeroporto sob protestos e que, ainda, o constrangimento da parte brasileira consciente não fosse maior porque a filósofa tem o Trump como presidente. Nunca imaginei que veria o presidente mais popular, a maior personalidade da história do Brasil, ser condenado por um apartamento dos mais chinfrins, mediante um juridiquês falacioso e vagabundo e uma população que apesar de ter aprendido a falar mal da Globo, ainda quando conveniente, se deixa enganar.

Nessas horas, sonhadores de um mundo melhor esmorecem, as panelas são empilhadas, ninguém percebeu que as igrejas estão cheias, ficamos todos calados. Por vezes alguns lapsos de resistência já são suficientes para um suspiro e, assim, iniciamos o ano de 2018 presenteados pela Paraíso do Tuiuti, a escola de samba carioca que desvelou o modo brasileiro de lidar com as mazelas de uma eterna escravidão, o golpe que vivenciamos. Aprendemos com os negros que a resistência acontece quando ainda podemos sorrir, dançar e amar.

A Tuiuti fez história, porque apesar de todos nós seguirmos sambando, resistência diz respeito a quem de fato se prejudica e que, por agora, não pode ser quaisquer dos feudos universitários que criamos, com carinho, sob a égide e proteção do que se convencionou chamar

¹ Ver: <https://www.revistaforum.com.br/em-rede-nacional-frota-confessa-estupro-e-povo-aplaude/> acesso em 12 de novembro de 2018.

de conhecimento.

Há dois anos, enquanto eu aprendia quem era Dilma Rousseff e me lamentava por tê-la conhecido somente no contexto de golpe, escolhia ir a São Paulo defendê-la. Nessa ocasião, conheci os blindados israelenses comprados pelo governador Geraldo Alckmin em 2015, descobri os efeitos de gás lacrimogêneo, surpreendi-me com a energia e disposição de secundaristas militantes. Também entendi que se para mim, que saí da casa dos meus pais há mais de dez anos, era difícil dialogar sobre política com a família, os estudantes secundaristas desse tempo digladiavam diariamente sob o mesmo teto, o ápice de uma colisão temporal que por ser sobre política, é sobre valores.

Por estar entre amigos que conhecem sobre a ditadura militar, comparações foram constantes desde antes do *impeachment*. Numa dessas, conclui que gosto de ter a idade que tenho no ano de 2018. Gosto de ter presenciado mudanças e de poder tentar ser uma. Gosto de poder saber o lado em que estou mesmo sabendo ser o lado que historicamente, nesses momentos, foi o prejudicado. Gosto de ter escolhido a pesquisa que fiz, para o mestrado. Lembro que refleti junto de uma amiga que, se fosse adulta em 64, não teria consciência do golpe, porque estaria na parcela da população analfabeta que gasta a maior parte do tempo preocupada em comer.

Embora ciente de que poder defender um mestrado em uma universidade como a Unicamp, para mim, só foi possível porque um trabalhador chegou à presidência, somente consegui reconhecer a importância do Lula quando a perseguição empreendida pelo golpe, “complô com o Supremo e tudo” culminou em sua prisão no dia 7 de abril de 2018.

Paradoxalmente poderia agradecer a esse conchavo que ao tornar o presidente mais popular da nossa história em preso político me propiciaram ver o Lula ser carregado pelo povo brasileiro, incitaram-me a conhecer a sua história e a descobrir que eu também faço parte dela. Contudo, pouco mais de um mês para o natal de 2018, tenho certeza de que não tenho nada a agradecer e eu só tenho rezado para que realmente exista inferno. Nem todo o dinheiro do mundo evita a morte, talvez o paradoxo seja existir justiça lá no inferno.

A minha primeira decepção com o mundo não foi nenhum dos problemas vivenciados por ter nascido em um bairro extremamente pobre nos anos 90. Nada disso era, de fato, problema de uma menina que não sabia escrever, porque ela não podia fazer nada. A escola, porém, surgiu como uma esperança: era uma possibilidade de mudança que “dependia unicamente dos meus esforços”. Acho que desde cedo compreendi que eu não podia mudar meus pais, meus irmãos, não podia acabar com as drogas, o tráfico, o descaso em que vivíamos, mas me diziam que eu poderia ser o que eu quisesse, desde que estudasse.

Fui a melhor aluna de uma escola de ensino fundamental, na periferia de Sorocaba. No meu boletim contabilizei dezoito “A” e cinco “B”, na sétima série fui escolhida pela gestão da escola para ser a presidenta do grêmio estudantil e até a oitava série eu estava em todas as frentes e organizações de eventos da escola. Mas aí, eu prestei o Vestibulinho para ingressar no técnico e ensino médio público de melhor qualidade, as Etec’s, e percebi que havia aprendido um décimo do que o mundo me exigia. Não passei e me senti idiota e enganada pela escola quando percebi que o máximo dela não era o mínimo do mínimo.

Fui, no ensino médio de uma escola pública e central de Sorocaba, mais uma adolescente revoltada e esquisita. Levava vinho barato, na época custava R\$1,50, na garrafa de “tampico”, um suco de laranja engarrafado, aprendi a fumar e a matar aula, mesmo assim continuei a melhor aluna da escola. Quando conclui o ensino médio, em 2004, ganhei um vestibular na Unesp dos meus professores e não pude fazer a prova porque não tive dinheiro para ir até a cidade da prova de aptidão. A vida definitivamente não era Carrossel, sessão da tarde ou malhação e eu com dezoito anos conclui que não tinha nada a perder.

Eu fui para o Japão sozinha com dezoito anos, cinquenta reais, uma dívida de dois mil dólares e muito miojo na mala. Antes de ingressar na Unicamp eu trabalhei como operária em linha de produção no Japão, durante quase três anos. Embora as dores musculares que se tornaram crônicas e muitas varizes, ficar 14 horas em pé, repetindo o mesmo movimento defronte de um maquinário, seis dias por semana, em um país em que você não sabe o básico da língua e é completamente analfabeta, me fez acreditar que eu poderia fazer qualquer coisa, porque eu poderia trabalhar tanto quanto fosse necessário.

Vivi de 2004 a 2007 no Japão. Quando percebi que a única coisa que poderia valer o esforço de ser robô era estudar, voltei ao Brasil para o vestibular. Antes disso, em 2006, ainda no Japão, uma amiga conterrânea me escreveu, via Orkut, contando sobre o seu ingresso na Unicamp. Foi então que eu descobri que poderia ser possível estudar, ter um lugar para morar, poder ganhar uma bolsa trabalhando na universidade para me manter e continuar a ajudar meus pais a pagar as contas que, de praxe, acumulavam. Parecia um sonho poder estudar e eu nem tinha ideia das proporções de uma universidade como a Unicamp.

Retornei ao Brasil em 2007. O dinheiro que eu juntei me manteve até o final de 2008, ano que fiz cursinho comunitário e me dediquei inteiramente aos estudos. Passei na primeira chamada em filosofia da Unesp, Ufscar, USP e Unicamp. Eu não tive dúvidas que eu queria filosofia.

Eu segui meu curso com notas acima da média, aprendendo latim, alemão, cochilando em cima de livros. Aqui eu aprendi a estudar, a nadar, a dançar tango. Ao mesmo

tempo que tentava aproveitar todas as oportunidades ofertadas pela Unicamp, havia uma sensação latente de não pertencimento, de que estava no meu “não lugar”.

Nunca consegui encontrar um objeto que me interessasse para a iniciação científica, uma das poucas coisas que não fiz como graduanda. Anos depois refleti que por mais que eu gostasse do curso, por mais desafiador e instigante fosse analisar textos de Aristóteles, tentar ler Hegel em alemão, os temas de pesquisa como se apresentam na filosofia nunca fariam parte da minha legião de demônios weberianos.

No meu terceiro ano cursando filosofia, em 2011, participei do projeto RONDON, projeto do ministério da Defesa que leva equipes de universitários voluntários a lugares considerados carentes para a realização de atividades artísticas, culturais e educacionais.

Trabalhamos durante quinze dias na cidade de Porto Grande, interior do Amapá, acampados em uma escola municipal, local em que também realizamos a maioria das atividades. Enquanto presenciávamos as corrupções mais descaradas e conhecíamos lugares completamente desassistidos, tínhamos a escola e as oficinas cheias de pessoas de diversas idades, ávidas por discutir, conhecer, compartilhar conhecimento e ofertar carinho.

No meu último dia na cidade, me tranquei na sala de vídeo da escola onde rebentei a chorar. Iríamos embora na manhã seguinte, o molestador de crianças inspetor da escola primária, em que ficamos acampados, como irmão da diretora iria continuar a trabalhar na escola, os políticos iriam continuar a desviar a verba federal da cultura, saúde, da educação, as meninas continuariam a ser abusadas pelo pai, tio, vizinho e a encenar a lenda do boto cor de rosa. O melhor camarão da região continuaria a ser comido pelos europeus, enquanto os amapaenses continuariam a comer frango durante cinco dias da semana, porque a granja é de um político influente.

Continuaria igual não porque os amapaenses são acomodados e burros, mas porque não há nenhuma possibilidade de questionar. Éramos uma equipe de estudantes de maioria branca e rica do Estado de SP, um professor Doutor, acompanhados por um sargento em um programa do Ministério da Defesa, e fomos, na segunda semana de trabalho, ameaçados de morte. Na ocasião, um secretário do prefeito havia recomendado, diante da *periculosidade* em que os políticos resolviam as questões na região, a cancelar uma mesa de debate sobre cultura, organizado por um dos rondonistas, estudante de música da Unicamp, e que consistiria em uma conversa entre os vários grupos artísticos culturais e o secretário da cultura.

Como até o sargento, que nos acompanhava vinte quatro horas por dia, nos aconselhou a desistir da mesa, o grupo acatou a censura e cancelou a atividade, parte da programação de um festival organizado pela nossa equipe. Depois disso, não fui ao festival,

não fui jantar na casa do secretário que nos ameaçou e não fui na cerimônia de encerramento do Batalhão da Infantaria da Selva em Macapá, ouvir os militares dizerem aos quatrocentos universitários, das várias equipes espalhadas no Estado, ali reunidos, que eles estavam levando a luz do conhecimento. Eu não queria mais fazer parte daquilo, decidi que não tinha vocação para cientificismo jesuíta.

Porto Grande continuaria a ser comandada por uma máfia descarada de políticos e eu voltei para Campinas ainda mais triste e desesperançada. Contudo, depois de esgotada a pretensão juvenil, de revolução, talvez nos caiba aprender a humildade de reconhecer que não poder mudar o mundo, não pode ser desculpa para não se fazer o mínimo, que muitas vezes significa não apenas refletir sobre privilégios, mas estar disposto a perdê-los.

Uma das atividades que ministrei, com alguns de meus colegas rondonistas, foi sobre acesso e permanência na universidade pública. Durante a oficina de dois dias, e repetida por mais dois dias por causa da procura, tentamos desmistificar a universidade e mostrar os incentivos de acesso e permanência.

A experiência do Amapá contribuiu para que anos depois eu descobrisse o espaço que me cabia do “não lugar” da elite intelectual. Eu descobri ali que não conseguiria me dedicar a estudos filosóficos preocupados com uma teoria que não me pertencia. Ministrei essa mesma palestra diversas vezes em escolas públicas, coletivos, cursinhos populares, em eventos da Unicamp, até 2015, quando prestei o processo seletivo do mestrado e, novamente, me isolei na bolha Unicamp-Geraldense.

Quando conclui a graduação, eu sabia que eu não seria uma filósofa especialista na pinta da orelha direita de Heidegger, com vasta produção de “paper”, não iria ser uma professora universitária, nem uma acadêmica razoável. Eu nunca me importei com isso. Porém, como estudar e aprender ainda era o que para mim fazia a vida ter sentido, a universidade pública ainda era o meu *habitat*.

Em julho de 2014, quando eu tentava encontrar um objeto de estudo para o projeto de mestrado, fazia um esforço para responder à questão, por mim mesma posta, sobre o que poderia valer a pena meus estudos. Havia concluído a graduação de filosofia e, mesmo não tendo ainda dimensão das intempéries da escrita, sabia que meu objeto teria que fazer muito sentido diante da dedicação que a escrita devota.

Hoje, quase concluindo o mestrado, mesmo aliviada, percebo no cotidiano da escola, o quanto será cada vez mais difícil continuar estudando. Como gostaria de continuar pensando, às vezes penso em fazer o doutorado, mas então eu lembro que não fui e não sou uma boa acadêmica, porque minhas prioridades nunca foram as mesmas da universidade. Em

contrapartida, queria ter força para continuar estudando e mostrar que é necessário que a universidade também reveja suas prioridades.

Prestei o doutorado na Faculdade de Educação da USP em março de 2016 - ainda achava que pudesse defender o mestrado no prazo. Terminei a última etapa do processo seletivo, a entrevista, completamente desmotivada, convencida de que eu não era uma boa acadêmica e bastante tranquila, porque eu tinha certeza que não gostaria de sê-la.

Recordo-me de três perguntas feita pela banca de professores: porque havia escolhido a professora que escolhi para a orientação, se eu faria o doutorado sem bolsa e por que eu pensava no doutorado se não publiquei artigo.

Eu não sabia quem era a professora orientadora escolhida na minha inscrição, porque eu apenas selecionei um docente que melhor se encaixaria com o projeto, segundo o Lattes. Tinha o agravante que eu não conhecia a banca da entrevista - não sabia o que pesquisavam, se tinham publicado, se eram importantes na área. Eu não faria o doutorado sem bolsa, porque sendo pobre eu não conseguiria me dedicar suficientemente para o trabalho.

Completei dizendo que o meu projeto discutia e problematizava a construção de um conhecimento universitário cuja burocracia, como no restante da sociedade, beneficiava o intelectual da elite. Lembro-me de também dizer que se o trabalho educacional e voluntário que desenvolvi durante a graduação, o qual me motivou a pesquisa e até hoje me influencia academicamente, não ser importante consideração na seleção de um doutorado, porque não publiquei um artigo que seria lido por, com muita sorte, cinco pessoas, a pós-graduação da USP não era um lugar para eu estar.

Eu ainda me preocupo muito em continuar pensando, mas parece que a universidade não consegue olhar para outros espaços de educação pública, formal e informal, como eu. Percebi naquele mesmo mês em que iniciei o processo seletivo da USP que não tenho os mesmos valores quando recebi a seguinte mensagem, no Facebook.

Oi Angelica, talvez vc nem lembre de mim, mas quando eu estava saindo do terceiro ano, a escola em que eu estudava, levou os alunos para a unicamp, onde eu vi uma palestra sua sobre as possibilidades e auxílios oferecidos para alunos de baixa renda e que frequentaram escola pública. Na época nem almejava entrar numa faculdade, muito menos pública (na verdade, nem sabia diferenciá-las. Isso foi em 2013. Hoje volto pra te agradecer, por ter me ajudado a abrir minha visão, dando aquela força que foi o empurrão pra eu começar a correr atrás do que hoje, é um sonho realizado! Ano passado fiz o cursinho do gera-bixo (que conheci através de vc também), e consegui passar no curso que eu queria, na faculdade que eu queria! Vou fazer design gráfico, na unesp! Muito obrigado por tudo, espero que a vida te retribua a ajuda que me deu!! Abrss. Facebook. (Mensagem privada. 3/3/2016)

Quando eu retornei à escola, em 2017, com toda a determinação de quem quer resolver problemas psicanalíticos da infância, eu relembrei o porquê aprender era importante,

descobri que apesar de estudar por mim, eu gosto mesmo é de estudar para eles, meus alunos.

Enquanto ter passado dois anos na bolha geraldense dificultava a minha adaptação à sociedade, a crise ética do Brasil eclodida em 2016, tornava a vida um tanto surreal. Quem imaginaria que fora dos muros da universidade, dentro da escola, ensinar Paulo Freire, se posicionar contra um político que homenageia um torturador e é racista, defender a Dilma e o Lula em detrimento do golpe, pudesse ser errado?

Assim, depois de me deparar com discursos de ódio na sala de aula, ensinando sobre a moral e ética, trabalhei um artigo da Hannah Arendt sobre o Eichmann e a banalidade do mal, logo no começo do ano letivo de 2017. Entendi a resposta dos alunos como uma esperança. Os alunos não estavam discursando ódio, aos quinze anos de idade, porque acreditam nesse discurso ou porque são burros ou maldosos. Eles não são preguiçosos e não querem aprender, apenas não desejam o que não sabem o que é, não podem desejar comer um bolo que nunca experimentaram.

Sabia da redoma que circunda os feudos universitários, mas entendi o abismo que separa a universidade pública da sociedade. De manhã a caminho para a escola, do ônibus sujo e absurdamente caro de Campinas, com o sol ainda fresquinho, penso que o caminho que separa a realza campineira travestida de intelectualidade é bem nomeado, tapetão.

Para mim, o maior erro de algumas universidades públicas e elitistas como a Unicamp foi esse isolamento. Acredito que os benefícios de um maior diálogo com a sociedade são somente benéficos para a população, mas é necessária para a universidade. Não porque precisamos levar a luz do conhecimento, mas porque precisamos pensar nas nossas trevas.

Quinze anos separam a aluna da professora e, nesse intervalo, muitas coisas aconteceram. O mundo parecia querer se tornar um lugar menos injusto, os Estados Unidos tiveram o primeiro presidente negro, o Brasil a primeira presidenta, tivemos o início da democratização do ensino superior e nunca conversamos tanto sobre o feminismo, o racismo, a homofobia. Avançamos nos direitos sociais, estávamos aprendendo a nos reconhecer como as minorias. Contudo isso, a escola pública estadual, responsável pela formação de uma importante fase da vida para a construção crítica, protagoniza o colapso de gerações que transpassa seres humanos de onze anos a idosos de mais de sessenta. Desde que a frequento, *essa* escola prossegue sendo o lugar em que se finge ensinar e se finge aprender.

Se afirmasse isso em alguns cursos da Faculdade de Educação, possivelmente seria mal interpelada, como já fui. Preciso ter dados estatísticos, preciso citar artigos, preciso considerar todos os projetos e as reformas sancionadas, preciso esquecer que eu passei mais tempo dentro de uma escola pública do que em qualquer outro lugar e desconsiderar que aqueles

que me questionam, muitas vezes, nunca pisaram em uma.

De muitas formas dói. Dói saber que não é possível exercer a profissão que escolhi e isso ainda é anterior à retirada da disciplina como obrigatória, como previsto pela Base Nacional Curricular Comum, que provavelmente será aprovada.

Quem realmente se importou com a educação pública destinada a grande maioria da população? Para mim, o levante fascista no Brasil, principalmente no estado de São Paulo é consequência da negligência educacional empreendida por todos e a Universidade tem que assumir sua responsabilidade, por ser aquela que oficialmente detém e constrói o conhecimento

Conhecimento para quem? Onde estão os licenciados da Unicamp? Por que a grande maioria dos meus professores doutores das disciplinas de licenciatura não estão frequentando o sistema básico público? Por que formamos excelentes professores para as grandes redes particulares, para escolas alternativas, com dinheiro público? Por que uma grande parte dos meus colegas formados no ensino privado, licenciados pela Unicamp, nunca pisaram em uma escola pública?

Seria absurdo imaginar que o ensino da medicina de uma universidade pública como a Unicamp fosse feito em um hospital particular, preparando médicos para atuar para as classes médias e altas, uma parcela pagante? Seria no mínimo estranho imaginar um professor da medicina ensinar a fazer uma ponte de safena no coração, sem nunca antes ter feito uma? Mesmo se tivesse feito uma operação há muito tempo, qual a necessidade de se atualizar mediante a descoberta de novos equipamentos, novas tecnologias?

Desde o início da graduação, escuto colegas de humanas, das exatas, das biológicas, alunos de licenciatura da Unicamp, reclamarem da qualidade das aulas de licenciatura, tanto as ministradas em seus institutos, como as da Faculdade de Educação. Entretanto, nunca ouvi sobre alguém que afim de melhorar a qualidade das aulas fez alguma crítica ao professor ou departamento, porque também é comentado que quanto menor o trabalho que uma disciplina de licenciatura exigir, mais tempo se tem para estudar os assuntos elegidos como mais importantes.

Por fim, compreendo que ninguém deseja trabalhar no ensino estadual público, ainda mais no Estado de São Paulo, depois de se graduar em uma universidade de renome. É compreensível. Desde que eu ingressei como efetiva, eu me sinto constantemente humilhada. Embora muita gente pense saber o que é a escola pública, quem não a frequenta, não sabe da sua complexidade e nem das suas minúcias. Mas quem realmente acredita, como eu, que a educação é a grande chave para um mundo melhor, deveria concordar que a reforma da escola não pode estar desvinculada da reforma da universidade.

Retornar à escola pública com o país golpeado, depois dos tempos áureos do Brasil, me fez perceber que a universidade concretizou um sonho, o de poder pensar. Apesar da escola pública ter protagonizado em minha vida grandes decepções, enquanto a universidade figurava como a melhor surpresa, meus alunos me fizeram acreditar que estava no lugar certo, no momento certo. Pelo menos, até recentemente, até o resultado das eleições de 2018, quando percebi definitivamente que não consigo mais.

Introdução

Em 2014, quando esboçava um projeto de mestrado para submeter ao processo seletivo da Faculdade de Educação da Unicamp, domava a duras penas uma erupção de ideias que eclodiam no escrevinhar desordenado de alguém que não tinha ideia do que era uma pesquisa.

Por causa das palestras que ministrava sobre acesso e permanência nas universidades, acabei conhecendo muitos estudantes que, assim como eu, cresceram em regiões periféricas, ex-alunos de escolas públicas, também de cursinhos populares, e trabalhavam como voluntários em projetos educacionais como em cursinhos.

O que mais me encantava e intrigava era de alguma forma perceber as colheitas do que foi a década dos anos dois mil para o Brasil, nas universidades de excelência, e a ideia de perscrutar sobre cursinhos pré-vestibulares populares pareceu contemplar a minha inquietação.

Para mim, a cada ano a mudança do alunado da Unicamp tornava-se mais nítida, contudo, em 2014, quando conheci alguns calouros e integrantes do Núcleo de Consciência Negra - NCN e da Frente Pró-Cotas - FPC, em diferentes contextos que nos interseccionavam no distrito de Barão Geraldo, pensava que já colhíamos safras dessa mudança. Em julho do mesmo ano, depois de ter pessoalmente conhecido o calouro do curso de ciências sociais Bruno Ribeiro, escrevi a ele, via mensagem pelo Facebook, o seguinte: “estou esboçando uma pesquisa e queria saber o nome do cursinho que fez em São Paulo e se ... tudo der certo, gostaria de fazer uma entrevista com você!”.

A pesquisa em questão, era o esboço do meu projeto de mestrado intitulado *Perfil e perspectivas profissionais de alunos que ingressaram através do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) na Universidade de Campinas*. Embora bastante confuso, acredito que algo de pertinente garantiu o ingresso no Mestrado em 2015.

Ainda despreocupada com como escrever, nos primeiros semestres do Mestrado, me entreguei ao meu campo antropológico que por também ser a minha casa, meu local de trabalho e sociabilização, me sucumbiu de estímulos. Nesse princípio da minha atuação como pesquisadora, não sabendo o que fazer, tentei fazer tudo que eu podia. Hoje penso que talvez isso também seja fazer pesquisa.

Tenho relatado, em entrevistas gravadas, as trajetórias escolares e familiares de alguns dos primeiros colocados do Programa de Formação Interdisciplinar, ProFis. Em 2016, a Unicamp conseguiu atingir 50,3% de ingressantes oriundos do ensino médio público e a

aprovação surpreendente de 88,2% de alunos da rede pública no seu curso mais elitista, Medicina, era noticiada nos principais meios de comunicação do país. Deste ano, tenho um questionário respondido a mim por 58 dos 64 matriculados no curso de Medicina, concluintes do ensino médio público da primeira matrícula presencial que preencheu 85 das 110 vagas. É provável que nunca utilizarei esses dados.

Enquanto o processo do impedimento da presidenta Dilma caminhava apressado, desvelando a nossa câmara de senadores e deputados, mais um *freak show* com o humor do Zorra Total dos anos dois mil, em 2016 a Unicamp parou em decorrência de uma greve inédita. Apesar do gatilho ter sido a eminência e desvelamento do golpe em andamento, as discussões sobre política desembocaram nos problemas da universidade e ainda que a greve tenha sido construída com diversas pautas e reivindicações, o seu principal mote foi o das “cotas raciais”, encabeçado pelo NCN e a FPC.

Iniciada por estudantes negros em 2012, a militância formalizada nos dois grupos mediante uma articulação acadêmica e militante, conseguiram deflagrar o debate racial e, posteriormente, possibilitar a aprovação de cotas étnicos-raciais pelo Conselho Universitário - CONSU da universidade.

Acompanhei alguns momentos da greve, muito entusiasmada e observante. Participei de eventos e discussões organizadas pelo NCN, FPC e centros acadêmicos, muito alegre em poder vivenciar o momento em que militantes, em sua maioria de baixa renda e pobre, mobilizaram e uniram a comunidade acadêmica da Unicamp a reivindicar cotas. Porém, minha empolgação foi interrompida pela obrigação de ter que qualificar o Mestrado.

Qualifiquei em agosto de 2016 com a vergonha de entregar um texto que não queria chamar de meu. Lembro de desabafar para a banca que a dissertação deixou de fazer sentido, quando tive que me enclausurar para escrever, enquanto a universidade discutia o meu próprio tema de pesquisa: PAAIS, ação afirmativa e cotas raciais.

Ainda, em abril do mesmo ano, muitos dos gráficos que tinha terminado sobre o PAAIS já constavam no artigo publicado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA) em resposta à repercussão do suposto sucesso na inclusão da Unicamp daquele ano. Os gráficos, já obsoletos, trouxeram-me a questão por parte da banca de arguição sobre o porquê de tê-los feitos, quando o GEMAA já os havia publicado. Eu não sou “advinha”.

Por fim, pensei tantas coisas e demorei para perceber que não tinha ideia de como fazer caber em uma dissertação. Com várias frustrações, qualifiquei em agosto de 2016 com uma resolução razoável: não fazia sentido continuar pesquisando os mecanismos do PAAIS,

porque já estavam destrinchados e porque algo muito importante estava prestes a acontecer, o NCN e a FPC conseguiriam cotas na Unicamp.

Depois da aprovação do princípio de cotas étnicas-raciais pelo CONSU, no dia 30 de maio de 2017, eu extrapolava o prazo ideal de concluir o mestrado em dois anos, há alguns meses sem a bolsa de mil e quinhentos reais, que se limita a 24 meses, adaptando-me à realidade surreal da escola estadual, ministrando uma oficina de desenho, cuidando esporadicamente da monitoria de alguns eventos da Unicamp como *freelance* e iniciando a supervisão do PIBID filosofia.

Enquanto isso, a atuação política do NCN e a FPC produzia constantemente importantes e novos fatos e, por isso, havia acordado com o meu orientador no início de 2017 que a votação do CONSU, no dia 30 de maio, seria o ponto final da minha dissertação. Tinha esperança de defender ainda no segundo semestre do mesmo ano, antes de completar três anos de mestrado.

Eu poderia ter defendido no prazo, dois anos, entregue parte do texto da qualificação com análises e gráficos já obsoletos, um texto com as mesmas reflexões empreendidas por jovens pesquisadores, ansiosos e afobados como eu. Poderia ter prestado o doutorado com um projeto semelhante, ter desenvolvido minha pesquisa com o tempo e a sanidade necessária, mas diante das perspectivas caóticas que já previa, pensei que essa dissertação talvez fosse a minha única chance de escrever e ser lida. Tratava-se de algo muito precioso para não fazer, sem que tivesse sentido.

No final das minhas férias de julho de 2017, depois de passar todos os dias pensando e tentando escrever a minha dissertação, estava exausta. Primeiramente, tive que me deparar com um hiato colocado desde o projeto inicial: encontrar uma metodologia. Quando me deparei com o item “metodologia de pesquisa”, lá no momento em que escrevia o projeto em 2014, pensei no método cartesiano, nos sistemas filosóficos, na dialética hegeliana. Sem ter feito iniciação científica e formada em filosofia, que não é ciência, não consegui encaixar meu trabalho em um método pronto.

Então, eu aceitei que não sabia escrever. Acho que foi quando percebi que escrever é a coisa mais difícil com que me deparei nessa vida, descobri o quanto é incalculável o valor do trabalho que nos confronta com nossa ignorância e nos torna mais humildes. A pesquisa, ou a escrita, tem essa estranha solidão de alguém que escuta por infinitas horas, autores de livros, e depois de refletir muito, conseguir organizar em palavras, espera mais infinitos anos para ser ouvido. Ou mesmo nunca. O que é isso, senão uma esperança inexplicável que justifica a força do esforço que é necessário ter para escrever?

Toda vez que retomava à pesquisa, em finais de semana, feriados e férias, eu percebia que algo ainda não cabia, ou mesmo nada. Como coser uma peça de alfaiataria para uma mulher grávida que, por causa da exigência de elaboração ou a inaptidão do costureiro, quando pronta, já não serve mais, meu texto parecia não caber.

Eu precisava aprender a escrever e concentrar forças para digladiar-me com a palavra. A escrita é volátil como a fé. Pode-se ter escrito um ótimo texto e nunca mais conseguir escrever algo bom; tem que estar disposto a um cansaço fatídico de enfrentar infindáveis batalhas, consciente que não será um vencedor vitalício. Escrever parecia explicar o mito de Prometeu, um pouco pior, porque era eu própria que comia meu fígado, comumente acompanhado de álcool. Escrever é uma promessa não cumprida. Depois de um período, três dias a uma semana, era necessário destruir o que estava se esboçando. Para mim pareceu que escrever é, em tempos golpistas, antes de ser resistência, uma grande teimosia.

Sobrevivi à areia movediça dos meus pensamentos e encontrei um começo, meio e fim que fazia algum sentido para o texto nas minhas férias dezembro, depois de uma dedicação exclusiva o que nomeio “internação”. Consegui finalmente vislumbrar o esqueleto dessa dissertação em dezembro de 2017, depois de ter ensaiado como não morrer de indignação e frustração; completávamos um ano de governo Temer.

Eu cortei grande parte do conteúdo das primeiras versões, inclusive o texto que tinha entregue ao meu orientador em outubro. Compreendi que a maior parte das minhas leituras e estudos teriam que ser digeridas de outras formas. As bibliografias consultadas durante as tentativas de feitura dos capítulos não precisavam estar no texto e ainda assim elas estavam de um modo menos evidente através de mim. O desapego foi também resultado das excelentes pesquisas, muito recentemente publicadas, com temáticas e bibliografias consultadas similares², que descobri no final daquele ano.

O diálogo com outras pesquisas³ me fez compreender um pouco mais sobre o que

² Na última década, houve um aumento expressivo no número de trabalhos científicos sobre a temática desta pesquisa. Na plataforma de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, foram encontrados 75769 resultados para trabalhos relacionados à Ação Afirmativa e 3646 resultados para cotas raciais. Ver: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 31 de dezembro de 2017. Várias das conclusões que pleiteei para essa pesquisa foram esmiuçadas em trabalhos muito recentes, como a tese defendida na Unifesp em 2017, de Sonia Maria Barbosa Dias: *Desafios para permanência no ensino superior: um estudo a partir da experiência da Universidade Federal de São Paulo*. O trabalho de doutorado, dentre outras coisas, relata reflexões oriundas de entrevistas realizadas com 43 alunos cotistas da Unifesp e reflete questões pontuadas também pelo NCN, FPC e outros especialistas em inclusão. Tecendo uma crítica para o “ensino médio público” como principal quesito de políticas públicas de inclusão, a tese também evidencia que essa exigência beneficia alunos da classe média e alta, estudantes de escolas públicas seletivas, como as Etec’s e Institutos Federais.

³ Para a percepção das diferenças do perfil dos alunos negros e militantes pesquisados com alunos de outro período estudantes da universidade, foi utilizada uma comparação a partir da dissertação de mestrado de Fabiana Mendes

é uma pesquisa, sobre a importância que transcende o resultado final, um texto com o ponto final defendido, o título de Mestre. As descobertas de trabalhos tão recentes que diziam, muitas vezes, o que eu queria dizer foi imprescindível para eu ter vontade de escrever: me senti apoiada para prosseguir, não estava sozinha. Em tempos golpistas, aprendemos como é importante saber que não estamos sozinhos.

Em janeiro deste ano, terminando o terceiro ano do mestrado, encontrei com meu orientador e contei que estava modificando todo o trabalho, inutilizando os dois capítulos que ele tinha revisado em novembro. Com toda a razão, alguns dias depois do nosso encontro, Antonio me escreveu declarando seu ultimato: eu não poderia mais mudar o trabalho pois não tinha tempo e não era o combinado.

Eu lhe pedi muitas desculpas, no decorrer desses anos, com muita sinceridade, porque eu não consegui cumprir calendário, nem manter os planos ou defender no prazo, tendo sido desligada do Programa. Contudo, caminhando para o término do trabalho, fico feliz em poder não apenas me desculpar, mas agora agradecer ao meu orientador pela paciência e por se dispor a me ouvir.

Reaproveitando das reflexões de tudo aquilo que havia escrito, eu havia reformulado os dois primeiros capítulos e enviei no dia seguinte do ultimato. Pouco tempo depois enviei o terceiro capítulo e o prefácio e trabalhamos nesse mesmo texto até a presente versão.

Recordo-me de um encontro com o Antonio, acho que no final de março. Ele encerrou a reunião dizendo “Angélica, o seu trabalho não é ruim, está bom, acredita em mim”, eu saí da sala pensando que ele estava com medo de que eu modificasse o texto novamente. Eu não iria modificá-lo, não por achar que está bom, mas por estar feliz por ter escrito o que escrevi e por isso pronta para arcar honestamente com todas as falhas e defeitos que o trabalho possui.

Penso que não importa se somente três pessoas, o meu orientador e os dois professores da banca, lerem isso, como acontece com grande parte dos trabalhos acadêmicos. Eu não conseguiria entregar um trabalho como na qualificação e o meu esforço, na realidade, foi para entregar o mínimo, respeitando o limite da minha mediocridade.

Embora saiba que outros importantes eventos ainda sobre o processo de cotas ocorreram, eu percebi que tinha muito material para dar conta. A matéria bruta seria aquela a ser esculpida, para mim, não há tempo de outra. Sobre os eventos que ocorreram depois dessa

de Souza *Anônimos e invisíveis: os alunos negros na UNICAMP* (2006), trabalho que tenta recuperar as trajetórias sociais de estudantes negros na Unicamp, no período de 2000 a 2006, dois anos após a implantação do PAAIS.

data, sei muito pouco. A Unicamp tornou-se uma dura engolida de uma nostalgia boa, porque mesmo estando fisicamente lá, não posso mais usufruir. Não são muros físicos que separam a universidade do professor da rede estadual.

Quando cheguei no meu limite físico e psíquico, eu resolvi que era o momento de ligar os tantos pontos que eu vertia nesse caminho vertiginoso, a vida fora disso já estava um tanto confusa. A cada entrevista revista, novas e complexas nuances de possibilidades se revelavam, a liga entre os eventos e as falas quando escritas, pareciam exigir as justificativas acadêmicas que demorariam mais alguns anos para serem devidamente transpostas por mim, nesse trabalho.

Por mais que desejasse e ainda insistisse, realizar as três entrevistas com a Taina, do NCN, a Carol e a Mariel da FPC, não podia mais esperar. Tentamos marcar várias vezes, com boa vontade e coração sincero, mas a vida acadêmica, militante, artista e de professora, daquele ano de 2017 em que perdemos a democracia, dificultava a confluência de nossas agendas.

Como apontado pela banca de arguição da minha defesa, poderia ter abordado com a devida complexidade a história da militância negra no Brasil, da construção do mito da democracia racial, e também ter discutido sobre o feminismo negro, ter entrevistado mais integrantes do NCN e da FPC. Gostaria muito de ter descrito a versão dos professores que colaboraram e que tiveram que confrontar os colegas na defesa por cotas, poderia descrever outros eventos importantes como a aprovação da resolução que instituiu as cotas em novembro de 2017, mas não consegui. Não havia fígado para se regenerar.

Desta forma, reconheço as lacunas e a falta de complexidade que merecia essa história, mas reconhecendo minhas limitações, humildemente me contento com esse trabalho. De modo masoquista porque frustrante, ele é o que eu queria fosse.

O comentário que mais me surpreendeu na minha defesa do mestrado foi sobre o caráter homogêneo da descrição dos dois grupos. Minha surpresa não era por considerá-lo equivocado, ao contrário, já que os professores que compunham a banca, que também participaram da militância pró-cotas, foram muito atenciosos e coerentes com todos os apontamentos. De fato, pouco escrevi sobre as divergências dos dois grupos ou dos dois grupos com outros grupos e setores da universidade, contudo, percebi que em nenhum momento eu cogitei detalhar os conflitos.

Embora entenda que são esses os momentos cruciais para o delineamento da história, nesse tempo em que discutimos pela primeira vez “lugar de fala”, colonização do conhecimento e que me descubro pensando sobre a democratização da universidade e suas

reverberações, estava de alguma forma latente que não seria eu o “zé povinho”.

Nunca cogitei relatar fatos que apesar de ter presenciado ou sabido por terceiros, não foram ditos em entrevista gravada e, apesar de tem consciência da importância histórica de todos os fatos, estou tranquila porque os envolvidos, estudantes, militantes e professores também se confrontam com o ofício de escrevinhador, pesquisador e eles também querem e vão contar essa história de um ângulo muito melhor que o meu. A mim, coube contar esse recorte.

Outra preocupação que tive foi a de não escrever os nomes de militantes sem o devido consentimento, visto a constante perseguição acadêmica infringida a militantes. A tabela com os nomes dos integrantes do NCN e da FPC foi inserida no trabalho depois da defesa e de uma conversa com o Gustavo, que me tranquilizou quanto ao uso dos nomes. Como achei pertinente aproveitar da fabricação de imagens que representam e contemplam o nosso tempo, organizei duas galerias de imagens coletadas nas redes sociais, Facebook, dos grupos, publicamente disponibilizadas, também sem os nomes.

Com tudo isso, para essa última versão do meu trabalho, tento, no primeiro capítulo, apresentar uma breve retrospectiva sobre a implantação de ações afirmativas no Brasil e expor alguns conflitos, inclusive acadêmicos, resultantes das discussões sobre a política na primeira década dos anos 2000. Na segunda parte do capítulo apresento o PAAIS, o Programa de Ação Afirmativa da Unicamp, ressaltando algumas críticas já colocadas por especialistas. Desta forma, esmiuçando a recusa da universidade às cotas com recortes étnicos e raciais, procuro entender e expor a contradição do Programa que desconsiderou a produção acadêmica, nacional e internacional, sobre o tema.

A partir do segundo capítulo tento reconstruir a história do NCN e do FPC entrelaçando a transcrição e análises das entrevistas com reflexões acerca da trajetória educacional e o contexto social e político de seus quadros, importantes para a militância que exercem ou exerceram. A trajetória de conquistas dos grupos é relatada no terceiro e último capítulo, onde descrevo parte do longo processo de luta que culminou na aprovação das cotas pelo CONSU da Unicamp, no dia 30 de maio de 2017.

Os 39 questionários com questões abertas e fechadas aplicadas *online* na plataforma Google⁴ foram organizados em gráficos e brevemente analisados no terceiro capítulo, e me prontificou a disponibilizar o restante dos dados a quem se interessar. As entrevistas gravadas, realizadas em sua grande maioria em 2016, estão entrelaçadas e dispostas no capítulo dois e

⁴Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd1Cw-0QHmN8BH6nVlbFapHMKg0OuHnQ4ha-cR5RpDsyMKhmw/viewform?usp=sf_link.

três. As identificações das citações diretas das entrevistas não foram padronizadas porque cada um dos entrevistados escolheu como queria ser identificado.

Capítulo 1: A Unicamp não quer falar sobre cotas

1.1 Ação afirmativa: o quê, como e porquê

Na história de todas as civilizações humanas, a submissão e exploração de grupos humanos foram justificadas com discursos de inferiorização mediante imposição de violência, força, dívidas e por disputas territoriais e mercantis. Em outras palavras, a história da civilização humana é marcada pela escravidão de grupos que, de alguma forma e por algum motivo, encontravam-se em desvantagem.

Todavia, é a partir da criação do conceito de raça que o racismo passou a fundamentar a naturalização da escravização de grupos determinados como inferiores. O racismo, no verbete comum, significa a crença na existência de raças e uma hierarquização imposta com um julgamento que assente uma raça superior à outra. A palavra racismo surgiu na França, *racisme*, com a teoria de Arthur de Gobineau, exposta em *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-55), obra que defendia a aristocracia e seus privilégios. Décadas depois, no início do século XX, o conceito estabeleceu-se mediante o mito da raça ariana, difundida por Stewart Chamberlain, inglês naturalizado alemão, no livro *Die Grundlagen des XIX lab hundert* de 1899 (ABBAGNANO, 2007).

Embora seja sabido que o nazismo emergiu em decorrência de diversos fatores, como a fragilidade econômica e social enfrentada pela Alemanha, o respaldo decisivo à crença de que judeus, negros e homossexuais eram inferiores e deveriam ser exterminados, foi fomentado por teorias científicas de base racista. No entanto, dentre as reflexões pós-II Guerra, a Europa colonialista percebeu que a teoria racista, utilizada para creditar a invasão e exploração de outros continentes, como o africano, tornou-se uma ameaça para ela própria.

As dinâmicas próprias a esse fenômeno não são estáticas; seja qual for a sociedade, elas evoluem constantemente. Em qualquer sociedade, em determinados momentos de tensão social, o racismo pode evoluir para estruturas atualmente conhecidas como nazismo e fascismo. (WEDDERBURN, 2005, p. 330)

Após a Segunda Guerra, invalidando a teoria racista levada ao limite pela ciência nazista, cientistas europeus declararam que não havendo diferenças significativas no genótipo humano, a raça humana seria única em toda a sua diversidade.

Embora seja de extrema importância a comprovação da inexistência de raças humanas, a formalização científica pouco interferiu no combate ao racismo, visto o seu

complexo sistema. Ainda, a tese de que o paradigma econômico e social, oriundo da revolução industrial, faria com que distinções raciais e étnicas se dissolvessem na uniformização global (SILVÉRIO, 2005), muitas vezes subestimou-se o debate racial para a construção da igualdade postulada no pós-guerra.

Um importante marco para o reconhecimento oficial das questões raciais e ensejo das lutas antidiscriminatórias ocorreu com a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, ICERD (*International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*). A convenção, adotada pelas Nações Unidas em 1965 e sancionada pelo Brasil em 1968, teve como estímulo o ingresso de países africanos na ONU e “o ressurgimento de atividades nazifascistas na Europa” (GUIMARÃES e PIOVESAN, 1998, p. 01).

Dentre as ponderações auferidas com o evento, que engendrou “o documento internacional mais importante sobre a discriminação racial” (SILVA, 2006, p. 134), foi proposto aos países conveniados a confluência de dois eixos de trabalho: combater a discriminação de forma legal e construir oportunidades de igualdade para promover grupos que sofreram e sofrem com a discriminação.

Para combater a discriminação por vias legislativas, a Convenção inaugura um sistema especial de proteção dos direitos humanos que especifica os destinatários da proteção, categorizando o indivíduo pela cor, idade, gênero, etnia e raça. Deste modo, esse sistema reconhece legalmente a vulnerabilidade de grupos que, por motivos físicos ou engendrados historicamente, não conseguiram proteção jurídica por um sistema geral.

Mesmo que contrarie a ideia de igualdade postulada pelos direitos convencionados do pós-guerra⁵, que refletia o receio de institucionalizar diferenças em decorrência da perseguição sofrida durante o holocausto, o sistema especial de proteção jurídica, segundo Feres e Campos, são explicadas “ou como reparação à opressão e discriminação historicamente sofridas por tal ou qual categoria social ou como justiça social, devido ao fato de as desigualdades às quais tal categoria social está sujeita não serem justificáveis” (FERES e CAMPOS, 2013, p. 89).

Ademais, depois de rechaçada a ideia da inferiorização de qualquer grupo humano e estabelecidos os direitos universais acordados mundialmente - além de reconhecida a

⁵ Conforme o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, três anos após o término da Segunda Guerra, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2016.

igualdade entre os indivíduos, os países com histórico de preconceito racial e étnico perceberam que a garantia formal de direitos não era suficiente para extinguir as desigualdades.

[...] percebe-se, posteriormente, a necessidade de conferir, a determinados grupos, uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade. Isto significa que a diferença não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para a promoção de direitos (PIOVESAN, 2005, p. 38).

Outro argumento que Moehlecke (2002) aponta, recorrendo a Bobbio (1997), é o de que embora a igualdade dos homens seja a base no mundo moderno para justificar a mobilidade social, essa igualdade tem que ser questionada e especificada. Tendo como parâmetro os esforços e conquistas individuais no âmbito de um ideal meritocrático, a igualdade apenas fará algum sentido se não a generalizarmos superficialmente.

[...] dizer que dois entes são iguais sem nenhuma outra determinação nada significa na linguagem política; é preciso que se especifique com que entes estamos tratando e com relação a que são iguais, ou seja, é preciso responder a duas perguntas: a) igualdade entre quem?; e b) igualdade em quê? (BOBBIO 1997, pp. 11-12, apud MOEHLECKE, 2004, p.760)

Posto que a igualdade não funciona quando se pretende igualar a todos os indivíduos sob um padrão hegemônico e historicamente privilegiado, é necessário observar o direito à diferença para de fato garantir a igualdade. Entrementes, ao se reconhecer as dificuldades para se alcançar a igualdade universal, nota-se a importância da utilização da concepção de *diferença* para cobrar o reconhecimento de culturas e etnias que continuariam suprimidas mediante sistemas unânimes. Desta forma, o sistema especial requerido pelo ICERD “surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial” (PIOVESAN, 2005, p. 38).

Além de especificações legais para a efetuação da proteção às populações discriminadas, o ICERD também evidenciou a necessidade de políticas de inclusão, sugerindo, aos Estados participantes da Convenção, a adoção de procedimentos em outras instâncias, além das formais, para promover igualdade em diversos âmbitos.

No artigo 7º a Convenção estabelece aos Estados-partes o dever de adoção de medidas eficazes nos campos do ensino, educação, cultura e informação, contra os preconceitos que levem à discriminação racial, ressaltando, assim, a importância de uma educação para a

cidadania, fundada no respeito à diversidade, tolerância e dignidade humana (GUIMARÃES e PIOVESAN, 1998, p.3).

Para a promoção de igualdade educacional, a medida mais popular elegida pelos países membros da Convenção foi a política pública nomeada ação afirmativa. Diferentemente das vias legislativas anti-discriminatórias, como as ações repressivas, as ações afirmativas atuam de modo preventivo e engendram resultados a longo prazo. Efetuada por meio de bonificações, bolsas de estudos e cotas, as ações afirmativas nas universidades funcionam basicamente de dois modos: através da reserva fixa de vagas, as cotas, ou por acréscimo de pontuação, as bonificações.

As universidades seletivas apresentam-se como um espaço propício às finalidades da ação afirmativa que “busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos” (MOEHLECKE, 2002, p. 203). Como espaço nevrálgico de formação da elite dirigente, de produção de conhecimento e de reflexão artística-cultural, a ação afirmativa é justificada em universidades por aumentar a possibilidade de inclusão em espaços societários decisivos, proporcionando a participação de grupos antes excluídos nas atividades econômicas, políticas, acadêmicas e científicas do país.

Ainda que a participação do Brasil no ICERD de 1968 tenha contribuído para a construção de uma legislação antidiscriminatória mais efetiva⁶, a realização da segunda via proposta pela Convenção, a implantação de ações afirmativas, somente foi efetivada depois da participação do Estado brasileiro na Conferência de Durban, realizada em 2001. A Conferência, que fez parte do conjunto de eventos mundiais contra o racismo, assim como o ICERD, foi aderido pelo Brasil em sua terceira edição, quando o evento ganhou maior repercussão internacional.⁷

Entre 2001 e 2005 dezesseis universidades públicas brasileiras adotaram políticas de ações afirmativas aplicadas na forma de cotas reservadas para admissão de certos grupos

⁶ Antes da Convenção, a primeira lei expressiva nesse âmbito, conhecida como Lei Afonso Arinos, promulgada em 1951, sancionou como “uma das formas de racismo, qual seja, a recusa de entidades públicas ou privadas em atender pessoa em razão de cor ou raça. No entanto, puniu estas condutas como mera contravenção penal, ou seja, delito de menor potencial ofensivo” (GUIMARÃES e PIOVESAN, 1998, p.5). Em 1988, com a Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, a luta contra a discriminação torna-se legal e categórica. Embora no campo legislativo o combate ao preconceito tenha evoluído, à luz da Convenção de 1968, da Carta Magna e de suas primeiras modificações, as suas aplicações podem ser consideradas restritas. Em 1997 o marco legal é modificado (Lei n. 9.459/97), e passa a incluir o preconceito e a discriminação de etnia, religião e procedência nacional, juntamente com a raça e cor, como crimes, conforme orienta a Convenção.

⁷ As primeiras edições da Conferência de Durban ocorreram em 1978 e 1983 (ALVES, 2002).

étnico-raciais e socioeconômicos (SILVA, 2006)⁸. A primeira legislação de ação afirmativa sancionada em território brasileiro foi a Lei n° 4141 do Estado do Rio de Janeiro⁹, que entrou em vigor no processo seletivo realizado em 2002 para ingresso em 2003 em duas universidades estaduais cariocas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (DAFLON, CAMPOS, FERES, 2013, p. 307).

Na primeira década dos anos 2000, a implantação das ações afirmativas em universidades seletivas brasileiras, somada à possibilidade plausível da política ser sancionada em âmbito federal, ensejou uma mobilização midiática nunca antes dada ao tema. Apesar dos veículos de comunicação terem muitas vezes empobrecido o debate, a repercussão contribuiu na eclosão do debate racial, há muito tempo negligenciado no país.

Em maio de 2006, no ápice das discussões sobre as cotas no Brasil, dois grupos de intelectuais, acadêmicos, artistas e integrantes de movimentos sociais divulgaram seus respectivos manifestos, um contra e outro favorável às movimentações políticas de legalização das ações afirmativas com recorte racial. O manifesto contrário¹⁰, nomeado “Todos têm direitos iguais na República Democrática” se opôs de forma contundente ao projeto de Lei de Cotas (PL 73/1999) e ao Estatuto da Igualdade Racial, que se encontrava em trâmites finais no Congresso.

O referido projeto da Lei de Cotas foi apresentado em 1999 pela deputada federal Nice Lobão (DEM-MA) pretendia reservar cinquenta por cento das vagas de universidades federais e estaduais para alunos que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas¹¹. Aprovado

⁸ Segundo Maggie e Fry (2004), as políticas de cotas já confluíam com as ideias do então presidente Fernando Henrique Cardoso que, desde 1995, no início do seu primeiro mandato presidencial, esboçou propostas contra o racismo ao criar “um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de sugerir ações e políticas de valorização da população negra” (MAGGIE & FRY, 2004, p. 73). Entretanto, ressalte-se, o Grupo de Trabalho Interministerial foi instituído sob a pressão das reivindicações do movimento negro. A existência do racismo foi reconhecida pelo então presidente após a Marcha Zumbi + 10, que reuniu cerca de trinta mil pessoas em Brasília em 20 de novembro de 1995 e apresentou um documento com “um diagnóstico dos indicativos sociais” (NORÕES, 2011, p.173), reivindicações e propostas.

⁹ A lei definiu que “50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais sejam destinadas a alunos oriundos de escolas públicas selecionados por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio - Sade. Essa medida deverá ser aplicada em conjunto com outra, decorrente de lei aprovada em 2002, a qual estabelece que as mesmas universidades destinem 40% de suas vagas a candidatos negros e pardos” (MOEHLECKE, 2002, p. 209).

¹⁰ O manifesto foi assinado por diversos professores universitários e intelectuais, tais como Alberto Aggio (Professor livre-docente de História, da Unesp), Eunice R. Durham (Professora titular de Antropologia e emérita da FFLCH da USP), Gilda Portugal Gouvêa (Professora de Sociologia da UNICAMP), Guita Debert (Professora titular de Antropologia da UNICAMP), Josué Pereira da Silva (Professor de Sociologia da UNICAMP), Lília K. Moritz Schwarcz (Professora Titular de Antropologia da USP), Roberto Romano (Professor Titular de Filosofia da UNICAMP), Sílvia Figueiroa (Historiadora, Professora do Instituto de Geociências da UNICAMP) e Simon Schwartzman (Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro), entre outros.

¹¹ Ver: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15013>. Acesso em 22 de maio de 2016.

no Plenário em novembro de 2008, o projeto reservou metade das vagas das instituições superiores federais para alunos de escolas públicas com renda de até 1,5 salário mínimo, sendo uma porcentagem proporcional à região, destinada a alunos negros, pardos e indígenas.¹²

O segundo ponto criticado pelo manifesto acima citado foi o Projeto de Lei nº 3.198/2000, apresentado pelo então deputado federal Paulo Paim (PT), que se tornaria a Lei nº 12.288, sancionada em julho de 2010. A lei instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, objetivando a garantia e a efetivação das oportunidades e direitos para a população negra¹³. Em seu quarto artigo, a referida Lei defendeu a intervenção estatal para a inclusão da população negra na vida econômica, social política e cultural do país.

Os argumentos gerais do texto contrário, com 122 assinaturas, transpassam cinco pontos muito similares ao discurso midiático da época: i) o Estatuto ameaça a igualdade política e jurídica dos cidadãos; ii) possível aguçamento do racismo por causa da racialização; iii) a exclusão social é resolvida por meio de políticas universais; iv) o Estatuto inventa a classificação racial, prejudicando as relações sociais e legais; v) as cotas divergem do princípio meritocrático¹⁴.

Por outro lado, o manifesto a favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, assinado por 330 intelectuais, pesquisadores, professores universitários e artistas brasileiros, rememora a exclusão sofrida pela população negra durante e depois da escravidão. Ademais, o texto cita a participação do Brasil no ICERD e na Conferência de Durban e aponta, com dados, que a exclusão racial velada fez com que a representatividade da população universitária negra fosse menor que a da África do Sul durante o regime *apartheid*. Sobre a hipótese da política de inclusão nas universidades comprometer a excelência acadêmica, o texto aponta para resultados de estudos indicando que o rendimento acadêmico dos cotistas é comumente igual ou superior aos dos não cotistas¹⁵.

Nos anos seguintes às primeiras ações afirmativas, o discurso midiático foi marcado por informações parciais. Uma análise sobre o enquadramento do debate público referente às ações afirmativas realizado pela revista *Veja*, a de maior circulação no Brasil, concluiu que a revista omitiu informações imprescindíveis para a compreensão do assunto, privilegiou falas de acadêmicos contrários e priorizou espaços de maior valência contra a política (DAFLON e FERES, 2012).

¹² Ver: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/128790.html>. Acesso: 22 de maio de 2016.

¹³ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 26 de julho de 2016.

¹⁴ Ver: http://www.nacaomestica.org/abaixo_assinado_contra_cotas.htm. Acesso: 26 de julho 2016.

¹⁵ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

Em outro estudo sobre o mesmo assunto, depois de analisar como abordam os editoriais, artigos, textos opinativos, reportagens e cartas dos leitores do jornal *O Globo*, Daflon, Campos e Feres concluem que “se de um lado *O Globo* reduz a controvérsia a um campo de batalha dividido em dois, por outro lado, [...], o jornal produz através da publicação de seus editoriais uma “vitória” parcial daqueles que são contrários às cotas (DAFLON, CAMPOS e FERES, 2012, p. 24).

O posicionamento midiático, que repercutiu de modo negativo para a popularização a respeito das políticas de inclusão, fomentou informações equivocadas, reproduzidas até hoje. No limiar das aplicações das ações afirmativas no Brasil em 2003 e anos subsequentes observava-se, por exemplo, a opinião pública postular que a política somente beneficiaria os negros, sem utilizar antes critérios socioeconômicos e sem abranger os alunos de escolas públicas.

Não por coincidência, outro estudo do GEMAA aponta que, durante um período, o jornal *O Globo* defendeu que “beneficiários das ações afirmativas deveriam ser aqueles oriundos de escolas públicas e não somente os negros” (FERES, CAMPOS e DAFLON, 2011, p. 72), ignorando estudos que evidenciavam que a política já beneficiava mais alunos de escola pública com carência no perfil socioeconômico do que negros com o mesmo recorte¹⁶.

Um dos empasses centrais do debate, desde sua implantação, circunda a questão sobre quem seriam os beneficiados das políticas públicas, ou, em outras palavras, quem são os negros no Brasil. Como as argumentações contrárias às cotas raciais comumente explanam um receio quanto à discriminação de brancos pobres, é compreensível que a aceitação do sistema de cotas raciais tenha acontecido no país mediante o acréscimo de um “sistema de cotas mais amplo” (SILVA, 2006, p. 152), mesmo que a maioria não saiba.

Um dos motivos para a recusa em reconhecer o negro como principal beneficiado da política, ignorando os dados estatísticos que comprovam a marginalização da população

¹⁶ Um dos grandes problemas apontados por pesquisas expõe a interferência direta do aparato midiático na gestão estatal: “nas democracias modernas, a mídia e os jornalistas são os principais agentes de informação política e de análise social de que dispõem os cidadãos, traduzindo e selecionando questões da esfera pública para a audiência” (ALDÉ 2005, apud DAFLON, CAMPOS e FERES, 2012, p. 66). Ainda, os veículos midiáticos perpassam o ciclo de políticas públicas, representadas pelas etapas: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção (CF. SECCHI, 2010).

negra brasileira¹⁷, remonta à ideia de democracia racial existente no Brasil¹⁸. O argumento respalda-se na aparente relação harmônica caracterizada pela grande miscigenação dos países latinos, que se diferenciaria da relação racial do país norte-americano, marcada por conflitos institucionais. Assim, sendo a relação racial nos hemisférios de outra natureza, a crítica explana que a política de inclusão seria apenas um simulacro da utilizada pelos Estados Unidos e, por isso, incabível no território latino americano.

A implementação de medidas étnico-raciais seletivas resultará em rachaduras no edifício da coexistência inter-racial harmônica, a qual supõe prevalecer na América Latina em contraposição ao resto do mundo (WEDDERBURN, 2005, p. 317).

Entretanto, a suposta harmonia racial produzida pela miscigenação foi consequência do incentivo à migração europeia, oriunda “de políticas eugenistas, de recorte nazista, para promover o branqueamento das populações ou, pura e simplesmente, a eliminação física das populações negra e indígena” (WEDDERBURN, 2005, p. 328).

No Brasil, a notoriedade da política de branqueamento em voga no início do século XX pode ser exemplificada pelo Primeiro Congresso Universal de Raças realizado em Londres, no ano de 1911, “promovido no contexto de expansão da política imperialista europeia e das discussões sobre a paz mundial” (SOUZA, 2012, p. 746). O evento reuniu pesquisadores, cientistas e antropólogos com o intuito de, amigavelmente e em clima de cooperação, estabelecer-se um entendimento comum sobre as implicações raciais, tendo como plano de fundo a preocupação com as disputas entre os países colonizadores e as possíveis revoltas das populações colonizadas.

Apesar de, na ocasião, os antropólogos terem sido financiados por nações europeias para desenvolver pesquisas acerca de etnia, cultura e raças dos povos colonizados, não houve um consenso entre eles. Alguns dos participantes reprovaram o racismo argumentando que “todas as formas de 'preconceito' racial, social e religioso, era devido à falta de conhecimento, à rivalidade política e econômica, e, acima de tudo, à ausência de 'simpatia' com aquilo que se apresentava como diferente” (SOUZA, 2012, p. 752). Ao contrário, outros pesquisadores, fundamentados em teorias biológicas, enalteceram os europeus como grupo superior, com

¹⁷ Embora o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) brasileiro tenha melhorado nos últimos anos, “melhorou de 50% entre 1991 a 2013” e a mudança tenha refletido positivamente na população negra, as desigualdades raciais e étnicas ainda persistem. Em 2014, a população negra ainda era a maior protagonista nos índices de violência, analfabetismo e desemprego.

¹⁸ Frequentemente atribuída a algumas das obras de Gilberto Freyre, os antecedentes da ideia da democracia racial são anteriores “no mínimo, um século a obra do sociólogo de Apipucos” (PAIXÃO, 2008, p. 138). A crença a respeito da suposta democracia racial apregoa que, no Brasil, em decorrência da coloração diversa das misturas raciais, não haveria por aqui discriminação racial, mas harmonia entre as etnias e raças.

discursos como o do médico e antropólogo alemão von Luschán, para o qual “sem a ambição nacional e racial não haveria progresso industrial, científico e militar” (SOUZA, 2012, p.753).

Representando o Brasil juntamente com o médico Edgard Roquette-Pinto, o antropólogo João Baptista de Lacerda, durante sua exposição no Congresso, utilizou a estratégia de defender a miscigenação e consequente branqueamento da população brasileira. Segundo o antropólogo, os portugueses comumente tornavam as escravas suas concubinas, endossando naturalmente a mestiçagem da população brasileira. Em decorrência da grande miscigenação, Lacerda previu, erroneamente, que “em 2012, a 'raça branca' representaria 80% da população brasileira, os indígenas 17% e os mestiços, 3%, sendo que a 'raça negra' tendia a desaparecer de vez do território nacional” (LACERDA, 1912b, p. 101 apud SOUZA, 2012, p. 756).

Tendo recebido críticas pela possibilidade de o Brasil ser mal visto internacionalmente por causa da miscigenação, Lacerda defendeu sua teoria utilizando-se de um argumento que ficou arraigado na identidade brasileira: a mestiçagem seria benéfica e engendraria um brasileiro inteligente com aptidões técnicas, profissionais e artísticas (LACERDA, 1912b, p. 101 apud SOUZA, 2012, p. 754)¹⁹.

Visando o embranquecimento da população brasileira, o fomento à imigração europeia e japonesa dos séculos XIX e XX foi efetivado com benefícios legais, medidas similares às das atuais políticas de ação afirmativa e cotas. As políticas que beneficiaram os imigrantes garantiram a substituição do trabalho antes executado por negros escravizados, com a diferença crucial de que os imigrantes recebiam remunerações mínimas, ao passo que os negros alforriados eram abandonados à própria sorte.²⁰

A intenção branqueadora foi, em alguma medida, eficiente para a grande miscigenação da população brasileira. Contudo, no pretense país da democracia racial, o indivíduo alcunhado de “alemão”, pode ter descendência alemã, o “japonês”, japonesa, mas o “preto”, “negro”, “mulato”, “neguinho”, nunca foi angolano, nigeriano, moçambicano ou

¹⁹ Segundo a lógica do argumento, um negro não teria como inatas tais capacidades intelectivas, mas poderia adquiri-las mediante o seu branqueamento.

²⁰ Embora as inúmeras dificuldades encontradas pelos novos habitantes europeus e nipônicos, como o desconhecimento da língua, o estranhamento do clima e o trabalho laborioso, o rendimento, ao longo dos anos, foi suficiente para que muitos adquirissem terras e iniciassem uma vida confortável. Portanto, a atual meritocracia defendida pelos descendentes dos imigrantes brancos e amarelos, que por vezes rememoram o labor de seus ascendentes para defender a meritocracia em detrimento das políticas de ação afirmativa, é ludibriosa, pois os seus progenitores foram beneficiados por políticas estatais dessa natureza. Vide Lei n 601, de 18 de setembro de 1850 em seu artigo 18 (sic): “O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em 7 de julho de 2017.

queniano. O racismo foi construído no imaginário popular como um preconceito de cor, porque previamente desconsiderou-se a complexidade do continente africano.

Deste modo, sendo a cor “um fator para manifestações preconceituosas, que opera independente da origem social do indivíduo” (MENDES, 2006, p.29), embora argumente-se que a miscigenação brasileira seja um empecilho para a políticas de inclusão com recorte racial, a utilização do critério “raça” e “cor” como marcadores sociais e étnicos é justificada principalmente quando reconhecidas as peculiaridades do racismo brasileiro.

No Brasil, a cultura assimilacionista não impediu que as pessoas fossem efetivamente discriminadas por sua aparência, e quanto mais próximo estivesse do tipo físico negróide (dado a cor da sua pele, tipo de cabelo, lábios, nariz, etc), maior a chance de esta pessoa ser efetivamente preterida, perseguida ou de sofrer bloqueios em seu processo de ascensão social (MENDES, 2006, p 29).

A inclusão da taxonomia “cor” foi indicada em 1996 pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, por pressões do movimento negro militante da década de 90²¹, e sugeriu ao IBGE “a adoção do critério de se considerar os mulatos, os pardos e os pretos como integrantes do contingente da população negra” (CARDOSO, 1996, p. 30). Passados vinte anos do Programa, o aumento da população autodeclarada negra no território brasileiro evidencia, dentre outras coisas, a construção de uma identidade negra brasileira que contempla maiores possibilidades de identificação, dado o seu caráter miscigenado.

Pensar na cor negra, no contexto brasileiro, como a maior representação do continente africano não decorre da valorização de uma característica fenotípica, porque o racismo há muito tempo deixou de ser justificado por vias científicas, mas de uma marca da inferiorização, opressão, jugo e esquecimento delegados ao continente africano. O racismo torna-se tão forte que se estendeu para espaços físicos, a arte e cultura, hábitos e toda forma de sobrevivência e resistência da população negra. Tornou-se tão latente e desinformado que mesmo transpondo os limites da cor ou raça, ainda assim versa sobre a cor negra.

Quando um indivíduo branco e periférico é parado pela polícia porque compartilha do padrão de comportamento da periferia, em alguma medida, sofre racismo negro. Mesmo que a mãe de santo e os frequentadores de um terreiro de umbanda ou candomblé sejam brancos, o

²¹ A exigência do movimento negro tencionava “A formação de um banco de dados sobre a população negra, a partir da inclusão do quesito cor em qualquer sistema de informação sobre emprego e desemprego, inativos e pensionistas, declaração de nascimento e óbito, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para esse grupo” (SOARES, 2011, p. 208).

desrespeito, o preconceito, a violência sofrida pelo terreiro é consequência do racismo que visa o negro.

Quanto mais um indivíduo se aproximar da “cultura marginal dos artistas da periferia”²², qual seja, compartilhar padrão de comportamento, crença, vestimenta da maioria estatisticamente excluída, que comprovadamente são negros, maior será as possibilidades de sofrer racismo²³. Contudo, o racismo brasileiro comprova a sua ignorância, cujo epicentro resume na cor, quando mesmo rico e compartilhando da cultura estabelecida pela elite, um negro continua a sofrer racismo.

Passados quatorze anos da implantação da primeira política de cotas, os dados positivos apresentados ainda não estão esclarecidos para grande parcela da sociedade. No Brasil, parte da elite universitária ainda apresenta relutância às cotas com recortes étnicos e raciais²⁴. Apesar de ser indiscutivelmente aceitável a inclusão de estudantes brancos com baixa renda nas políticas de inclusão, gestores acadêmicos ainda ignoram a literatura recentemente produzida pela própria academia, e insistem em outros projetos de inclusão com poucas possibilidades de sucesso.

1.2 - O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp

Entre 2002 e 2012 cerca de setenta universidades públicas estaduais e federais brasileiras haviam adotado ações afirmativas com recorte social e racial. Dez anos após a lei estadual de ação afirmativa, em 2012, é sancionada a Lei Federal de Cotas, nº 12.711/2012, que estabelece a reserva de cinquenta por cento do total das vagas de cada instituição federal de ensino superior para determinado perfil socioeconômico e para as populações preta, parda e indígena.

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per

²² Na dissertação *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena* (NASCIMENTO, 2006), para distinguir a literatura marginal feita nos últimos quinze anos da literatura marginal setentista, a autora nomeia a primeira, objeto do seu estudo, como “literatura marginal dos escritores da periferia”. Do mesmo modo, ampliando o conceito, chamamos de cultura marginal dos artistas da periferia toda a produção artística, cultural e intelectual empreendida pela periferia nos últimos 15 anos.

²³ A noção de *estigma da cor da pele* aqui é utilizada como síntese de um complexo conjunto de representações sociais atribuídas ao negro nas interações sociais cotidianas. Estamos pensando aqui em algo mais complexo do que os traços somáticos que remeteriam à *negrura*. Além da cor da pele e dos traços negróides, há uma série de representações sociais associadas ao *ser negro* que consideramos na noção de estigma social da cor da pele (CF. SOUZA, 2006).

²⁴ O escopo da dissertação não nos permitiu aprofundar a questão da inclusão indígena.

capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁵.

No período, os maiores beneficiados da política das setenta universidades que adotaram o programa foram os egressos de escolas públicas em detrimento do recorte socioeconômico e racial (DAFLON, TOSTE, FERES, 2013), e diversas universidades se recusaram a adotar cotas com recorte étnico e racial. As duas maiores Universidades do Estado de São Paulo, a USP e a Unicamp, aprovaram o sistema de cotas apenas no ano de 2017.

Atualmente, as universidades públicas brasileiras figuram como ilhas de excelência em rankings internacionais e, por isso, configuram-se como espaços extremamente disputados, inclusive entre a elite do país. Por ser um espaço societário valioso e central, as políticas que objetivam incluir grupos nas universidades permeiam disputas decisivas para a configuração da sociedade.

Embora as políticas de inclusão das universidades públicas sejam atreladas ao governo administrado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva²⁶, durante os oito anos da sua gestão a maioria das políticas de inclusão foram implantadas mediante decisões de conselhos internos universitários²⁷ e leis estaduais (CAMPOS, DAFLON, FERES, 2012).

Contudo, as decisões universitárias não representam, longe disso, consenso. Surgidas na Idade Média, as universidades foram construídas sob a égide de príncipes, do papado e, a serviço destes, os homens de saberes desempenharam os seus papéis sociais (OLIVEIRA, 2007). Em suma, os saberes universitários nasceram fadados à contradição de se submeterem “à sombra de poderes que ela estava inevitavelmente destinada a questionar” (SILVA, 2006, p.195).

Os conflitos empreendidos pela classe universitária, entretanto, distinguem-se dos enfrentados pelo restante da sociedade. Sendo espaço *sui generis* do conhecimento, a universidade se configura como um local único no potencial de resolver conflitos mediante discussão²⁸. Esse privilégio conferido às universidades de excelência, fomenta a contradição

²⁵ Cf. <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 02 de março 2016.

²⁶ Não obstante, o referido governo federal foi decisivo para os avanços nas discussões e políticas de igualdade social e racial, tendo criado a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e incluído o movimento negro nas discussões e formulações de políticas públicas.

²⁷ Os principais órgãos responsáveis pelas deliberações nas universidades são os respectivos Conselhos Universitários, os CONSU's, compostos por representantes da reitoria, diretores das unidades, representantes dos funcionários técnicos-administrativos, docentes e discentes.

²⁸ Embora amparada e submetida aos estados ou à federação, por serem autarquias, as universidades possuem

própria do seu caráter e tece uma lógica acadêmica necessária à construção do conhecimento.

Assim como todas as principais universidades brasileiras, receptoras de grande investimento público, a Unicamp²⁹ formou um público majoritariamente branco e com renda familiar muito acima da média nacional.³⁰ Todavia, ao contrário da maioria das universidades brasileiras que cederam às pressões políticas e sociais que a discussão sobre cotas proporcionou nos anos 2000 no Brasil, a Unicamp se manteve contrária às cotas, defendendo, durante treze anos, a eficiência do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, o PAAIS, programa eleito pela universidade³¹.

As universidades estaduais paulistas, que figuram entre as melhores universidades do Brasil, têm sido historicamente as mais resistentes à adoção de programas de democratização ao acesso. Enquanto isso, nos Estados Unidos, as universidades mais prestigiosas, que figuram entre as melhores do mundo, são ferrenhas defensoras de programas de ação afirmativa. Aos poucos, estas instituições públicas do estado de São Paulo estão sucumbindo a uma tendência que parece inexorável de repensar o papel da universidade pública em uma sociedade democrática. Se ela é, de fato, inexorável, o futuro dirá (FERES & VENTURINE, 2016, p.23).

Delineado em 2004, o PAAIS apostou em um programa de inclusão por meio de bonificação. Ao invés da reserva de vagas, o programa implantado no processo seletivo do vestibular de 2005 acrescentava pontuações extras às notas finais dos alunos que cursaram o ensino médio na rede pública, e outra pontuação para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI)³².

Em teoria, a diferença entre cotas e a bonificação escolhida pela universidade é a de que a primeira reserva uma quantidade fixa de vagas para o público atendido e a segunda

autonomia econômica, técnica e administrativa, ou seja, são autônomas para deliberar, decidir e conduzir as orientações estatais, dadas por administração pública indireta, possibilitando a criação e modificação dos próprios regimentos.

²⁹ Ainda que também receptora de grande investimento privado, a verba pública ainda é a maior fonte dos recursos da Unicamp que, juntamente com a USP e a Unesp, dividem proporcionalmente o repasse fixo de 9,57% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) do Estado de São Paulo. Ver: http://correio.rac.com.br/conteudo/2017/04/campinas_e_rmc/475937-unicamp-investimento-privado-garante-pesquisa.html. Acesso em 25 de agosto de 2017.

³⁰ No entanto, à luz da propagação de discursos parciais e equivocados que defendem a privatização das universidades públicas, ressaltamos que o perfil do alunado foi finalmente modificado mediante às ações afirmativas. Além disso, o caráter público das universidades de excelência foi, desde a sua criação no Brasil, necessário para o desenvolvimento de pesquisas que beneficiam a sociedade em detrimento de interesses privados. “É interessante notar que a decantada ‘formação das elites’, bandeira ostensiva do grupo que então pensava a futura universidade, aparecia como algo indissolúvelmente ligado ao caráter público da universidade, sendo visto como a maneira de superar os vícios que proliferavam no cenário político” (SILVA, 2001, p.300).

³¹ Ver: http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_561_paginacor_09_web.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2017.

³² Pretos Pardos ou Indígenas, PPI, é a denominação utilizada pelo IBGE.

acrescenta uma pontuação ao final da nota alcançada pelo candidato. Na prática, a inclusão por cotas é mais eficiente, visivelmente em cursos chamados de alta demanda, onde as notas de cortes são tão altas que a bonificação se torna irrelevante.³³

De 2005, ano de sua implantação, até 2013, embora não aumentando de modo considerável a inclusão, o PAAIS manteve uma bonificação de 30 pontos para alunos que cursaram o ensino médio em rede pública e mais 10 pontos para o aluno auto declarado preto, pardo ou indígena. Sendo adicionados, ainda depois da segunda fase do vestibular³⁴, a bonificação também se mostrou pouco relevante na inclusão de alunos em cursos de alta demanda.

A provável ineficácia do PAAIS, como programa de inclusão, pode ser explicada pela recusa às cotas e ao principal critério elegido pelo programa, a conclusão do ensino médio em rede pública, sem delimitação de renda. Embora esse público seja também destinatário da política de inclusão na maioria das ações afirmativas empregadas no país, a política das outras universidades é efetuada de modo consideravelmente diferente da escolhida pela Unicamp. Enquanto que a já referida Lei de Cotas, por exemplo, especifica renda familiar bruta inferior a um salário mínimo e meio *per capita* para metade das vagas reservadas e renda familiar superior a um salário mínimo e meio para a outra metade, o PAAIS apenas estabelece recorte de renda

³³ Achei pertinente exemplificar a diferença entre cotas e bonificações, como eu entendi, por meio de um exemplo real de amiga de cursinho pré-vestibular. Rejane fez medicina na Universidade Federal de São Carlos e, antes disso, um curso pré-vestibular popular em 2008, ano que prestou todos os vestibulares de medicina das universidades do Estado de São Paulo. Embora não tenha passado na primeira fase do vestibular da Unicamp, ingressou, por meio de cotas raciais e sociais na Universidade Federal de São Carlos. Exemplificando de modo humano as diferenças entre as cotas raciais e bonificações, compartilho o depoimento da médica Regis: "Eu entrei em medicina em 2009, por cotas raciais e de escola pública, e na última lista de vagas remanescentes. Quando passei, foi no susto, porque não havia conseguido resultado positivo na universidade que eu pretendia na época, a Unicamp, e eu estava pleiteando uma vaga em um dos cursinhos comunitários da minha cidade. Embora eu tivesse me inscrito nas vagas remanescentes, não achei que iria ser chamada por causa da alta concorrência do curso de medicina. O resultado do cursinho e das vagas remanescentes saiu na mesma época. Eu já estava feliz porque havia conseguido uma vaga no cursinho popular, quando soube que havia passado no curso que eu queria, o mais concorrido das universidades públicas, me assustei tanto que demorei dois dias para contar para alguém. Fiquei bastante receosa porque não era a universidade que pretendia e porque o sistema de cotas, naquele momento, era alvo de crítica e visto com pré-conceito, além de que teria que morar ainda mais longe da minha cidade. Todavia, ao pensar sobre a condição socioeconômica da minha família optei por ingressar o quanto antes, pois não teria condições de me manter apenas estudando por muito tempo. Na UFSCar, eu recebi auxílios de permanência estudantil, se não fossem pelos auxílios, meus pais nunca teriam conseguido me manter dentro de uma universidade mesmo sendo pública, porque infelizmente há gastos com alimentação, moradia, material, etc. Nesses anos de graduação, aprendi e cresci bastante em muitos sentidos. Foram bem árduos os aprendizados, porque por mais que a gente saiba de todas as variáveis socioeconômicas que nos deixam em desvantagem, lidar com preconceito de forma tão escancarada no ambiente acadêmico, ainda mais no começo do programa, foi bem difícil. Felizmente, muita coisa melhorou conforme o aumento do número de cotistas e com as pesquisas provando o bom rendimento dos cotistas". Rejane Monte, relato à autora da pesquisa.

³⁴ Referenciando a experiência de Regis, em 2009 a concorrência por vaga do curso de medicina da Unicamp caiu de 78.9 na primeira fase para 8 por vaga na segunda fase. A concorrência do mesmo curso da UFSCar era de 127.5 por vaga, porém, a federal disponibilizava "20% das vagas de cada curso de graduação, a egressos do Ensino Médio, cursado integralmente em escolas públicas. Deste percentual, 35% serão ocupados por candidatos negros/as". Cf, <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/reserva-de-vagas> acesso em 23 de julho de 2017.

para a isenção do vestibular.

Segundo Tessler (2006), uma pesquisa realizada em 2003 pela COMVEST³⁵ foi utilizada para fundamentar a criação do PAAIS e a escolha do perfil de aluno beneficiado, no caso concluintes do ensino médio na rede pública. A pesquisa, que empreendeu uma análise para avaliar o desempenho dos alunos graduados ingressantes do período entre 1994 e 1997, comparou a situação socioeconômica dos alunos com os seus respectivos desempenhos acadêmicos. Uma das conclusões que fomentou o principal critério do programa foi a de que os alunos que cursaram o ensino médio em escola pública, com notas similares no vestibular, conseguiram um melhor desempenho durante a graduação³⁶.

Um estudo estatístico do desempenho de 4 gerações de estudantes da Unicamp (ingressantes entre 1994 e 1997) mostrou que ter estudado em escola pública é um fator que influencia positivamente o desempenho acadêmico. Se dois candidatos têm a mesma pontuação no vestibular, um oriundo de escola pública e um de escola particular, o que veio de escola pública terá tido, em média, um desempenho acadêmico melhor que seu colega ao se formar. (TESSLER, PEDROSA, 2008, p. 6)

Além disso, a exigência para a participação do programa foi justificada pelo o ex-coordenador da COMVEST da seguinte maneira: “Por motivos práticos é usualmente aceito o princípio de utilizar a escola pública como *proxy* para baixa renda ou exclusão, o que em média é um procedimento aceitável” (TESSLER, 2006, p. 2).

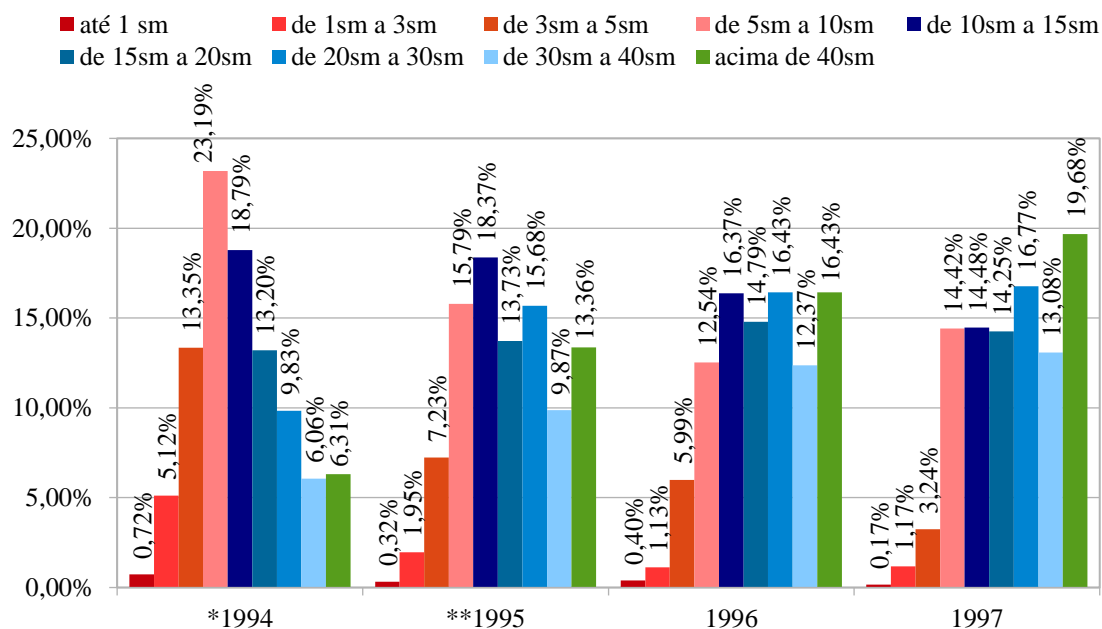
Entretanto, a pesquisa citada revela a compreensão da universidade quanto ao que considerou como inclusão de renda. Na ocasião, o estudo, que compreendeu a análise do perfil de 4.955 alunos ingressantes de 94 a 97 e formados até o final de 2002, teve como critério de distinção a renda familiar dividida em até 20 salários mínimos e superior de 20 salários mínimos³⁷.

³⁵ Criada em 1987, a Comissão Permanente para os Vestibulares (COMVEST) é o órgão da Unicamp responsável pela elaboração e realização dos vestibulares.

³⁶ Ver: http://www.comvest.unicamp.br/vest2004/desempenho_publica.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2016.

³⁷ Ver: *Em Igualdade de Condições, alunos de graduação da Unicamp que estudaram na rede pública têm desempenho acadêmico superior*. Campinas: Unicamp. Disponível: http://www.comvest.unicamp.br/vest2004/desempenho_publica.pdf. Acesso em 15 de julho de 2016.

Gráfico 1. Alunos matriculados na Unicamp, segundo renda mensal familiar (1994-1997).
Dados da pesquisa utilizada para a criação do PAAIS.



*Cruzeiro Real / ** Real

Fonte: Dados COMVEST.

O alto padrão de renda, ainda mais evidente quando comparado com a renda familiar do estado de São Paulo na década de 90, desvelado na pesquisa utilizada para a composição do PAAIS, mostra uma contradição no que compete à inclusão³⁸. Em suma, a Unicamp engendrou um programa de inclusão embasado na análise de um grupo que, apesar de concluintes do ensino médio público, possuía renda familiar muito acima do que pode se considerar como inclusão social.

Além de não aumentar consideravelmente o número de alunos provenientes da rede pública, ao longo dos onze anos analisados, o PAAIS também não conseguiu espelhar “a composição racial do Estado de São Paulo, principalmente no que se refere aos alunos pretos, pardos e amarelos” (FERES JÚNIOR & VENTURINI. 2016. p.13).

Diante dos baixos índices de inclusão, em 2015, o PAAIS passou por modificações. Ainda relutante à implantação de cotas, a universidade preservou o seu programa, optando pelo aumento da bonificação no vestibular de 2015 e, novamente, em 2016.

³⁸ Outras pesquisas efetuadas pela mesma universidade apontam nesse sentido e para a ineficiência do PAAIS. Ver Mendes (2006) e Alphonse (2016).

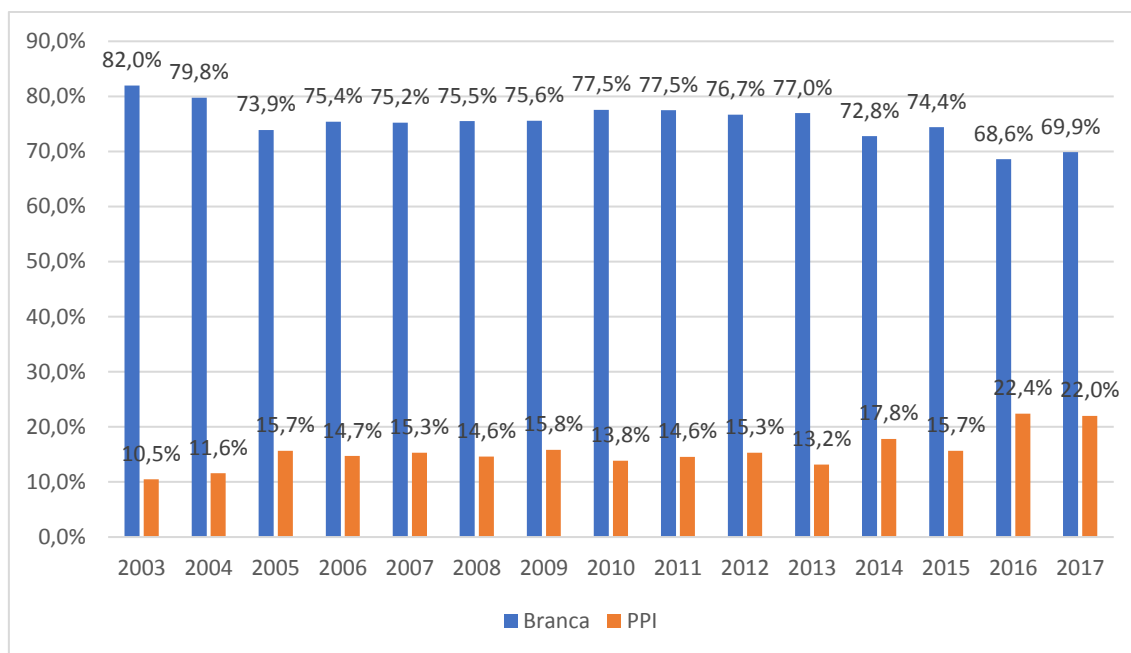
Tabela 1. Modificações da bonificação do PAAIS (2005-2016)

Ano	2005		2014		2016	
Vestibular	1ª fase	2ª fase	1ª fase	2ª fase	1ª fase	2ª fase
Ensino médio integralmente em escola pública	0	30 pontos	0	60 pontos	60 pontos	90 pontos às NR 90 pontos às NF2
Pretos, pardos e indígena	0	+ 10 pontos	0	+20 pontos	+ 20 pontos	+ 30 pontos às NR + 30 pontos às NF2
NR – Nota da Redação NF2 / – Nota da prova dissertativa						

Fonte: Dados CONVEST.

Mesmo com o aumento da inclusão, em decorrência dos ajustes na pontuação de 2015 e 2016, a porcentagem de PPI alcançado não corresponderia à porcentagem autodeclarada do estado de São Paulo. Em 2016, a porcentagem de PPI da Unicamp foi de 22,4%, diminuindo para 22,0% em 2017. A porcentagem autodeclarada preta e parda no estado de São Paulo foi, segundo dados do IBGE em 2009, de 34.4%.

Gráfico 2. Porcentagem total de alunos matriculados, segundo cor ou raça autodeclarada (2003-2017)³⁹



Fonte: Dados CONVEST.

O único benefício concedido aos candidatos que considera o recorte de renda familiar⁴⁰ é a isenção da taxa do vestibular da Unicamp. Concedida desde 2000, incluída posteriormente no PAAIS, a isenção é dividida em três modalidades. Na modalidade 1, destinada aos alunos de baixa renda familiar⁴¹, são oferecidas em número igual ao dobro do total de vagas da Unicamp; na modalidade 2 são oferecidas isenções aos candidatos funcionários da Unicamp/Funcamp, ao passo que a modalidade 3 isenta os candidatos dos cursos de licenciatura noturnos⁴².

Para compreender as diferenças que o recorte de renda representa no perfil dos

³⁹ A análise da inclusão foi realizada com dados a partir de 2003, primeiro ano que a CONVEST inseriu a questão racial em seu questionário aos ingressantes.

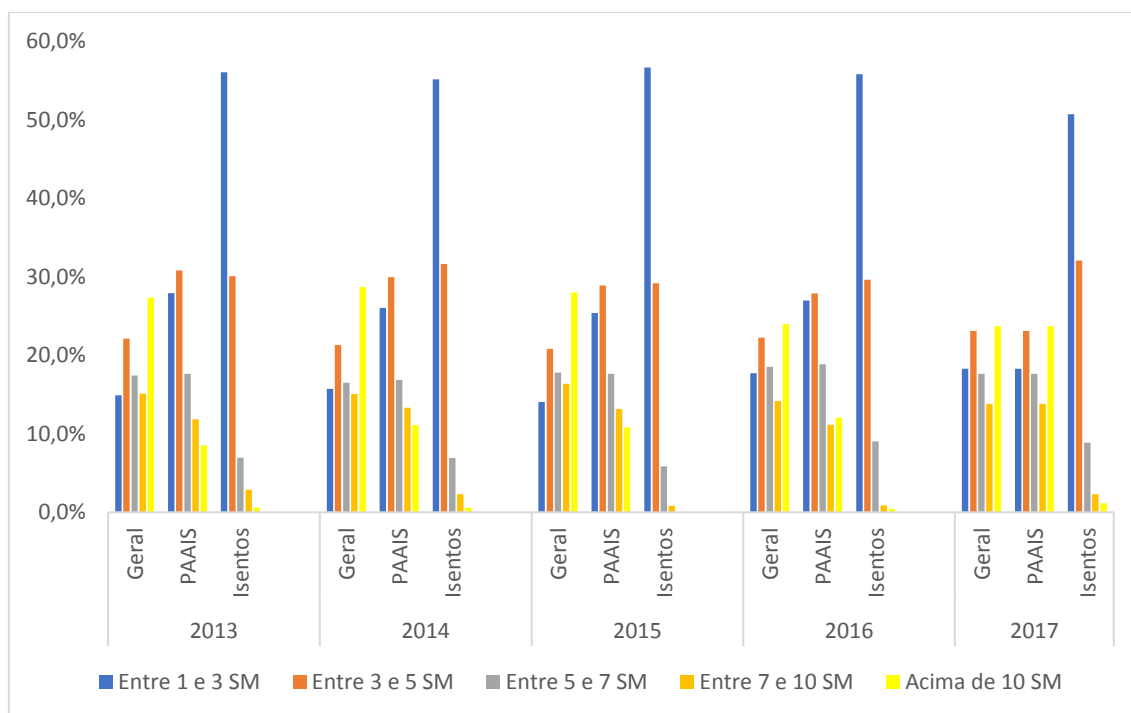
⁴⁰ A assistência social da Unicamp concede bolsas mediante comprovação de vulnerabilidade econômica somente para alunos matriculados após aprovação no vestibular.

⁴¹ Para a isenção do vestibular de 2018, a renda máxima do domicílio familiar do candidato deveria corresponder, no máximo, a R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais por morador.

⁴² Para se inscrever em alguma dessas modalidades, o candidato deve: “a) Ter cursado o ensino médio integralmente em instituições da rede pública de ensino; b) Já ter concluído ou concluir até o final do ano letivo de 2017, o ensino médio; c) Ser residente e domiciliado no Estado de São Paulo”. Cf. http://www.comvest.unicamp.br/wp-content/uploads/2017/04/Edital_Isencao_2018.pdf. Acesso em 14 de julho de 2017.

alunos da Unicamp, traçamos uma comparação que tem em conta o tipo de escola, a renda familiar e o percentual de PPI entre o total de alunos matriculados, optantes do PAAIS e contemplados com a isenção.

Gráfico 3. Comparação de renda familiar entre total de matriculados, optantes pelo PAAIS e contemplados com a isenção



Fonte: Dados CONVEST.

A comparação da renda familiar entre os três grupos, total de ingressantes, optantes do PAAIS e isentos, dos últimos quatro anos, evidencia que os beneficiados com a isenção estão nos grupos com menor remuneração. Por ser condição necessária à isenção ter cursado o ensino médio em rede pública, como no PAAIS, o número de isentos está incluído no percentual de PPI do PAAIS, que está incluído no percentual de PPI do total de matriculados. A porcentagem dos grupos “geral” e “PAAIS”, correspondente à faixa salarial entre 1 e 3 SM e entre 3 e 5 SM, também pertence, portanto, ao grupo dos “isentos”.

Em 2016, com o aumento da pontuação na segunda fase e o acréscimo da pontuação na primeira fase, o PAAIS alcançou o índice de 47,6% do total de matriculados. No ano seguinte, o programa atingiu a meta proposta em 2013 pelo Conselho Universitário, matriculando 50,3% de alunos que concluíram o ensino médio na rede pública. Todavia, embora a positiva repercussão oriunda dos dados estatísticos tenha enaltecido o programa de inclusão,

muitas questões quanto ao perfil desse aluno - que pontua a diversidade de tipos de escola públicas, a grande quantidade de alunos beneficiados concluintes do ensino fundamental particular e a alta renda do grupo ingressante mediante o programa -, foram postas.

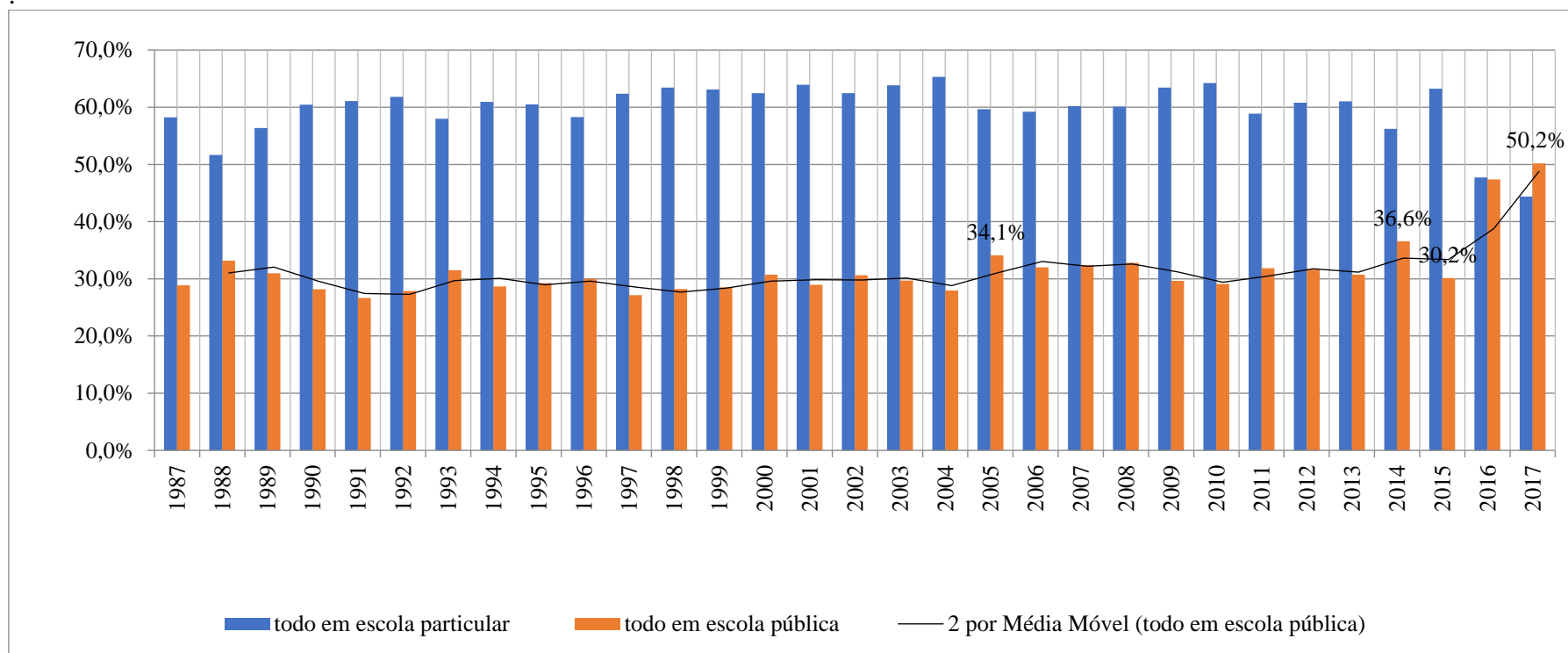
Concomitantemente à comemoração da meta alcançada, um relatório do GEMAA que avaliou os onze primeiros anos do PAAIS teceu severas críticas ao programa. Apesar do texto não analisar os resultados oriundos do vestibular 2017, o grupo, especialista em ações afirmativas, reafirma a recusa das cotas como um empecilho à inclusão.

Em suma, a modalidade de ação afirmativa adotada pela UNICAMP não foi eficiente em proporcionar inclusão racial e social nos últimos 11 anos, a despeito destes serem os objetivos propostos pelo PAAIS. Ao contrário das cotas, que, quando bem administradas, garantem a entrada de uma proporção fixa de candidatos oriundos dos grupos de beneficiários, os programas de bônus (pontos acrescidos) podem ser totalmente inócuos, como mostra o presente exemplo: basta que os pontos adicionais não sejam suficientes para provocar uma mudança na distribuição de vagas produzida pelas notas de corte do processo seletivo. O mais impressionante é que o programa ficou 11 anos em operação sem produzir resultados e mesmo assim foi mantido intocado, até o ano passado, quando finalmente foi redesenhado. (VENTURINE & FERES JR., 2016, p. 22)

Como indicado no gráfico abaixo, de 1987 até 2004, a média porcentual dos alunos do ensino médio concluintes em escolas públicas, contraposto com os alunos do sistema particular⁴³, foi de 29,3%, e de 2004 a 2015, 32%. Ou seja, durante os onze primeiros anos do PAAIS, o número de alunos oriundos de escolas públicas, principal critério do programa, aumentou apenas 2,7%.

⁴³ Para melhor visualização, os alunos que cursaram os dois tipos de escolas no ensino médio foram excluídos do gráfico.

Gráfico 4. Comparação entre alunos que concluíram o ensino médio na rede pública e particular, porcentagem relativa ao total de matrículas (2003-2017)



Fonte: Dados COMVEST.

A recusa em adotar cotas e delimitar recorte de renda em seu programa de inclusão também revela outras justificativas⁴⁴. Um dos argumentos utilizados para a defesa da bonificação com pontos em vez da reserva de vagas diz respeito ao receio de que alunos incluídos não conseguissem acompanhar o desempenho acadêmico exigido na universidade. Mesmo que parte das justificativas do PAAIS conflua com a argumentação, comumente empregada na construção de outras ações afirmativas com respaldo em reparações históricas, diversidade e justiça social, há uma evidente preocupação quanto ao nivelamento do conhecimento prévio entre os alunos de baixa renda e o aluno padrão universitário. “Nem todas as instituições de ensino superior (inclusive a Unicamp) têm condições de prover em pouco tempo uma educação que não foi proporcionada durante a formação fundamental e média” (TESSLER, p. 5).

O receio quanto ao rendimento intelectual de alunos de baixa renda, expostos por alguns defensores do PAAIS⁴⁵, reproduzem uma ideia de meritocracia ligada à determinada concepção de liberalismo de senso comum e limitado. Confluindo a política pública de inclusão com os princípios do liberalismo igualitário, Feres e Campos justificam as ações afirmativas por meio do ideal político do filósofo estadunidense John Rawls. Segundo os autores, a política de inclusão proporciona oportunidades iguais, em consonância ao liberalismo elaborado por Rawls em *Uma Teoria da Justiça* (1971). Desta perspectiva, aos grupos em situações divergentes são atinentes os argumentos de reparação e justiça social⁴⁶.

A justiça não pode ser reduzida ao formalismo da norma universal, como querem libertários e neoliberais – como, por exemplo, Hayek – mas que ela tem de ser baseada em um sentimento de justiça (*fairness*), que é um aspecto fundamental do sujeito moral e do sistema de cooperação social como um todo. Assim, as instituições básicas da sociedade devem sim promover redistribuição de bens e oportunidades (FERES e CAMPOS, 2013, p. 88).

Do ponto de vista jurídico, a reparação encontraria objeções por especificar um indivíduo que sofre violação de seus direitos, ou seja, a reparação teria que ser recebida por

⁴⁴ Primeiramente, a implantação do sistema de cotas seria uma opção mais adequada porque, além da experiência das cotas em universidades nacionais e internacionais desvelarem uma efetividade maior com relação às bonificações, a Unicamp teria diversos modelos e pesquisas de implantação para copiar ou mesmo adaptar, ao invés de criar um programa inteiramente novo.

⁴⁵ Ver TESSLER (2006) e TESSLER & PEDROSA (2008).

⁴⁶ A respeito desta defesa, Feres e Campos (2007) lembram que a expressão “igualdade de oportunidades”, na língua inglesa, é comumente empregada como sinônimo para ação afirmativa.

quem sofreu e cobrada de quem infringiu. “O paradigma liberal sob o qual se assentam nossas instituições jurídicas políticas é muito centrado no indivíduo. Em última instância, são os indivíduos que portam direitos” (FERES, 2007, p. 11). Não obstante, apesar da impossibilidade em nomear de modo pessoal os responsáveis pela escravidão, em decorrência do distanciamento temporal, o particularismo jurídico pode ser excetado quando se institucionaliza o Estado como responsável pelas segregações herdadas pela escravidão, reveladas nos índices de marginalização da população afro-brasileira, perpetuadas até hoje.

Segundo o liberalismo igualitário, uma ação afirmativa que tenciona a redistribuição e reparação para a construção de uma sociedade que oferece oportunidades iguais, tem que incluir efetivamente descendentes dos grupos historicamente prejudicados.

Ademais, as ações afirmativas também confluem com a meritocracia, defendida por grupos contrários à política, pois o fato de descender de um grupo historicamente escravizado, não isenta o indivíduo da obrigação de prestar o processo seletivo de uma universidade. A prova de seleção para as universidades de excelência tem que ser realizada por todos os candidatos, independentemente da reserva de vagas. Ou seja, se não possuir conhecimento suficiente para a realização da prova, tanto a bonificação quanto as cotas étnicas-raciais não permitem o ingresso do indivíduo beneficiado com a política.

No início de 2017, diante dos resultados estatísticos positivos e das críticas auferidas ao programa, uma deliberação da Subcomissão para Estudo de Proposta para eventuais modificações do PAAIS, reconheceu algumas das deficiências no programa quanto à renda dos alunos incluídos

Nota-se que, dos 1543 alunos matriculado pelo PAAIS em 2016, 358 (23,2%) apresentam renda familiar superior a 7 salários mínimos (equivalente a R\$5.516,00), e 186 (12,1%) tem uma renda familiar mínima de 10 salários mínimos. Estes dados apontam para uma heterogeneidade do perfil socioeconômico dos alunos bonificados no PAAIS, que pode levar a injustiças e a consequente exclusão de uma parcela da população inicialmente pensada para ser beneficiada pelo programa (Deliberação 001/2016: Subcomissão para Estudo de Proposta para eventuais modificações do PAAIS, p.3).

Apesar disso, no mesmo documento, a subcomissão não inclui o recorte de renda⁴⁷

⁴⁷ Uma das críticas ao programa evidenciou que o modo de configuração do PAAIS, sem recorte de renda, beneficiou alunos com renda muito acima da média nacional. “De acordo com os dados vestibular de 2015, do total de 997 alunos matriculados e optantes pelo PAAIS, apenas 20 declaram possuir renda familiar de 1 salário mínimo. A maior parte dos matriculados optantes pelo PAAIS possui renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos. Todavia, é curioso notar que há alunos beneficiados pelo PAAIS cuja renda familiar é superior a 10 salários mínimos. No vestibular para ingresso no ano de 2015, por exemplo, 75 alunos beneficiados pelo PAAIS declararam ter renda familiar entre 10 e 15 salários mínimos, enquanto 17 declararam possuir renda familiar superior a 20 salários mínimos (VENTURINE, FERES, 2016, p.19).

nas sugestões de mudanças do programa⁴⁸, e ainda defendendo o sucesso do PAAIS, recusa a inclusão das cotas étnicas e raciais no programa, inalterado até maio de 2017, quando o CONSU finalmente aprova cotas na Unicamp.

⁴⁸ As sugestões de modificação compreenderam: “2.1 Excluir dos beneficiários do PAAIS alunos que já cursaram a Educação Superior em Universidades Públicas. 2.2. Após uma análise mais aprofundada e ‘eventualmente’, propor uma bonificação adicional aos alunos que cursaram Ensino Fundamental II também em escola pública. 2.3 Uma possibilidade seria conceder uma pontuação proporcional ao desvio padrão do desempenho dos candidatos em cada curso separadamente” (Deliberação 001/2016: Subcomissão para Estudo de Proposta para eventuais modificações do PAAIS).

Capítulo 2 - A FPC e o NCN da Unicamp

2.1 - Primeiros anos de militância pró-cotas da Unicamp

Em 2012, o acalorado debate sobre o julgamento da constitucionalidade das cotas pelo Supremo Tribunal Federal⁴⁹ notabilizou, mais uma vez, o confronto de posicionamentos acerca da política de ação afirmativa. Apesar da temática ter sido recorrente no debate público, desde o início da implantação de cotas nas universidades brasileiras, na ocasião, a Unicamp contou com poucos espaços para a discussão.

Pensando a urgência do debate acerca das questões raciais, um grupo de estudantes negros do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL- Unicamp), organizou um evento para discutir sobre as cotas e o racismo estrutural do Brasil. As discussões proporcionadas pelo encontro mostraram-se tão fecundas que, ao término do evento, nomeado *Café com Raça*, o grupo percebeu a necessidade de criar mais espaços para a discussão, em grande medida negligenciada pela universidade.

Em agosto de 2012, sancionada a Lei Federal de cotas, os alunos reuniram-se para estruturar um grupo de estudos sobre o tema. Nesse primeiro momento, para tentar desconstruir argumentações de senso comum, o grupo de estudantes buscou aprofundar o entendimento sobre esta política pública. Durante o restante do ano, além das reuniões semanais, a FPC organizou seu primeiro evento militante intitulado *O grito por Cotas Raciais na Unicamp*.⁵⁰

Depois de formalizados os encontros para o estudo e discussão das cotas raciais, inaugurando a Frente Pró-Cotas da Unicamp, os estudantes perceberam a necessidade de refletir sobre outras pautas do movimento negro, também ausentes no cenário universitário.

Destarte, em novembro do mesmo ano, motivados pelos encontros realizados, o grupo organizou a primeira semana da consciência negra da Unicamp⁵¹, nomeada *Quem tem CorAge*, em referência ao título de um rap cantado por Z' Africa Brasil. As diversas palestras e

⁴⁹ “Após anos de debates e controvérsias, o Supremo Tribunal Federal finalmente decidiu sobre a constitucionalidade das cotas em 26 de abril de 2012, por unanimidade de seus membros. Se, por um lado, desde as primeiras iniciativas – atribuídas à UERJ –, várias leis e modalidades de cotas foram adotadas em universidades públicas, gerando conflitos e interpretações jurídicas variadas que culminaram com a decisão do STF sobre a constitucionalidade das cotas, por outro, durante esses anos, estudos e estatísticas produziram dados que possibilitaram um melhor entendimento sobre a temática” (BAYMA, 2012, p. 341).

⁵⁰ Ver imagem 1.1

⁵¹ Durante o processo de organização da semana, o grupo de alunos fez um projeto para tentar conseguir apoio financeiro da pró-reitora de extensão e para conseguir um espaço na Casa do Lago, um espaço cultural da Unicamp. Por meio do diálogo com a reitoria, os estudantes descobriram que havia um evento organizado pela Casa do Lago para o dia da consciência negra e que havia um grupo de funcionários negros da Unicamp chamado FicAfro, Fórum de Integração Afro-Brasileiro, que discutia cotas no serviço público.

mesas de debate que compuseram a semana de eventos dedicados à consciência negra tiveram como tema a desmistificação do racismo à brasileira e outros eixos como saúde, trabalho e educação da população negra.

Desvelada a importância das discussões ofertadas pelo evento, o grupo de alunos organizadores e participantes concluíram que as discussões acerca da complexidade da temática racial, pouco priorizada nos espaços de ensino-aprendizagem e de militância da universidade, tinham que ser uma constante. Assim, ainda durante a preparação do evento, o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp é formalizado.

Durante a preparação dos cartazes de divulgação, percebemos que o nosso grupo não tinha um nome para compor os cartazes, juntamente com o logo do CAC, coordenadoria de assuntos comunitários da Unicamp, a Casa do Lago e o FicAfro. Então, nomeamo-nos como Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, com referência ao Núcleo de Consciência negra da USP que já existia há alguns anos e que também tinha o laço acadêmico e militante, característica que pleiteávamos. Decidimos, com a nomeação, que o coletivo não terminaria com a semana. Max⁵², ex-militante da FPC e NCN.

No final do período letivo de 2012, portanto, o mesmo grupo de alunos que iniciou o debate de cotas da universidade também delineou o começo da militância estudantil negra da Unicamp. Apesar de ambos os grupos se ocuparem com as cotas raciais e terem compartilhado muito dos seus integrantes, o NCN surge por uma necessidade de abarcar demandas que excedem o escopo da militância Pró-Cotas.

Para além dos muros da universidade, o NCN construiu um diálogo com o movimento negro de Campinas e do Brasil, ampliando e fortalecendo a luta contra o racismo dentro e fora da universidade.

Diante disso, firmamos como principal objetivo a construção de uma luta conjunta entre estudantes, professores e funcionários da UNICAMP e movimentos sociais contra opressão rumo à conquista das bandeiras históricas do movimento negro tais como: fim do genocídio da juventude negra, igualdade de oportunidades no mundo do trabalho, valorização das contribuições da cultura afro-brasileira para a formação da cultura nacional, reconhecimento da dívida histórica com o povo negro decorrente dos crimes cometidos no período da escravidão. Também buscamos criar espaços de sociabilidade para o estudante negro da UNICAMP, compreendendo que o racismo instituído na universidade segrega, hostiliza e ataca diariamente a autoestima destes estudantes. NCN ⁵³

⁵² Nome fictício. Como observado, não há padronização na identificação dos relatos e das entrevistas, uma vez que optamos por deixar esta decisão aos relatantes e entrevistados.

⁵³ Cf. https://www.facebook.com/pg/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/about/?ref=page_internal. Acesso em 02 de setembro de 2017.

No ano seguinte, em 2013, os dois grupos foram se estabelecendo e construindo uma militância marcadamente acadêmica: aprofundavam os estudos de temática racial por meio de grupo de leituras, mesas de debate e eventos com a participação de especialistas e também atuavam em atos, marchas e em outras estratégias de militância estudantil. No início daquele ano, junto com movimento negro de Campinas, o NCN participou de um ato contra a ordem assinada por um comandante da polícia⁵⁴ que, em comunicado oficial, orientava a polícia a abordar, rigorosamente, indivíduos da cor parda e negra de 18 a 25 anos.⁵⁵

Em março de 2013, a divulgação do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista (Pimesp) tornou-se pauta central de discussão dos dois grupos. Afim de deflagrar o debate na universidade e convidar os calouros para a discussão, no mesmo mês, a FPC organizou uma roda de conversa sobre racismo e as cotas raciais.

O Pimesp foi uma proposta do governador Alckmin, desenvolvida em parceria com os reitores das universidades do estado, USP, Unicamp e Unesp, inspirado no Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFis) da Unicamp. Assim como o ProFis, o Pimesp propunha que os alunos aprovados nos vestibulares, por meio da cota estabelecida de 50%, frequentassem por dois anos um colégio comunitário para suprir a defasagem empreendida durante os onze anos de formação da rede básica pública. Em uma audiência pública realizada no mês de março⁵⁶, Sílvio Luiz de Almeida, advogado, professor universitário e presidente do Instituto Luiz Gama, argumentando contra o projeto, defendeu que.

A luta pela universalização do ensino e pela inclusão do negro existe há muito tempo. O Pimesp atropelou todas as discussões, tendo nascido da cabeça dos reitores, o que não significa que nasceu nas universidades. O Pimesp fala em meritocracia. Nem sabemos quem foi o autor do projeto, quais os especialistas consultados. Os dados distribuídos para justificar a medida estão distorcidos e sem fontes.⁵⁷

A polêmica envolta do Pimesp colocou o projeto no centro das discussões estudantis⁵⁸. Por fim, as congregações universitárias recusaram a implantação do Pimesp,

⁵⁴ Ver imagens 1.2 e 1.3.

⁵⁵ Cf. <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/orientacao-racista-na-pm-sp-provoca-indignacao-de-grupo-de-direitos-humanos>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

⁵⁶ Em março de 2013, sem discutir ou consultar a comunidade acadêmica, a Unesp divulgou a aprovação do programa.

⁵⁷ Cf. <http://deputadalecibrandao.com.br/index.php/noticias/79-pimesp-e-reprovado-em-audiencia-publica-na-asmbleia>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

⁵⁸ Em maio, preocupados com a possibilidade de implantação do Pimesp, o Diretório Central dos Estudantes, o DCE, e centros acadêmicos da educação, engenharia elétrica e biologia também organizaram debates sobre as cotas. Pela Frente Pró-Cotas também foram realizados debates. Ver: <https://cotasunicamp.wordpress.com/2013/05/>. Acesso em 05 de janeiro de 2018.

influenciadas pelo repúdio dos movimentos sociais, acadêmicos e intelectuais que levaram o projeto ao esquecimento.

Outro importante acontecimento para a construção da militância dos grupos ocorreu em junho de 2013, com a deflagração das manifestações que reuniu mais de um milhão de pessoas nas ruas do Brasil. Também nomeadas como jornadas e protestos, as manifestações, que a início se voltavam contra o aumento do valor da passagem do transporte público, posteriormente ampliaram suas pautas e reivindicações, expressando o descontentamento da população nas mais diversas áreas de responsabilidade estatal (GOHN, 2016).

As jornadas de junho de 2013 revelaram-se um rico cenário para a compreensão de uma nova forma de organização societária, que se apropria da internet, sobretudo de redes sociais⁵⁹. No Brasil, além de serem utilizadas como um importante meio de comunicação, as redes sociais mostram-se eficazes em mobilizar grande número de pessoas, atuando como um organizador de eventos que abrangem desde comemorações particulares às manifestações nas ruas.

Convocadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre⁶⁰ (MPL), as manifestações foram tomadas por diversos coletivos, movimentos estudantis e partidários e influenciaram outras movimentações que se seguiram, como o movimento dos secundaristas desencadeado no final de 2015 e as manifestações pró e contra o golpe político que afastou a ex-presidenta Dilma Rousseff⁶¹, em 2016. Para os incipientes grupos universitários, as jornadas de junho contribuíram para a construção de um diálogo com a sociedade que, em grande medida, reafirmou a luta pela democratização da universidade.

⁵⁹ A violência empregada pelo aparato repressivo do Estado de São Paulo para conter e impedir os manifestantes foi também amplamente divulgada nas redes sociais por meio de registros da própria população.

⁶⁰ O MPL foi oficialmente criado em 2005 em Porto Alegre, durante o FSM (Fórum Social Mundial), mas tem as suas origens nas manifestações que ocorreram em Salvador em 2003 (conhecida por Revolta do Buzu), em Florianópolis em 2004 (Revolta da Catraca), e no ativismo do CMI (Centro de Mídia Independente) (GOHN, 2016).

⁶¹ A interpretação é explanada por Haddad em “Vivi na pele o que aprendi nos livros, um encontro com o patrimonialismo brasileiro”. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em 23 de junho de 2017.

Na época atuávamos muito nas mobilizações na moradia. Depois de junho, como se tivessem virado uma chave, começamos a nos voltar para fora da universidade. Deixamos muitas pautas da moradia de lado porque sentimos que era um momento de estarmos nas ruas, em São Paulo. Acredito que todos os movimentos estudantis sentiram esse abalo, esse chamado. Rodri, FPC.⁶²

Passado o frenesi das manifestações, o NCN e a FPC prosseguiram a militância dentro e fora da universidade. Em agosto de 2013, o NCN participou da Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro⁶³ e a FPC iniciou uma coleta de assinaturas para a campanha por cotas raciais e sociais nas universidades estaduais paulistas.⁶⁴

Em outubro, o NCN organizou o segundo *Quem tem CorAge*. A semana de eventos dedicados à temática negra abarcou um compêndio das discussões feitas pelo coletivo durante todo o ano e foi intitulada *Racismo institucional: omissão e perseguição*: “Sabemos que temos muitas conquistas, mas acontece que quando temos conquistas, isso é omitido e quando não temos conquistas, somos perseguidos institucionalmente”, explana Max.

As atividades da semana foram distribuídas pelo campus de Campinas e abordavam também o genocídio da juventude negra, a PEC das domésticas⁶⁵, o desaparecimento do Amarildo⁶⁶ e a perseguição de terreiros de candomblé e Umbanda. Ainda, comemorando os dez anos da lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, foram realizados alguns debates em centros acadêmicos da Unicamp para refletir sobre a não execução da lei.

Uma característica marcada de qualquer movimento estudantil é o caráter temporário da participação dos militantes. Sendo assim, a maioria dos estudantes entrevistados, do grupo etário de 21 a 25 anos integrantes do NCN, ativos nos anos 2015 a 2017, ingressaram na Unicamp em 2014 e 2015, período em que o NCN, já consolidado, pode fazer um trabalho de acolhimento e possibilitar espaços de convívio e de reflexões acerca da questão racial.

O Núcleo de Consciência Negra da Unicamp foi o espaço que me recebeu quando entrei na Universidade. Mudando de São Paulo para Campinas, com diversas dificuldades e receios pelos quais passam os estudantes pobres, conheci ali pessoas que enfrentavam situações similares às minhas.

⁶² Os entrevistados da Frente Pró-Cotas escolheram ser identificados enquanto grupo.

⁶³ Ver imagens 1.5 e 1.6.

⁶⁴ Ver <https://cotasunicamp.wordpress.com/2013/08/>. Acesso em 05 de janeiro de 2018.

⁶⁵ Ver <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/pec-das-domesticas-leia-perguntas-e-respostas-e-tire-suas-duvidas-sancionado.html>. Acesso 10 de março de 2018.

⁶⁶ Ver <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/07/14/caso-amarildo-quatro-anos-depois/>. Acesso 10 de março de 2018.

Dia a dia muitos ditos de negação à nossa existência plena reverberam, também no racismo institucional que tenta insistentemente privar o acesso. Então há uma necessidade latente de travar o debate acerca dessa condição, não só do estudante negro na Universidade, mas do sujeito negro em uma sociedade hierarquizada racialmente, dando continuidade a enfrentamentos que outros grupos e sujeitos negros também trilharam nesta Universidade, como o NEN (Núcleo de Estudos do Negro) e diversos militantes que travaram a luta antirracista. G. A. NCN.

Um dos, talvez o mais importante espaço de acolhimento aos alunos de baixa renda da Unicamp, é realizado pelos estudantes moradores da moradia estudantil, habitação gratuita concedida aos alunos com dificuldades financeiras. O Programa de Moradia Estudantil da Unicamp é parte dos auxílios sociais do programa de permanência, gerenciado por um departamento nomeado como Serviço de Apoio ao Estudante.

Apesar de relutante às propostas de cotas raciais, a Unicamp é uma das universidades brasileiras com os programas mais adequados de permanência estudantil⁶⁷. Contudo, o que poderia condizer com um projeto de universidade que almeja construir ensino e pesquisa de excelência a Moradia, ou *Moras* como é conhecida, não foi concedida gratuitamente, mas conquistada por meio de um grupo militante de alunos que ocupou o ciclo básico da universidade durante os anos de 1985 e 1986⁶⁸.

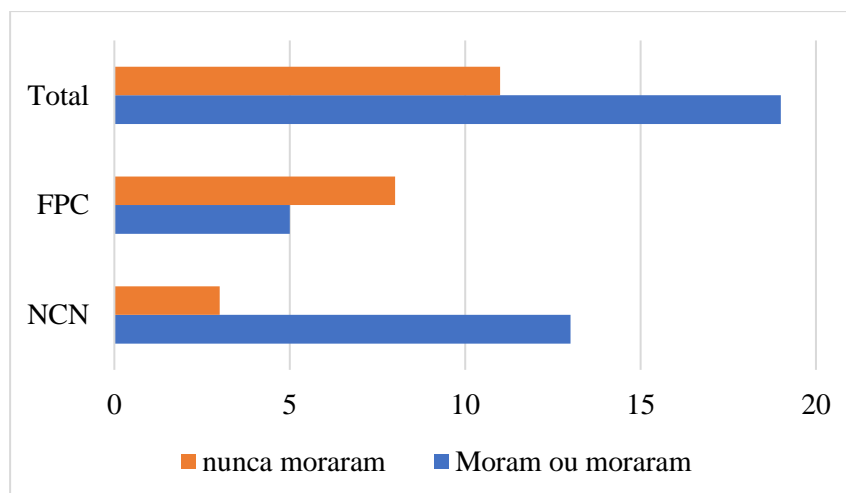
Nomeado movimento TABA, em referência à coletividade indígena, o grupo, que militou sob ameaças institucionais até a entrega da moradia, concluída somente em 1992, influenciou todo o projeto pensado para suprir diversas demandas, não apenas a habitacional.

A moradia que abrigaria os ex-tabanos não deveria ser apenas um espaço de “guardar as coisas”, uma “pensão de estudantes”. Era necessário a construção de um espaço de vivências coletivas, que desse continuidade aos novos estudantes, já muito mais amadurecidos, de experiências singulares e, sobretudo, de paixão convicta pelo coletivo (CARPANETTI, 2010, p. 14).

Durante as entrevistas realizadas, os militantes comumente citaram a moradia como cenário de diversos eventos centrais da experiência universitária. Das trinta entrevistas realizadas para a pesquisa, cinco alunos da FPC e quatorze militantes do NCN moram ou já moraram na moradia da Unicamp.

⁶⁷ Reforçando a tese de que o desempenho acadêmico dos beneficiados está diretamente relacionado aos apoios investidos para a permanência do aluno beneficiado durante o curso é notório ressaltar que a maioria dos militantes pesquisados possuem alto rendimento acadêmico (WEISSKOPK, 2008).

⁶⁸ Ver imagem 1.12.

Gráfico 5. Militantes do NCN e FPC moradores da Moradia da Unicamp

Fonte: Dados da autora.

A Moradia estudantil tornou-se, como almejado pelos tabanos, um espaço para discussões políticas, lúdicas-culturais e para a construção de coletividade e cumplicidade. Os militantes dos dois grupos pesquisados compartilham respeito, empatia, amizade e afeto; talvez componentes primordiais, mas nunca prognosticado nos manuais para a militância.

Como moradores, ex-moradores e frequentadores, os integrantes do NCN e FPC apontam a moradia como um espaço de extrema importância para a formação política, porque é um espaço para a formação humana, que é permeada na opressão e conflitos, mas com grandes possibilidades de coletividade e diálogo. Como a grande maioria são ou foram moradores, muitos compartilharam a mesma casa, o mesmo quintal, ou se conheceram em alguma atividade cultural, social ou cotidiana da Moradia.

Cheguei em Campinas para a matrícula não tinha um real no bolso. O meu plano era arrumar um trabalho para tentar me sustentar. Nos dois primeiros dias de Unicamp eu dormi em uma casa da moradia estudantil com mais doze pessoas. Não havia casas na moradia com vagas. Nunca tinha saído de casa e era meio desesperador não saber onde ia dormir. Conheci um veterano de ciências sociais também do Grajaú, o Sílvia, e eu fiquei de hóspede na casa dele, na moradia, até passar pelo processo seletivo do SAE e conseguir meu termo de oficial. (...). Quando era hóspede do Sílvia eu conheci a Taina (outra militante do NCN) que também ingressava na Unicamp. Através do Sílvia eu conheci o NCN (Bruno Ribeiro, sobre o ingresso na Unicamp em 2014).

As intensas atividades políticas e reivindicatórias do ano de 2013 foram imprescindíveis para o estabelecimento da militância do NCN e a FPC. Os espaços

compartilhados, como a rua nas manifestações e a ocupação da reitoria⁶⁹ aproximaram os grupos de coletivos e organizações políticas, importantes aliados para a construção da luta contra o racismo. Nos anos seguintes, o NCN cumpriu com assiduidade uma agenda de participação e organização de eventos, manifestos, protestos, mesas de discussões⁷⁰.

2.2 - Quem são os militantes?

Ao contrário do que se pode imaginar, os estudantes negros da Unicamp nem sempre foram favoráveis às cotas. Na dissertação de mestrado intitulada *A exclusão do negro na universidade pública: história oral de graduandos afro-brasileiros da Unicamp* (SILVA, 2001), os estudantes negros do final da década de 90 mostraram-se confusos e com pouco conhecimento sobre o tema.

Pode-se perceber nas falas dos entrevistados que as suas opiniões sobre “cotas” são divergentes, apenas dois se colocam a favor, outros contra e há os que não têm uma postura definida em relação ao tema, às vezes são a favor, outras vezes contra. Há ainda os que ao se colocarem favoráveis não estão pensando em “cotas” para o suprimento de uma defasagem “racial” e sim social (SILVA, 2001, p. 152).

O posicionamento do grupo conflui com a argumentação defendida pela sociedade em geral, que naquele início dos anos 2000, refletindo o total desconhecimento sobre a política, reproduzia o senso comum construído por meio da argumentação superficial da grande mídia. Todavia, a dissertação de mestrado *Anônimos e invisíveis: os alunos negros na UNICAMP*, (2006) indica outra causa para a recusa às cotas.

Publicada dois anos depois da implantação do PAAIS, na qual foram entrevistados dezenove estudantes negros de diversos cursos, a pesquisa indicou que o perfil socioeconômico dos alunos participantes, em muitos casos, como condizente com o perfil da elite acadêmica⁷¹,

⁶⁹ Em outubro de 2013 a reitoria da Unicamp foi ocupada durante 13 dias em resposta ao acordo entre a Unicamp e a polícia militar, realizado como resposta à repercussão midiática sobre o assassinato de um estudante, durante uma festa no campus de Campinas. O acordo foi revogado após a ocupação. (Ver, a esse respeito: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/10/01/proposito-da-tragica-morte-de-denis-papa-casagrande>, <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/09/apos-morte-de-aluno-unicamp-aceita-policia-militar-dentro-do-campus.html>). Acesso em 3 de outubro de 2017.

⁷⁰ Ver imagens 1.14 a 1.20.

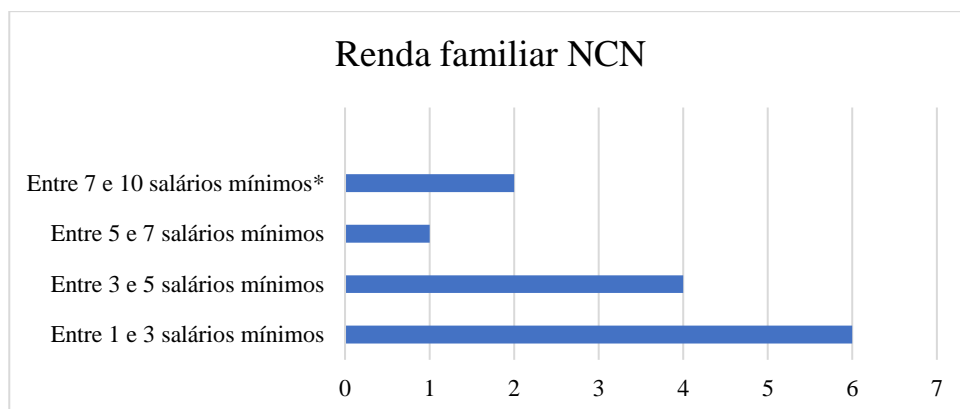
⁷¹ “Chegando a campo me surpreendi, pois encontrei uma realidade distinta. Havia um grupo de estudantes negros cujas trajetórias de vida não compunham o descrito pela bibliografia. Encontrei jovens estudantes negros cujas histórias de vida não se diferenciavam em quase nada dos outros alunos universitários. Digo quase nada, pois a cor da pele parecia ser sua única diferença. Assim, ao terminar minhas entrevistas tinha um quadro interessante:

reproduzia suas preocupações.

O posicionamento de grande parte dos entrevistados a respeito do debate sobre as cotas reflete, portanto, suas perspectivas e suas percepções sociais, pois, por serem majoritariamente oriundos de classes sociais com mais recursos financeiros, ao contrário da maior parte da população negra brasileira, para muitos, essa discussão não se aplica às suas realidades e trajetórias sociais. A maioria dos estudantes negros na Unicamp não se reconhece como um grupo de alunos negros, mas como indivíduos que pertencem a alguma classe social específica (SOUZA, 2006, p. 70).

Como antes explicitado, o programa de ação afirmativa elegido pela Unicamp, sem cotas raciais e sem recorte de renda, dificultou a real inclusão na universidade. Contudo, o perfil dos militantes do FPC e o NCN mostram uma modificação no perfil socioeconômico dos estudantes da universidade que, diferentemente dos grupos entrevistados para a pesquisa de 2006, apresentam dados semelhantes à população pobre do Brasil, de maioria negra⁷².

Gráfico 6. Renda Familiar Núcleo De Consciência Negra

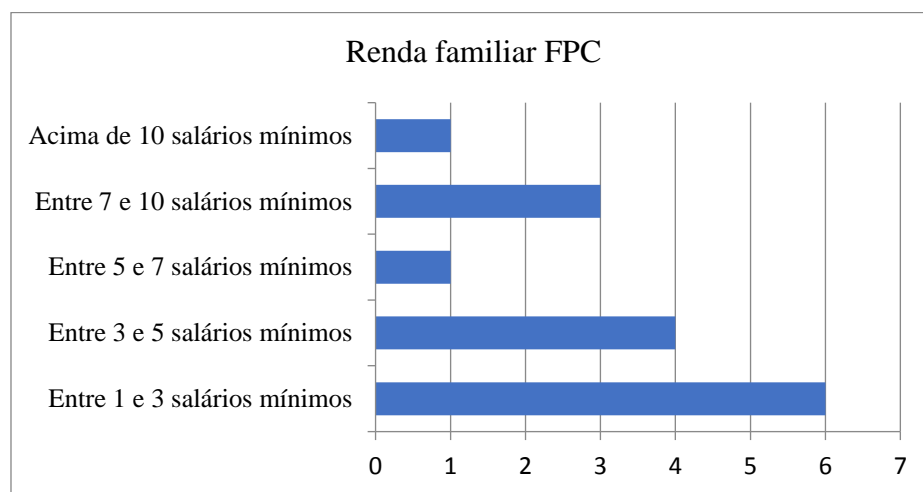


*Os dois estudantes que correspondem à faixa salarial de 7 e 10 SM são um doutorando e uma doutora. O restante dos participantes está na graduação.

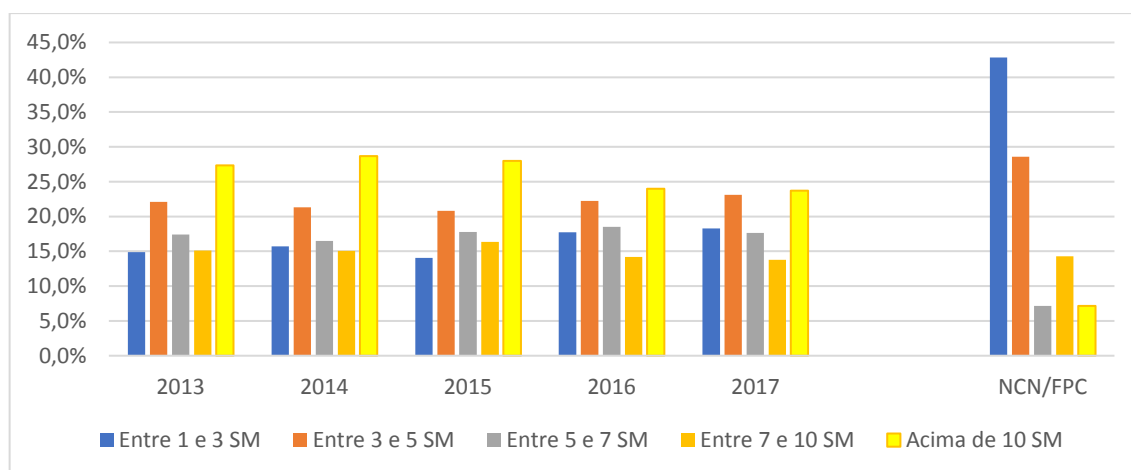
Fonte: Dados da autora.

um grupo de estudantes negros cujas trajetórias sociais eram similares a de outros estudantes já relatado em outros estudos, ou seja, encontrei trajetórias sociais de estudantes negros com menores condições socioeconômicas – o que já era esperado – encontrei, também, no entanto, trajetórias sociais de estudantes negros, cujas condições sociais os aproximavam do estudante universitário padrão: jovens, com pais com alto nível de escolaridade e com renda familiar elevada” (SOUZA, 2006, p. 88).

⁷² Ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>. Acesso em 11 de janeiro de 2018.

Gráfico 7. Renda Familiar Frente Pró-Cotas

Fonte: Dados da autora.

Gráfico 8. Comparação da renda familiar entre total de matriculados da Unicamp, NCN e FPC

Fonte: Dados da autora e da COMVEST.

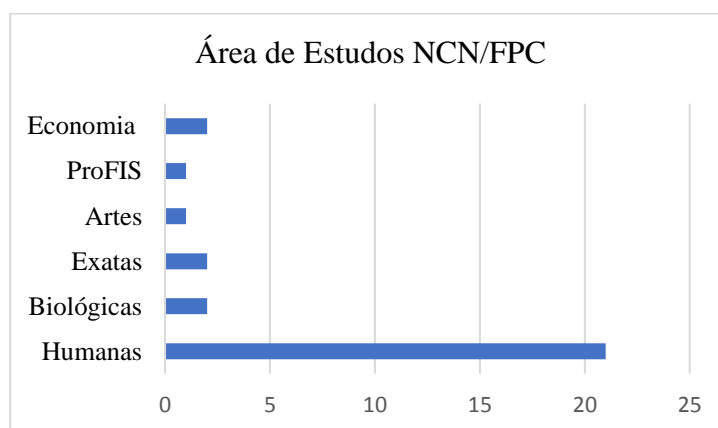
Quando se compara a renda familiar do total de matriculados dos últimos cinco anos, período em que a Unicamp incluiu mais alunos de baixa renda, os estudantes dos dois grupos, NCN e FCP, representam a parcela com renda mais baixa da universidade. Do mesmo modo, os dados sobre o tipo de escola cursada no ensino fundamental e médio do grupo militante⁷³ também se diferencia dos índices do alunado universitário padrão. A média de alunos matriculados na Unicamp que concluíram o ensino médio em escolas públicas,

⁷³ Afim de facilitar a exposição, os dados do NCN e da FPC foram agrupados. Do total de 30 participantes da pesquisa, 24 são negros e 6 são brancos. Todos os integrantes do NCN são negros.

ingressantes no período da maioria dos entrevistados, 2012 a 2015, é de 32,27%.

Confluindo com a pesquisa do GEMAA, que aponta que o PAAIS inclui mais em cursos de baixa demanda, a maioria dos entrevistados pertence à área de humanas. Todavia, as entrevistas também indicam para a trajetória escolar como um influenciador na escolha do curso.

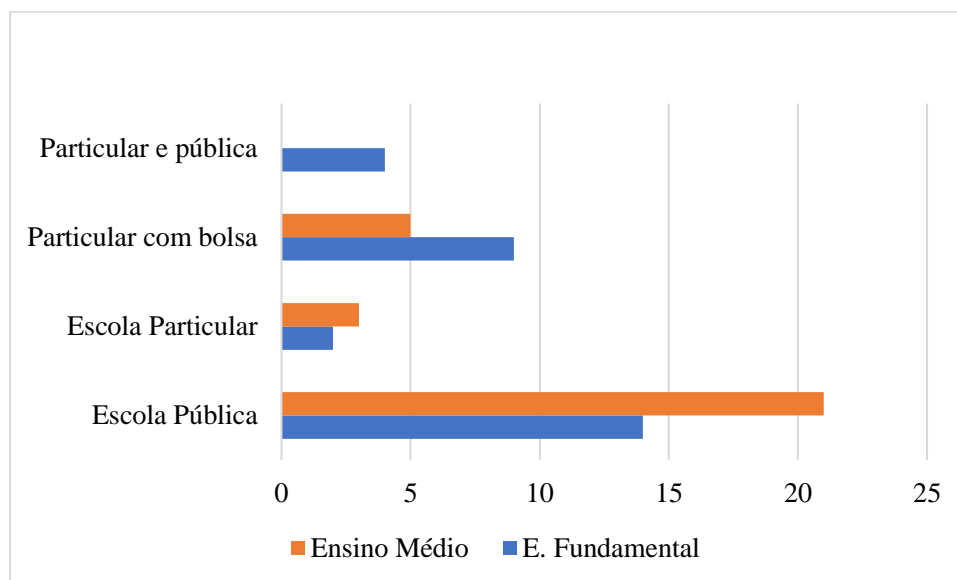
Gráfico 9. Área de estudos dos grupos.



Fonte: Dados da autora.

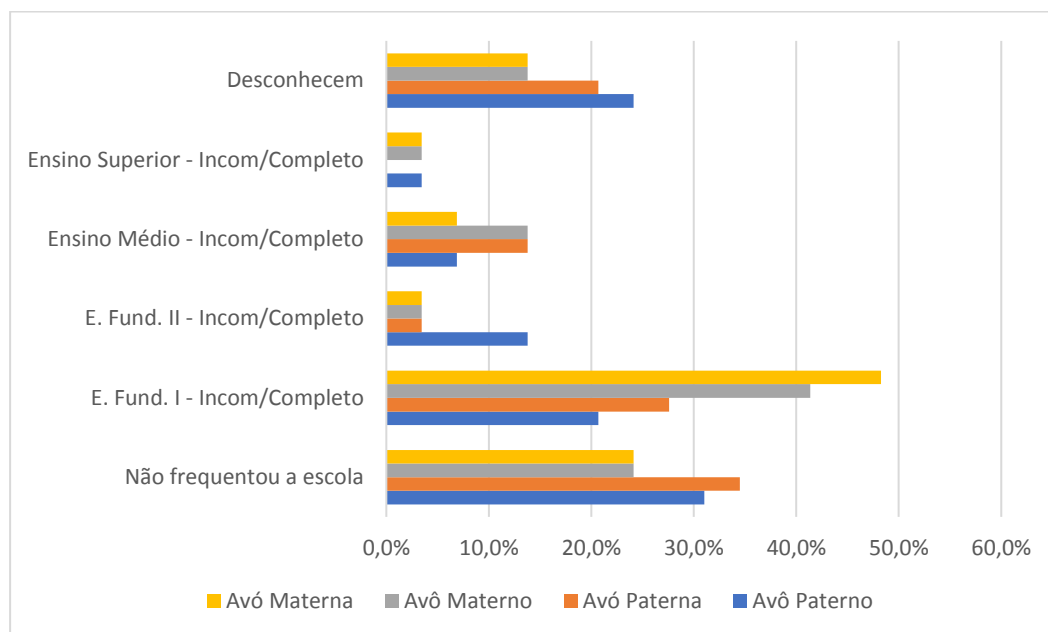
O percurso escolar básico dos grupos corresponde à parcela beneficiada pelo PAAIS. Vinte e um dos entrevistados cursaram o ensino médio e quatorze o ensino fundamental em escola pública.⁷⁴

⁷⁴ Assim como o PAAIS, não diferenciamos as escolas públicas daquelas que contam com grandes investimentos estatais, como as Etec's, das escolas públicas comuns ou periféricas.

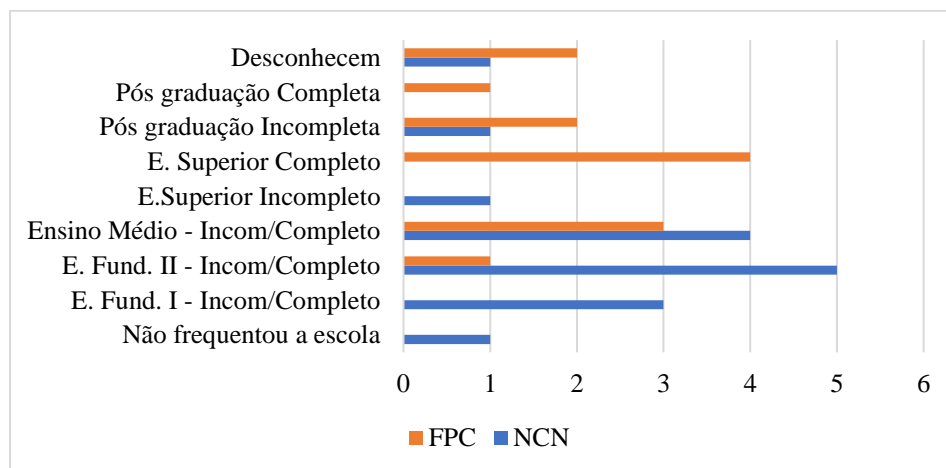
Gráfico 10. Tipo de escola cursada no Ensino Fundamental e Médio - NCN/FPC

Fonte: Dados da autora.

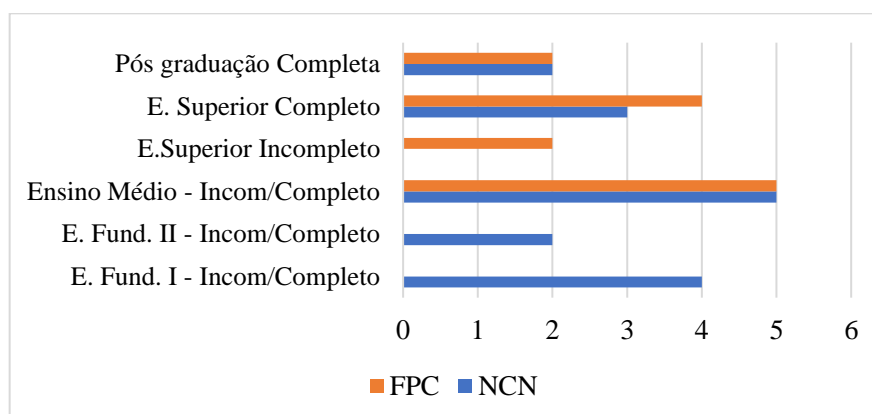
Do mesmo modo, o histórico de escolaridade familiar dos entrevistados segue os dados gerais da população desassistida no Brasil: avôs que não frequentaram escola, avôs com apenas ensino fundamental e médio. Ressalta-se ainda que boa parte do grupo de entrevistados mais jovens, de vinte a vinte cinco anos, desconhece parte de sua ascendência em decorrência do abandono paterno.

Gráfico 11. Escolaridade dos avôs, em percentagem

Fonte: Dados da autora.

Gráfico 12. Escolaridade do pai

Fonte: Dados da autora.

Gráfico 13. Escolaridade da mãe

Fonte: Dados da autora.

A maior parte das ocupações dos pais dos integrantes do NCN diz respeito a atividades profissionais menos valorizadas, como porteiro, motorista, faxineiro, pintor ou vendedor. Apesar de alguns dos pais também exercerem atividades de baixa remuneração, outros, no caso dos integrantes da FPC, ocupam funções de média e alta remuneração, como dentista, médico, bancário ou economista. As mães apresentam, na média, nos dois grupos, maior escolaridade em relação aos pais, ainda que também exerçam atividades também pouco valorizadas, como faxineira/doméstica, vendedora ou cuidadora do lar.

Embora sejam notórias as diferenças do perfil socioeconômico dos militantes pesquisados, quando comparados com o perfil universitário padrão e também com o perfil dos alunos negros entrevistados da já citada pesquisa de 2006, um exame do percurso escolar e militante dos entrevistados revela que essa mudança não decorre somente, ou preponderantemente, das ações afirmativas. Ainda, no caso da ação afirmativa da Unicamp, o PAAIS, a pontuação adicionada em seus dez primeiros anos não tem relevância suficiente para pensarmos a eficiência real de inclusão do programa.

Contudo, à luz das entrevistas realizadas, é perceptível que a mudança na inclusão da universidade não decorre exclusivamente de seu programa de ação afirmativa, apesar de ter como causa a democratização do ensino superior, somada aos investimentos sociais empreendidos durante a gestão do presidente Lula.

Desta forma, um exame mais humano e aprofundado do percurso escolar do aluno e o contexto socioeconômico dos grupos revelam-se importantes chaves para pensar a eficiência das políticas de inclusão em universidades, comumente avaliadas por critérios matematizados

e estatísticos.

2.3 - Herdeiros da militância

Diante da exigência das provas para ingresso de universidades como a Unicamp, o cursinho pré-vestibular tornou-se uma extensão do ensino médio para aqueles que cogitam uma vaga no ensino superior de excelência. Com o objetivo de recuperar, ou mesmo ensinar, o conteúdo curricular do ensino básico, o cursinho pré-vestibular propõe um treino intensivo para melhorar a eficiência nas resoluções das provas.

Embora o cursinho seja um natural percurso para quem deseja ingressar nas universidades públicas, por não ser obrigatório, como o ensino fundamental e médio, sua oferta não é garantida pelo estado, tornando-se fonte de altos rendimentos para o mercado privado de educação.

A falta de recursos financeiros para pagar os cursinhos, que no Estado de São Paulo chegam a custar até cinco salários mínimos, somada ao desalinhamento do conteúdo ensinado na escola pública comum com o conteúdo de provas como o Enem e outros vestibulares, ensejam a exclusão de grande parte da população de baixa renda, nas universidades públicas.

Todavia, acompanhando as implantações das políticas públicas de ações afirmativas, o número de cursinhos pré-vestibular populares e comunitários no Estado de São Paulo vem aumentando desde 2004. Um dos motivos deste aumento pode ser encontrado na democratização do acesso à educação, básica e superior⁷⁵.

Um dos argumentos em defesa das políticas de ação afirmativa no ensino superior fundamenta-se nas maiores possibilidades de retorno social que os estudantes de baixa renda, formados em universidades de referência, ofertariam à sociedade. Analisando os resultados das ações afirmativas em universidades da Índia, Weisskopf (2008) reafirma o argumento quando conclui que.

As políticas de AA também têm contribuído de outras maneiras ao fortalecimento da sociedade indiana. Há indícios de várias fontes sugerindo que Dalits e Adivasis formandos buscam, com maior frequência que outros, realizar objetivos não materiais, o que inclui a prestação de serviços para a comunidade, especialmente as mais necessitadas (WEISSKOPF, 2008, p. 46).

⁷⁵ Nas últimas décadas, houve grande expansão do sistema de ensino da educação básica. Posteriormente, também observamos a expansão da oferta do ensino superior, principalmente o privado, que corresponde a 87,7% das instituições de educação neste nível. Ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-08/ritmo-de-crescimento-no-numero-de-matriculas-no-ensino-superior-diminui-em>. Acesso em 4 de outubro de 2017.

No Brasil, um evidente sinal do retorno social e da democratização do ensino superior público foi a expansão dos cursinhos pré-vestibulares fomentados de modo retroalimentar por ex-alunos da rede pública e de cursinhos populares.

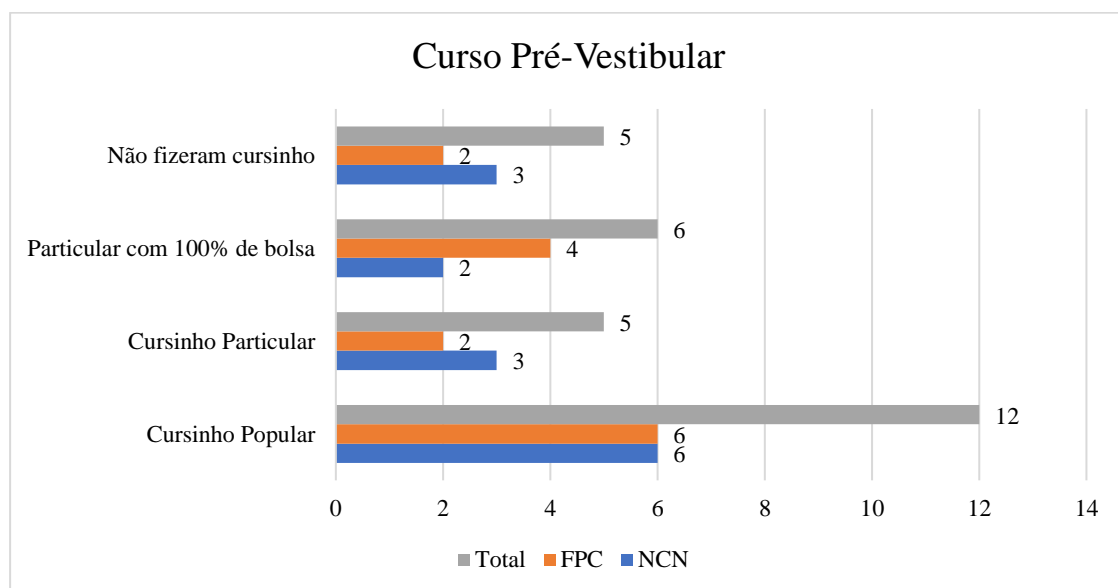
Também é notória a ligação dos cursinhos com as universidades públicas. Nascimento (2009) aponta que grande parte dos cursinhos pré-vestibulares sociais e comunitários da capital de São Paulo tem ligação com o movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) e com o movimento negro.

Ainda, em outro momento, enfatiza que.

A história dos cursos pré-vestibulares populares, alternativos e comunitários está intimamente ligada à organização e às reivindicações dos movimentos negro e estudantil. Esses cursinhos de corte racial têm sido um dos principais instrumentos de difusão da agenda do movimento negro brasileiro, disseminando o ideário anti-racista, em ênfase na crítica ao mito da democracia racial (SANTOS, 2005; ANDRADE, 2002, Apud NASCIMENTO, 2009 p. 37).

Confluindo com a literatura exposta, a maioria dos cursinhos populares frequentados pelos integrantes do NCN e FPC são ligados às universidades, USP e Unicamp, ou/e ao movimento negro, como os cursinhos da Educafro, o Projeto Raiz e o Centro de estudar Acaia Sagarana. Dez dos doze entrevistados que estudaram em cursos pré-vestibulares populares pontuaram a influência do cursinho para a escolha da graduação e da militância.

Gráfico 14. Tipo de Curso Pré-Vestibular



Fonte: Dados da autora.

Cinco dos militantes e ex-alunos de cursinhos comunitários foram voluntários em cursinhos da região de Campinas e outros nove estudantes foram colaboradores, além de terem atuado em projetos sociais e militantes antes da Universidade. Destarte, o cursinho pré-vestibular mostrou-se um importante ponto de confluência entre os entrevistados e também desvelou a sua importância que transcende o aprendizado conteudista, direcionado ao vestibular.

Nasci e cresci em um bairro da Zona Sul de São Paulo chamado Jardim Ângela. E quando no período de decisão sobre meu futuro, isto é, sobre a pergunta do que fazer após o término do Ensino Médio, tinha duas opções: trabalhar ou trabalhar e tentar estudar. Pois para pagar um cursinho pré-vestibular, eu precisava trabalhar pra pagá-lo e até então não conhecia essa proposta de cursinhos gratuitos onde professores voluntários davam aulas pra alunos que não podiam pagar cursinhos privados, os chamados cursinhos populares/comunitários. Um professor da escola perguntou se eu tinha interesse em fazer faculdade, eu disse que sim, e ele me indicou um cursinho aqui na Zona Sul, no bairro de Cidade Dutra - um pouco longe do Ângela, porém, pros parâmetros de Sampa, próximo da minha casa - o cursinho se chamava Projeto Raiz. Lá eu fiz amigos, estudei, entendi o quão ideológico e pseudo-meritocrático é o vestibular, enfim, lá pude me formar politicamente, me fortalecer pra batalha que seria estudar entre alunos de classe média, majoritariamente brancos. No Raiz eu me fortaleci, pois alimentava a técnica para fazer o vestibular, ao passo que também me alimentava politicamente: lá tive contato pela primeira vez com discussões como o papel opressor do Estado, desigualdades de gênero, de classe e racial - no cursinho comecei a assumir meu cabelo black - me recordo da frase de um professor da matéria de pensamento crítico, o Miranda, uma vez ele disse "gente, isso aqui é um grande balde, aí você tem que escolher, se quiser sair, pode sair, agora quando você entra, aí já era, você não sai mais" ele falava dessa coisa de questionar as coisas erradas ou "certas" que vemos diariamente acontecer na sociedade. Eu escolhi pular no balde... (Gu, FPC, ingressante de 2014).

Os cursinhos populares no Brasil comumente se tornaram parte da trajetória de vida dos alunos de baixa renda formados nas universidades públicas⁷⁶. Porém, diferente dos

⁷⁶ A exemplo, um relato da ex-coordenadora do curso pré-vestibular gratuito da moradia da Unicamp "Eu tive contato com o cursinho popular ainda no ensino médio, havia uma colega da escola que estudou no cursinho da Unesp de Sorocaba que se chamava "gerabixo". Quando eu concluí os estudos tive a oportunidade, por meio de muito esforço pessoal, a participar deste projeto. Eu e mais duas irmãs estudamos no mesmo cursinho e sem dúvidas, foi essencial para nossa aprovação no vestibular. Logo quando entrei na Unicamp e me senti mais segura, no segundo ano da faculdade, eu quis participar de um projeto social de preferência que fosse um cursinho. Foi então, através de colegas da própria moradia que eu soube do PROCEU, isso em 2012. Desde então sou professora e colaboro no cursinho. Sem dúvidas, participar de um cursinho popular como aluna me motivou e motiva para que eu continue seguindo como professora no projeto, mesmo depois de formada". Fran, graduada em história.

cursinhos privados, o caráter colaborativo dos cursinhos populares constrói um cenário revolucionário para a educação, que infelizmente excede o escopo desse trabalho.

Em alguns relatos, a participação em projetos sociais, educacionais e culturais também foram decisivos para oportunizar possibilidades de formação educacional e militante, anterior à universidade.

Comecei a participar do ponto de cultura chamado “oficina dos sonhos” do meu bairro, jardim Eliana, no Grajaú, que atua pela erradicação do trabalho infantil. (Uma parceria do ministério da cultura com a fundação projeto Travessia). Na época eu tinha onze anos e trabalhava desde os 8, no supermercado e em outros comércios do bairro, meu irmão ia para o farol. O meu irmão fez farol dos 10 aos 14 anos. Começamos a ser atendidos e fazer aula de rádio dentre outras coisas. Eu fiquei muito amigo dos educadores. Com uma das educadoras, que inclusive é minha madrinha, estabeleci laços para além da fundação. Com ela eu descobri que existiam universidades públicas, que eram excelentes universidades, que existia o vestibular. Então eu saí da sétima série, por exemplo, sabendo que eu queria fazer vestibular. A militância negra começou aos treze anos, ainda na fundação Travessia. Eu comecei a ser atendido na fundação com onze anos e aos treze eu já ajudava como oficineiro. Eu até ganhei edital para oficinas. Bruno Ribeiro, NCN, 22 anos.

Além da precocidade e maturidade para as questões da militância de grande parte dos entrevistados, do grupo mais jovem, ser explicada pelo envolvimento e experiência com outras pautas sociais, a proximidade com os debates proporcionados por esses espaços apresenta-se como de extrema valia para o combate ao racismo institucionalizado na universidade.

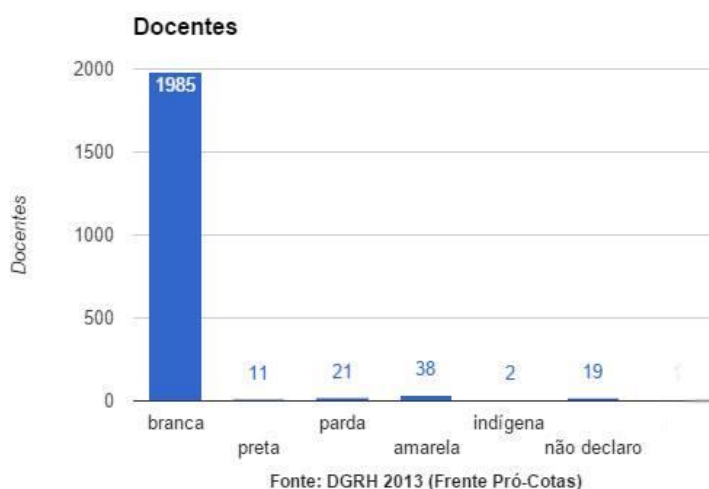
Para os estudantes negros, principalmente para os que não tiveram proximidade com o debate acerca do racismo antes do ingresso no ensino superior, a universidade apresentou-se como um solo fértil para o contato com o tema, muitas vezes percebido com interpelações racistas, sofridas no próprio espaço universitário.

Mendes (2006) relata que diversas vezes foi confundida com funcionárias da Unicamp: “Mais de uma vez, na biblioteca do IFCH, fui interpelada por colegas solicitando ajuda para buscar algum livro, como se eu trabalhasse ali. “Oh, moça, onde ficam tais livros?” (MENDES, 2006, p.22)⁷⁷.

⁷⁷ Em outro momento da dissertação, Mendes assente que “Parece que existe uma incompatibilidade entre ser negro e ser aluno nesse espaço, pois fica evidente através dessas situações que aqui [parece que] não é tido como espaço para os negros estarem estudando. Andando por algum lugar, quando ninguém me conhecia, quando você sai daqui [Unicamp] são expressões, que colocam as consequências do estigma racial fora do espaço acadêmico.

Como um espaço elitizado em uma sociedade racista, a divisão do trabalho da universidade é marcada pela cor: as funções com menor remuneração, como limpeza e segurança, delegadas às empresas terceirizadas, são efetuadas por uma grande maioria negra, enquanto a classe do professorado contabiliza, na Unicamp, 1985 docentes brancos, 11 docentes pretos e 21 pardos.

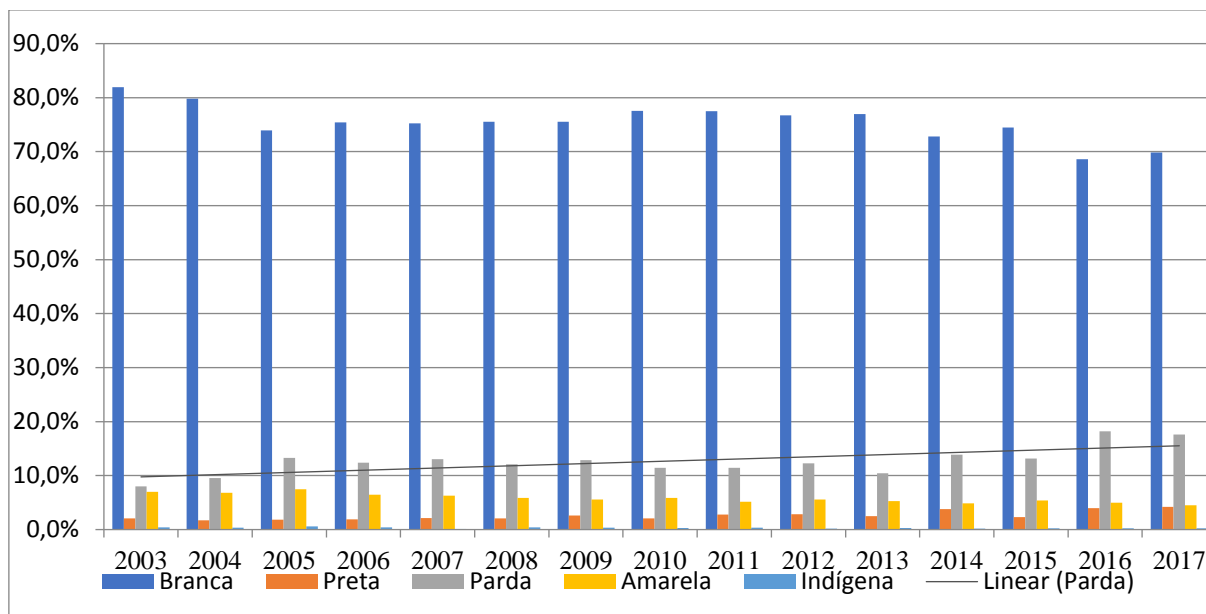
Gráfico 15. Docentes da Unicamp, segundo auto declaração da cor



Fonte: DGRH 2013 e Frente Pró-Cotas

Durante os doze primeiros anos do PAAIS, o número de alunos negros da Unicamp aumentou timidamente. Em 2003, 2,1% dos matriculados autodeclararam-se pretos e 8% pardos; em 2015 o número aumentou para 2,3% e 13,2%, respectivamente. Somente em 2016 e 2017, depois da modificação da pontuação do programa, a universidade conseguiu duplicar o contingente de alunos negros, atingindo no último ano o percentual de 4,2% de alunos pretos e 17,6% de pardos.

Mais uma vez nos deparamos com a dificuldade do aluno negro em perceber o ambiente escolar e/ou acadêmico como espaço possível e provável para deflagração do preconceito devido ao estigma da cor da pele” (2006, p. 62).

Gráfico 16. Cor auto declarada pelos matriculados - 2003 a 2017

Fonte: dados da COMVEST.

Apesar da inclusão do alunado negro ter sido pouco eficiente nos primeiros dez anos do PAAIS, a situação econômica favorável somada à movimentação social empreendida pelo governo federal do período, engendrou mudanças cruciais no perfil do universitário negro, que por sua vez, propiciaram novas respostas ao racismo da universidade.

GALERIA 1



IMAGEM 1.1- Cartaz divulgação de evento. Publicado em 12 de setembro de 2012 em <https://cotasunicamp.wordpress.com/2012/09/>. Acesso em 03 de janeiro de 2018.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Campinas, 21 de dezembro de 2012.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 8º BPMI-822/20/12

Do Comandante da 2ª Cia PM.

Aos CGP II – Equipe “TODOS”.

Assunto: Intensificação do policiamento – Taquaral.

1. Esses CGP II deverão conhecer e providenciar para que a viatura do Taquaral (AISP 208-AB) realize o patrulhamento preventivo e ostensivo (saturação), pela Rua Castro Alves, Avenida Júlio Diniz, Rua Baronesa Geraldo de Resende e Rua do Oratório – Campinas – SP, na proximidade do Colégio Liceu Salesiano e imediações aos sábados no horário das 11h00min às 14h00min, sem prejuízo no atendimento de ocorrências, no período de **21DEZ12 a 21JAN13**, focando em abordagens a transeuntes e em veículos em atitude suspeita, especialmente indivíduos de cor parda e negra com idade aparentemente de 18 a 25 anos, os quais sempre estão em grupo de 3 a 5 indivíduos na prática de roubo a residência daquela localidade.

2. Os CGP II e as guarnições designadas deverão constar em RSO o horário das rondas, referenciando esta ORDEM DE SERVIÇO.


UBIRATAN DE CARVALHO GÓES BENEDUCCI
Cap PM – Comandante

IMAGEM 1.2 - Ordem de serviço do comandante Ubiratan. Ressalte-se o trecho, “focado em abordagens a transeuntes, em veículos em atitude suspeita, especialmente indivíduos da cor parda e negra”. Disponível em <http://www.jornaldodf.com.br/pm-de-campinas-deixa-vazar-ordem-para-priorizar-abordagens-em-negros/>. Acesso em 13 de maio de 2017.

POLÊMICA III DISCUSSÃO

Grupo protesta contra ordem da PM

Manifestantes consideram racista determinação que atingem negros e pardos

Manifestantes contrários à ordem da Polícia Militar (PM) de Campinas, que em dezembro passado emitiu documento instruindo abordagem de indivíduos negros e pardos nas imediações do Taquaral, promoveram ontem um ato público pedindo o fim do preconceito. Cerca de 150 pessoas de 25 entidades que criaram o fórum contra o que consideram racismo da PM participaram do protesto, que começou no Balão do Kennedy, na Avenida Barão de Itapura, e se dirigiu até a Lagoa do Taquaral.

Um dos organizadores da manifestação, Reginaldo Bispo, coordenador nacional do Movimento Negro Unificado, disse que é inadmissível casos de preconceito em pleno século 21 e condenou a postura da Polícia Militar.

Segundo ele, dados do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (USP) indicam que, desde 1981, 70% das pessoas mortas pela PM eram negras, com idades entre 15 e 25 anos. Destes, 90% não tinham passagem pela polícia. "Existe uma guerra não declarada contra nós, que só o nosso povo é vítima", afirmou. "Racismo não é algo superável com facilidade. Depende da permanente denúncia das vítimas. Só irá acabar no dia que atingirmos uma grande mobilização, em vários setores, como esta que estamos fazendo", afirmou.



Manifestação atraiu 150 integrantes de 25 entidades em Campinas

Encontro discute intolerância e preconceito

A oficina Fui discriminada/o: O que eu faço? reuniu em Campinas um grupo de pessoas para discutir a origem da intolerância e do preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais e transexuais e quais as principais formas de enfrentá-los. O encontro, organizado pelo Grupo de Luta pela Diversidade Sexual Identidade, foi realizado ontem à tarde, na Praça Bento Quirino. "A ideia é falar sobre os

caminhos a percorrer, apresentar os locais e serviços que podem oferecer o atendimento necessário e divulgar as leis que amparam a nossa situação", afirmou Esther Pereira, ativista do Grupo Identidade. Um dos casos lembrados durante o encontro foi o de um casal que afirmou ter sido vítima de preconceito em uma loja da rede McDonald's. (Inaê Miranda/Da Agência Anhanguera)

O professor da rede estadual e estudante de história Luiz Müller, de 25 anos, protestou com um trecho de uma

música da banda o Rappa, *Tudo camburão tem um pouco de navio negreiro*, que faz uma crítica à atuação da polícia

contra os negros. "(A letra) expressa todo sentimento de se sentir vigiado o tempo todo, de ser suspeito. É o que está acontecendo hoje em Campinas", disse.

O caso ganhou repercussão nacional após uma ordem de serviço da PM ter vazado na internet. No documento, os soldados eram instruídos a abordar "especialmente indivíduos de cor parda e negra com idade aparentemente de 18 a 25 anos" durante o patrulhamento em ruas dos bairros Jardim Nossa Senhora Auxiliadora e Dom Bosco, no Taquaral.

O texto pedia que as abordagens fossem ostensivas em grupos de três a cinco indivíduos devido à prática de roubo a residência nos bairros. Ela vinha assinada pelo capitão da PM e comandante da companhia da área, Ubiratan de Carvalho Góes Beneducci. O comando da PM assumiu o conteúdo da ordem de serviço, mas negou a atitude racista. Disse que houve "desatenção ao redigir e assinar o documento" e que a descrição feita no papel se referia a suspeitos que pertencem a uma quadrilha que atua nos bairros.

Na semana passada, a Defensoria Pública de São Paulo entrou com processo de discriminação contra a PM pedindo abertura de inquérito por racismo contra o capitão Ubiratan Beneducci. (Felipe Tonon/Da Agência Anhanguera)

IMAGEM 1.3 - Jornal, 18 de fevereiro de 2013. Fonte: https://www.facebook.com/pg/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/photos/?ref=page_internal. Acesso em 02 de janeiro de 2018.



IMAGEM 1.4 - Cartaz divulgação de evento realizado em 7 de março de 2013.



IMAGEM 1.5. Cartaz divulgação da Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro.



IMAGEM 1.6. NCN da Unicamp na marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro. 22 de agosto de 2013, Teatro Municipal de São Paulo.



IMAGEM 1.7 - Cartaz de divulgação do II Quem tem Cor Age.



IMAGEM 1.8 - Abertura do II Quem Tem Cor Age⁷⁸ "A Presença Negra na Unicamp", 21 de outubro de 2014.



IMAGEM 1.9 - II Quem tem cor age. Oficina de Conjuntura Quilombola. Anfiteatro do IEL. 22 de outubro de 2014

⁷⁸ Todas as imagens de eventos do NCN são de acesso público em <https://www.facebook.com/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.



IMAGEM 1.10 - II Quem tem cor age. Mesa Alvos da Lei: Fé, Trabalho e Educação. No Salão Nobre da Faculdade de Educação.



IMAGEM 1. 12 - Reunião do Movimento que ocupou o ciclo básico durante 1986 e 1987.

Fonte:

https://www.facebook.com/pg/dceunicamp/photos/?tab=album&album_id=188217571271297. Acesso 11 de janeiro de 2017.



IMAGEM 1.13 - Reunião do Movimento que ocupou o ciclo básico durante 1986 e 1987.

Fonte:

https://www.facebook.com/pg/dceunicamp/photos/?tab=album&album_id=188217571271297. Acesso 11 de janeiro de 2017.



IMAGEM 1.14 - Marcha Zumbi dos Palmares 2013.durante 1986 e 1987.



Imagem 1.15 - NCN Unicamp na Marcha Zumbi dos Palmares 2013.

**Moção de repúdio ao ataque racista ocorrido na UNESP
campus de Presidente Prudente**

Vimos por meio desta manifestação relembrar um fato que ocorreu semana passada na UNESP, campus de Presidente Prudente, pois a opressão não vai silenciar os oprimidos. Isto deve ser combatido todo o dia, em todos os espaços e das maneiras necessárias para que um dia possamos acabar com a exploração e opressão que cai sobre as pessoas negras deste país. Vimos resgatar o caso de racismo que aconteceu com a companheira Tais Telles, militante do coletivo Mãos Negras, estudante de Geografia da UNESP de Presidente Prudente, e manifestar repúdio a exposição violenta e racista que sofreu e também a todos e todas que ainda usam a cor da pele para oprimir e subjugar o povo negro.

A Universidade racista, machista, homofóbica, elitista e etc. é um espaço que exclui de todas as formas possíveis a presença dos grupos oprimidos e explorados de suas dependências e dos seus espaços de decisão, pois a sua formação vem com o propósito de formar os filhos das elites para ocupar posições de mando, organizar e disseminar a ideologia burguesa. Quando alguns jovens pobres, negros e negras enfrentam a barreira social que é o vestibular e têm acesso à "torre de marfim" do conhecimento, o racismo se manifesta de todas as maneiras que podem ser colocadas: o racismo pseudocientífico, o racismo nos olhares para nossos cabelos e nossas roupas, as posturas reacionárias em relação a programas de cotas raciais como hoje acontece na USP e na UNICAMP por parte dos gestores destas instituições e as práticas cotidianas como a violência sobre Tais Telles que foi taxada como "macaca", "safada" e "preta" em uma pichação na porta de uns dos banheiros da Universidade.

O racismo permeia as bases da organização da sociedade. Ignorar o que aconteceu na UNESP é contribuir para reprodução desta ideologia racista barata. Mais uma vez uma mulher negra que se propõe a construir um debate combativo em relação a sua condição é oprimida e subjugada. Isto é inaceitável! Todos nós, militantes negros, não permitiremos que isso passe despercebido, pois o racismo não pode ser ignorado na nossa sociedade: **ELE TEM QUE SER IDENTIFICADO E ARRANCADO DO NOSSO COTIDIANO!** Que fique claro, não só para o racista que exerceu esta violência sobre a Tais, mas para todos os outros racistas, que eles não calarão nenhuma voz negra: **NEM A DELA NEM A NOSSA.** Por isso, repudiamos todos os atos de racismo medíocres e nojentos e destacamos que eles serão combatidos com muita luta! Que o covarde que a agrediu não circule mais entre os estudantes e que na Universidade não tenha lugar para ele como para nenhum racista.

TOTAL APOIO A COMPANHEIRA TAI! PELO FIM DO RACISMO E DA EXPLORAÇÃO SOBRE, HOMENS, MULHERES, NEGROS E NEGRAS! RACISTAS, FASCISTAS E MACHISTAS NÃO PASSARÃO!

Campinas, 04 de Abril de 2014



IMAGEM 1.16 - Moção de repúdio do NCN ao ataque racista ocorrido na Unesp. Publicado em 9 de abril de 2014.



IMAGEM 1.17 - NCN Unicamp na Marcha contra o genocídio do Povo Negro de 2014.

“Ontem, nós do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP marchamos ao lado de nossos irmãos e irmãs contra o genocídio do povo negro. Marchamos pelas Claudias, Michaels, Garners, Amarildos, entre outros negros e negras que da Palestina à África do Sul, de Ferguson ao Rio de Janeiro foram assassinados brutalmente pelo Estado, que através de sua polícia racista e genocida, promove o extermínio físico, simbólico e sociocultural do povo negro. Marchamos pelo direito à vida!!! (Registro fotográfico: Elaine Campos). Disponível em <https://www.facebook.com/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/>. Publicado em 23 de agosto 2014. Acesso 08 de Janeiro de 2018.



IMAGEM 1.18 - Debate organizado pelo NCN Unicamp. Auditório IFCH. 13 de novembro de 2014.



IMAGEM 1.19 - III Quem tem Cor Age⁷⁹. Mesa com Cinthia Vilas Boas, Célia Zenaide e Beatriz Regina.



IMAGEM 1.20 - Cartaz divulgação: Roda de conversa sobre ações afirmativas. Atividade realizada pela Frente Pró-Cotas Unicamp. 2 de dezembro de 2014.

⁷⁹ Todas as imagens do Evento III Quem Tem CorAge são de acesso público em: <https://www.facebook.com/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/photos/a.127029430804390.24554.125849700922363/357558514418146/?type=3&theater>. Publicado em 27 de novembro de 2014.

Capítulo 3 – Conquistas

3.1 - De um país racista, uma universidade racista

A percepção temporal do militante do NCN Teófilo Reis acerca do debate racial da universidade enseja algumas reflexões acerca da mudança do perfil do aluno negro da Unicamp. Aluno regular da Unicamp desde 2002, quando ingressou no curso de matemática, Teófilo não se recorda de haver discussões sobre questões raciais durante a graduação. Embora tivesse adentrado o debate por meio de sua atual esposa, pesquisadora e militante, sua atuação efetiva no movimento ocorreu somente em 2012, com a formação da FPC/NCN.

Nessa época (graduação), apesar de saber que eu era negro, não sabia o que isso significava e não tinha participado de discussões a respeito de identidade racial e racismo. Há uma diferença notória entre o modo que eu lidava com o racismo antes de aprofundar na discussão com os meus pares. Até o momento da minha entrada no NCN, quando sofria algum tipo de racismo, eu sabia que algo estava errado, mas não conseguia nomear. Hoje, consigo até antecipar reações e falas. Teófilo Reis, NCN

Assim como na dissertação de mestrado *Anônimos e invisíveis: os alunos negros na UNICAMP* (2006), os militantes negros entrevistados também relataram experiências racistas na universidade. Contudo, com um perfil socioeconômico diferente dos alunos negros do início dos anos 2000 e como herdeiros de um novo contexto social e político, a percepção do racismo para os militantes motivou o seu combate.

Também diferente dos estudantes negros de outros períodos⁸⁰, os militantes puderam encontrar seus pares para compartilhar, debater e construir reflexões acerca das situações sofridas. Ao contar sobre a formação da FPC e do NCN, Max, ingressante na Unicamp em 2012, destaca a importância das elucubrações oriundas de conversas informais com amigas negras, que desencadeou a realização do Café Com Raça e posteriormente os dois grupos militantes.

Apesar de existir o Núcleo de Estudos Negros, o grupo de estudos, realizado no IFCH, emoldurava certo enrijecimento acadêmico que limitava uma ampla participação. A

⁸⁰ Nota-se, através das falas, que a sensação de solidão está relacionada não só ao medo de estar/ficar só, mas, também, ao receio de passar por situações de constrangimento, por ser uma *anomia*, por ser o diferente; por ser o exótico: *olha lá um negro* (MENDES, 2006).

proposta do NCN, ao contrário, era anunciar o debate para toda a comunidade universitária, respaldando alunos negros e fortalecendo o movimento contra o racismo.

Quando o NCN resolveu reunir-se semanalmente nas mesinhas em frente do ciclo básico, que é um caminho quase indispensável para acesso ao principal restaurante universitário, percebeu que eram notados. O lugar era estratégico para noticiar à comunidade acadêmica que havia *estudantes* negros na Unicamp, que não estavam sozinhos, e que uma vez por semana reuniam-se nesse espaço para falar sobre e para negros. Max, ex-militante da FPC e do NCN.

Destarte, a formação da FPC e do NCN foi um marco crucial para a construção da luta antirracista da Unicamp. A experiência de não pertencimento provocada pela desigualdade racial da universidade, que comumente levaria os alunos ao isolamento, é transformada em uma luta coletiva e em empoderamento.

Nós conseguimos nesse tempo consolidar um patrimônio da luta negra na Unicamp que reverbera para quem ingressa, para a reitoria, para os funcionários e para todos os grupos políticos. Os conflitos que o NCN provocou e provoca é de extrema importância porque a universidade é estratégica e isso é o que penso sobre o projeto político da universidade em geral diz respeito ao que eu entendo, ao meu amadurecimento enquanto estudante negro. Ela é estratégica porque é daqui que saí teses e trabalhos que norteiam ministérios federais, secretarias estaduais e municipais que dirigem o país e se articulam com as instâncias de fora do país. Aqui é necessariamente um local de grande importância para a construção e gestão governamental e ocupar esse lugar, gerando conflitos inevitáveis, significa ajudar a construir a transformação de um projeto de país. A universidade é um elemento nevrálgico para reparar toda a desgraça que o povo negro viveu no Brasil. O conflito existe a partir da ocupação. Max, ex-militante da FPC e do NCN de 2012 a 2014.

Defronte das muitas questões postas em um espaço acadêmico que contraditoriamente ainda defende a inexistência do racismo, o Núcleo de Consciência Negra surgiu pela necessidade de discussões que excediam ao escopo da militância pró-cotas. Com muitas características em comum, a FPC e o NCN desmembraram-se do mesmo movimento em 2012, mas mantiveram-se companheiros e colaboradores.

Outra mudança vislumbrada na atuação dos grupos foi o modo de militância estudantil tradicional e partidário da Unicamp que, na maioria das vezes, mostrou uma dinâmica que funciona dentro de uma hierarquia e sob um manual pronto. Ao contrário, o NCN e a FPC são conduzidos por decisões coletivas, como os movimentos políticos contemporâneos que não

possuem hierarquias, “não têm liderança, mas todos são líderes” (GOHN, 2016, p. 134).

Apesar do trabalho e esforços para deflagrar a discussão sobre cotas na universidade, o NCN e a FPC não foram aceitos como protagonistas das discussões raciais pelo movimento tradicional partidário, até a greve de 2016. Uma colocação repetida durante as entrevistas gravadas, por militantes de diversos períodos, foi a observação de que o movimento militante tradicional partidário da Unicamp mantinha questões sobre cotas e permanência estudantil secundarizadas.

Quando se tratava das pautas de opressões, agendas consolidadas, se falava muito sobre gênero e sobre a agenda GLBT. Inclusive eu mesmo já participei com afinco dessas pautas, por eu ser gay, mas não havia uma pauta sobre racismo consolidado no movimento estudantil da universidade. Eu já havia construído a minha identidade negra aqui na universidade e percebi que o movimento estudantil se limitava ao tema das cotas, das poucas vezes que discutia racismo. Max, ex-militante do NCN e FPC 2012 a 2014.

Um dos ensejos para o surgimento do NCN e a FPC ocorreu porque as pautas do movimento negro, historicamente não contempladas pelo movimento político tradicional, continuavam pouco desenvolvidas dentro da órbita partidária. Os dois grupos não possuem qualquer tipo de financiamento e se descrevem como grupos auto organizados e apartidários, ou seja, não defendem um sistema de ideias previamente colocadas sob a bandeira de um partido, apesar de alguns de seus antigos e atuais integrantes terem filiação partidária⁸¹.

A falta de uma ideologia pronta somada ao caráter acadêmico e à experiência militante anterior à participação do grupo, pois um número considerável dos militantes citou a participação em outros coletivos políticos e estudantis, partidários e apartidários, com reivindicações feministas, LGBT e de permanência estudantil, engendrou uma rotina de estudos e discussões sobre ações afirmativas que, por fim, respaldaram as diferenças no modo de militância.

O fato de eu ter envolvimento com movimentos sociais desde a adolescência também contribuiu para a minha criticidade. A forma como eu lidava com a abordagem dos grupos militantes, principalmente partidários, foi muito mais crítica. As propostas partidárias dos grupos militantes de esquerda não eram novidade para mim. Era o mesmo discurso, de esquerda, só que de burguês. Acho que o maior conflito enfrentado por alguns militantes do Núcleo, da Frente e da moradia foi lidar com as estratégias dos coletivos partidários. Bruno Ribeiro, NCN, ingressante em 2014.

⁸¹ A maioria, principalmente entre os militantes com faixa etária de 21 a 24 anos, nunca participou da militância partidária.

A mudança no perfil do alunado nas universidades de excelência também gerou movimentos de resistências às mudanças, deflagrados “academicamente” em argumentos obsoletos, contrários às cotas, ou em abertas manifestações racistas. O ingresso de alunos negros em espaços centrais para a sociedade, como os educacionais, historicamente⁸² incomodou uma parcela branca e privilegiada, que por décadas manteve-se como grande maioria nesses espaços.

No Brasil, em resposta à democratização das universidades públicas, manifestações preconceituosas foram explicitadas⁸³. Em março de 2016, símbolos da Ku Klux Klan, movimento racista norte americano que pregava a supremacia branca utilizando métodos violentos contra negros e imigrantes e a mensagem “White power”, foram pichados no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp⁸⁴.

Uma semana depois do episódio, a Unicamp “informou que se reuniu com o Núcleo de Consciência Negra para debater medidas de combate ao racismo, além de propor palestras de conscientização”⁸⁵. Porém, diante da lentidão da reitoria na efetuação de medidas institucionais contra os atos racistas, o Núcleo realizou um ato na universidade e, ao fim, entregou um manifesto⁸⁶ ao chefe de gabinete do reitor. Em abril, um mês depois das manifestações, uma nova pichação racista foi encontrada no IFCH⁸⁷, conduzindo o Núcleo a diversas estratégias de combate.

Como um grupo que objetiva deflagrar o debate racial, em uma das universidades mais elitistas e historicamente resistente às cotas, o diálogo entre a reitoria e o NCN nem sempre aconteceu de modo espontâneo. Mediante às declarações racistas no IFCH e a omissão institucional, o Núcleo, responsável por moções de apoio, cartas abertas, organização e

⁸² A exemplo, ver a história de Ruby Bridges em <https://www.geledes.org.br/a-pequena-ruby-bridges-e-a-historia-do-racismo-nos-eua/>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

⁸³ Em julho e novembro de 2015 pichações racistas foram encontradas no banheiro da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru (SP). Ver imagem 2.2.

⁸⁴ Ver imagem 2.4.

⁸⁵ Cf. <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/03/apos-pichacoes-racistas-unicamp-admite-problema-e-divulga-medidas.html>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

⁸⁶ Assinam o manifesto: Núcleo de Consciência Negra da Unicamp; Coletivo Raízes da Liberdade DCE Unicamp; Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP; Domínio Público; UJS; Movimento Queremos Sempre Mais; Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra; Coletivo Rosa Lilás; Coletivo Cores; Centro Acadêmico de Ciências Humanas Juntos!; Unicamp MRT; Juventude as Ruas; ANEL; Pra Fazer Diferente; Machadinho; Associação Atlética Acadêmica XIX de Novembro (AAAIFCH); Articulação da Consciência Negra ENEGRECER; Frente Negra Antiproibicionista; Liga das Atléticas; Núcleo de Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual; Núcleo Petista da Unicamp; Movimenta Moras- chapa de representação da Moradia da Unicamp Reaja!; Revista Temáticas IFCH-Unicamp; Centro Acadêmico da Biologia-Unicamp; Associação de Pós-Graduandos da FE/Unicamp Kino Andaluz; Cinema Livre da Unicamp; COLVE (Coletivo Libertário Vegetariano); Coletivo Agogô-Alagoas; Frente Pró-Cotas da Unicamp; e Centro Acadêmico de Estudos da Química - CAEQ/UNICAMP.

⁸⁷ Ver imagem 2.4.

participação de eventos, encontrou também na manifestação visual “Poster Bomber”, uma resposta para as pichações.

A atividade, que consiste em cobrir a parede pichada com “lambe lambes” de personalidades negras, intelectuais, históricas e artísticas foi realizada no IFCH e, posteriormente, em outros Institutos, também denunciados por racismo.⁸⁸

Os ataques racistas, frequentes nesses contextos, costumam ser a tréplica de uma parcela da elite, receosa em perder privilégios. Além de serem alvos do racismo velado, os estudantes negros que adentram esses espaços arbitrariamente dominados pela elite branca do país estão suscetíveis a outras formas de racismo. Por isso, além da importância política e acadêmica, o movimento negro formado nas universidades é essencial para o acolhimento e necessário para a proteção desses alunos que, na maioria das vezes, já sofreram diversas formas de racismo e exclusão antes do ingresso na universidade.

Mau, 24 anos, ingressante em 2012, relata que a percepção do racismo, amadurecido mediante reflexões construídas com uma amiga, também idealizadora da FPC e NCN, tornou-se um propulsor para a militância que tenta combatê-lo.

No meu primeiro ano de faculdade conheci algumas pessoas negras que levantavam a questão racial com maior profundidade até que, em uma festa no IFCH, estava na fila do cachorro quente, quando três pessoas me perguntaram sobre a mercadoria, coisas como ‘a cerveja está gelada?’ E ‘quanto é a cerveja?’ Eu estranhei as abordagens, porque não era o único da fila, não estava em uma posição ou proximidade da banca condizente com de vendedor e não havia em meu vestuário algo que pudesse me identificar como. Quando finalmente comprei o cachorro quente, olhei para a Dirce, a ambulante, olhei para a cor das nossas peles e a cor da pele de todos que nos circundavam e então entendi porque haviam achado que eu era um comerciante da festa e não um aluno que estava curtindo a festa. Nesse momento, a democracia racial desmoronou para mim. Eu acreditava que todo o meu esforço e mérito fariam com que eu fosse reconhecido como algo que não fosse esse negro estigmatizado, mas percebi que em qualquer outra situação que não fosse na sala de aula, no restaurante universitário ou biblioteca, eu seria facilmente confundido com outra coisa que não fosse um estudante”. (Max, militante da FPC e do NCN de 2012 a 2014).

⁸⁸ Ver imagens de 2.6 a 2.9.

3.2 – Cotas na Pós-graduação do IFCH

Enquanto o NCN empreendia as diversas atividades contra o racismo, a FPC prosseguia com reuniões semanais destinadas a discutir textos e refletir estratégias. Antes disso, no final de 2013, uma mesa redonda organizada pelo Departamento de História do IFCH explicitou uma brecha no regimento que possibilitaria a implantação das cotas na pós-graduação do Instituto. “A discussão da mesa, na minha leitura, foi de extrema importância para que vislumbrássemos uma possibilidade concreta que se diferenciava das discussões generalizantes e abstratas do movimento estudantil”. Rodri, FPC.

Com isso, parte das estratégias traçadas pelo grupo em 2014 foi fundamentada pelo estudo do regimento da pós-graduação e do funcionamento da Congregação do IFCH. Em um dos encontros do GT, por sugestão do Professor Sidney Chalhoub, apoiador das cotas, foi formado um Grupo de Estudos sobre cotas e ações afirmativas, integrado pela FPC e por quatro professores do IFCH. Vale ressaltar que a FPC, no período, contava com ampla participação de pós-graduandos do Instituto.

Depois de organizar e participar de diversos eventos sobre cotas, imprescindível para o amadurecimento da temática no IFCH, o Grupo de Trabalho entregou à Congregação, instância máxima do Instituto⁸⁹, um projeto de Cotas Étnico-Raciais e de Pessoas com Deficiência para Programas de Pós-Graduação. O texto de 39 páginas, que desmistifica questões comumente colocadas em argumentos contrários às cotas, indiciando o baixo número de pretos, pardos e indígenas entre os discentes, docentes e funcionários concursados do Instituto, apresenta com o devido rigor acadêmico uma proposta factível e justificada de cotas na pós-graduação do Instituto.

Encaminhada a proposta para a votação na Congregação do IFCH, integrantes da FPC, do NCN e muitos simpatizantes e colaboradores encheram o local que na insuficiência de cadeiras teve também o chão ocupado. Os votantes, representados em sua maioria pelos docentes, pareciam incomodados com a inabitual lotação do espaço e muitos professores abertamente contra a política se abstiveram na votação que aprovou o primeiro projeto de cotas da Unicamp, em março de 2015⁹⁰.

Nessa ocasião, o NCN trabalhou com a Frente em ações conjuntas, na articulação

⁸⁹ “Congregação é a instância máxima do Instituto sendo responsável pelas decisões relacionadas à gestão da Unidade. É um órgão colegiado com representação composta por docentes, alunos e funcionários do instituto”. Ver: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/instituto>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

⁹⁰ Ver, a este respeito: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/04/com-1-vitoria-grupo-quer-pressao-para-unicamp-ter-cotas-na-graduacao.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

com outros movimentos políticos, compondo as falas das assembleias e da Congregação. Depois da aprovação das cotas, o NCN e a Frente se dividiram para participar das reuniões dos departamentos, e dialogar principalmente com os professores contrários à política. Apesar da decisão da Congregação ter que ser acatada por todos os departamentos do instituto, o departamento de filosofia e demografia postergaram à adesão em seu processo seletivo.

O nosso Projeto não era um projeto fechado, procurou respeitar a autonomia dos departamentos, não impondo o modo de aplicação das cotas, mas abrindo um debate para a construção da política de acordo com o que cada departamento achasse adequado. Nós sabíamos que a votação era apenas o primeiro passo e estávamos preparados para continuar o debate nos departamentos. Rodri, FPC.

Concomitantemente ao episódio, além de dialogar sobre a recusa de cotas, o departamento de filosofia do Instituto também tentava justificar o desligamento do doutorando do programa, também militante do NCN, Teófilo Reis. O doutorando, mestre em lógica, área da filosofia, cursava na ocasião o primeiro ano do doutorado quando iniciou a militância no NCN e optou pelo trancamento do curso. Teófilo explica que o crescente processo de politização pelo qual passava, envolvendo uma intensa formação política, fez com que o tema antes estudado perdesse o sentido.

Ainda em 2013, consciente da importância dos estudos aprofundados em grande medida em decorrência da formação proporcionada pelo NCN, Teófilo tentou construir uma transição de área de estudos, migrar da lógica para a linha de pensamento étnico político, a qual poderia, dentro da filosofia, se debruçar em questões relacionadas ao racismo.

Procurei alguns professores do departamento, pensando em possíveis temas. Inicialmente, eu pensei em trabalhar a questão racial a partir de um ponto de vista contratualista, uma abordagem clássica da filosofia, começando em algumas provocações com Rousseau e chegando em filósofos contemporâneos como o Charles Mills, mas percebi que não havia espaço para o tema. Cogitei então trabalhar a corporeidade, pensar o corpo negro em seu aspecto político, mobilizando Foucault e Deleuze. Fiz uma série de leituras nesse sentido, mas o tema também não foi aceito. Pensei em estudar epistemologia posicionada ou epistemologia da ignorância para relacionar o eurocentrismo e branquitude e construir uma reflexão sobre defeitos epistêmicos na produção de conhecimento. Esse último tema não cheguei a propor para nenhum professor do departamento, porque conhecendo mais o corpo docente, sabia que não teria nenhuma abertura para o estudo. Teófilo Reis, NCN.

Em outras tentativas não aceitas, o doutorando tentou articular algumas áreas já pesquisadas no departamento, como uma intersecção entre identidades e conflitos de direito a partir de uma perspectiva liberal e uma relação do filósofo Appiah Kwame com o trabalho da filósofa Naomi Zack, professora da universidade de Oregon.

Antes de ser oficialmente desligado do programa, no final de 2015, Teófilo tentou abrir o diálogo por meio acadêmico e militante, publicou uma Carta Aberta ao Departamento de Filosofia⁹¹ que repercutiu e somou com outros protestos e apoio recebido pelo estudante⁹². Publicada em setembro de 2015, o texto escrito por Teófilo explica o desenrolar do processo e refuta a argumentação apresentada pelo departamento no parecer que concluía a expulsão do aluno do doutorado.

Um dos empecilhos à mudança de áreas, citado no parecer, foi o fato do departamento de filosofia não possuir em seu quadro docente especialistas para orientar devidamente o trabalho do aluno. Em vista disso, o argumento recorre à rigidez das regras, estabelecidas mediante às numerosas funções docentes, de pesquisa, de publicações, de ensino, estudo, orientação e de caráter administrativos. Em outras palavras, a produção fabril delegada ao acadêmico contemporâneo faz com que se priorize a produção de áreas já existentes, responsáveis por produções que garantam boas pontuações na CAPES ou em outros órgãos fomentadores de pesquisa.

Dito isso, o desligamento do aluno poderia se justificar pela dificuldade de um pequeno departamento em migrar um aluno regularmente matriculado no doutorado em lógica, área com maior número de docentes especialistas em filosofia, para uma área ainda inexistente. Contudo, ainda assim o posicionamento do departamento, irresoluto quanto ao desligamento, mostra grande desconhecimento sobre os argumentos acerca da diversidade que fundamentam a Lei que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira, e não o ensino da história e cultura japonesa, chinesa, hinduísta ou vietnamita, áreas as quais poderiam servir a justificativa.

Não desmerecendo a história e a cultura das outras etnias que povoaram, ou não, o país, a especificidade da Lei 10.639 foi construída através de conquistas do movimento negro que reivindica, dentre outras coisas, a memória dos antecessores escravizados de 53,6% da

⁹¹ Carta publicada na íntegra em <http://www.esquerdadiario.com.br/Estudante-negro-esta-prestes-a-ser-desligado-do-doutorado-em-filosofia-na-Unicamp>. Acesso em 17 de outubro de 2016.

⁹² Posterior a isso, o NCN publicou uma moção de apoio assinada por importantes coletivos do movimento negro: Núcleo de Consciência Negra da USP; Coletivo Mãos Negra- Unesp; Coletivo Negro Carolina de Jesus-UFRJ; Coletivo Negrada- UFES; Coletivo Negro USP-Ribeirão Preto; NNUG, Núcleo Negro da Unifesp Guarulhos; Núcleo de Consciência Negra Teresa de Benguela- PUC de Campinas; Coletivo de negras e negros Raízes da Liberdade; Juntos Negras e Negros; Coletivo de Mulheres Negras Claudia da Silva; Frente de Mulheres Negras de Campinas; e Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzales.

população brasileira, os afro-brasileiros.

Universidades como a Unicamp, responsáveis pela formação de um grande número de professores da rede básica e por grande parte de professores universitários, formadores de formadores, devem viabilizar e incentivar todos os fomentos possíveis à Lei que tornou obrigatório, desde 2003, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio da federação.

Embora a universidade não possa ser culpabilizada como um todo por não cumprir a Lei, outorgada desde 2013, devido à sua complexa constituição, a autonomia das faculdades e instituições devem ser refletidas com mais responsabilidade e respeito às decisões acordadas na sociedade, mediante reivindicações de movimentos sociais e políticos.

Mesmo produzindo algo novo, como o departamento reconheceu no parecer, mesmo trazendo uma internacionalização que é incentivada pela universidade, pois a própria Naomi Zack havia se disposto a me orientar à distância, e mesmo sendo eu mesmo o financiador da minha pesquisa, porque eu não recebia nenhum financiamento para a pesquisa, o departamento optou por me desligar do programa por motivos, para mim, injustificáveis.

O comportamento da universidade revela-se eurocêntrica, retrógrada e racista, principalmente para um departamento de filosofia que se propõe a pensar criticamente a realidade e a forma como o pensamento é produzido. Argumentaram que eu queria inventar uma nova área de pesquisa, quando a filosofia africana ganhou um grupo na Anpof (Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia), e a filosofia da raça terá no ano de 2017 o lançamento de duas revistas por duas renomadas universidades estadunidenses. São temas discutidos amplamente nos últimos dez anos em universidades internacionais e que chegará inevitavelmente às universidades brasileiras, ao menos que elas queiram se desligar do que é discutido filosoficamente no mundo, em uma postura antiacadêmica. Teófilo Reis, NCN.

Atualmente doutorando do departamento de sociologia do mesmo instituto, Teófilo interpreta que, apesar dos desgastes ocasionados pelo processo de desligamento, a tentativa de estudar filosofia africana faz parte da resistência capaz de possibilitar mudanças.

A resistência de departamentos, como de filosofia, torna-se mais frágil na medida que há um crescimento da discussão identitária e uma modificação do perfil dos universitários em decorrência das políticas de ação afirmativas que traz para a universidade mais pessoas dispostas a cobrar e a construir as discussões raciais. Teófilo Reis, NCN.

3.3 - Greve de 2016 e o reconhecimento da comunidade acadêmica

No decorrer do ano de 2015, a FPC foi conduzida por alunos mais novos, estudantes dos primeiros anos da graduação. Após a conquista no IFCH, a FPC passou por mudanças decorrentes do distanciamento e saída de alguns integrantes e o ingresso de outros. Os novos militantes, prosseguindo com os encontros semanais, importantes para a formação reflexiva, política e acadêmica dos jovens militantes, impulsionaram outras mudanças para o grupo, importante passo para a construção de um maior diálogo com outros institutos e faculdades. No segundo semestre de 2015, o local de reunião da FPC, antes realizadas no IFCH, foi transferido para o Instituto de Economia da Unicamp.

Éramos um grupo de estudantes novos, atuando em um grupo já consolidado e que tinha conquistado a primeira política de cotas de uma das universidades mais resistentes à política. Passamos o longo dos anos pensando em sobre como atuar, o que fazer. Continuamos atuando de modo pontual na universidade, prosseguimos com os encontros semanais e abertos à comunidade, até que a partir de novembro de 2015 nos unimos a pós-graduandos de diversos cursos que nos procuraram para pensar em um projeto de cotas em seus respectivos institutos. Quil, FPC desde 2015.

Do final do ano letivo de 2015 até os primeiros meses de 2016, a FPC e o NCN foram procurados por discentes da pós-graduação da Faculdade de Educação e posteriormente do Instituto de Estudos da Linguagem. Estabelecidas parcerias com os pós-graduandos, os grupos distribuíram-se em atividades realizadas nos institutos, necessárias para amadurecer a reflexão ainda pouco aprofundada.

Concomitantemente a esses eventos, a crise política e econômica, irrompida com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em dezembro de 2015 e concluído em agosto de 2016, somado ao anúncio do corte orçamentário da Unicamp, inquietava a comunidade acadêmica que indiciava altas probabilidades de greve, sentida em todos os setores da sociedade.

Nesse interim, dada as proporções das questões postas, o NCN e a FPC reuniram os integrantes mais antigos e as gerações mais novas. As chamadas para greve geral no país, nos meses que antecederam à efetivação do golpe que depôs a presidenta, intensificaram a atuação dos grupos que já pensavam sobre a possível e importante etapa de centralizar as cotas raciais nas pautas do movimento estudantil da universidade.

Havia indicativos de paralizações, mas ainda não era certo que teríamos uma greve. Contudo, havia uma expectativa muito grande de que dada as circunstâncias políticas, a crise econômica, algo ia explodir, como em 2013. No dia da assembleia geral dos estudantes estávamos em umas vinte pessoas, da FPC e do NCN, agrupados em um bloco no fundo do ciclo básico, com bandeiras pró-cotas. Quando a greve geral dos estudantes parecia certa, uma ideia tácita entre todos da FPC e NCN, tinha sido espontaneamente colocada naquele momento em que acordamos implicitamente que a política de cotas tinha que ser central no mote de greve. Aconteceu muito rápido, de repente estávamos em greve e no momento seguinte ocupamos a reitoria. Quil e Rodri – FPC.

No dia 10 de maio de 2016, cerca de 1000 estudantes aprovaram a greve e ocupação da reitoria da Unicamp sob o mote "cotas sim, cortes não! Contra o golpe e pela educação, permanência e ampliação"⁹³. A conquista da pauta defendida pelo NCN e a FPC ocorreu em decorrência do amplo reconhecimento e apoio da comunidade universitária, que compeliu o movimento estudantil tradicional e partidário a admitir o protagonismo dos grupos nas decisões estudantis da universidade.

As pessoas veem seriedade no nosso trabalho (...) Assim que nós conseguimos aprovar as cotas, pensamos que a partir dali, tínhamos uma missão (...) Nossa primeira preocupação com a ocupação da reitoria foi criar um ambiente seguro para os alunos negros. Primeiro porque se a polícia entra em uma ocupação, sabemos como é o trato com os negros, segundo porque processo administrativo de sindicância afeta muito pouco um aluno rico. Um aluno pobre que sofre processo de sindicância, pode perder a vaga na moradia, perder as bolsas, arriscar não ter um diploma, pode comprometer a carreira acadêmica, como já aconteceu com alunos militantes. (Bruno Ribeiro, NCN, sobre a ocupação)

A ocupação e o comando de greve foram construídos com a participação do NCN, da FPC, militantes do MRT, domínio público, comandos de greve dos institutos, centro acadêmicos da graduação e associações de pós-graduação. A adesão e participação maior da comunidade de estudantes, que conta com 34.652 alunos somente na graduação⁹⁴, ocorreu nas semanas seguintes à ocupação, que durou quase três meses.

Foram formados três grupos de trabalho para a construção das possíveis estratégias voltadas para os três tópicos que norteavam a greve: o GT sobre cotas, organizado pela Frente

⁹³ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1770130-alunos-da-unicamp-protestam-contras-corte-de-verbas-e-ocupam-reitoria.shtml>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

⁹⁴ Cf. <https://www.unicamp.br/unicamp/alunos>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

e pelo Núcleo, o GT sobre permanência estudantil, sobre a expansão da moradia estudantil da Unicamp, e um GT sobre os cortes orçamentários.

A atuação principal do NCN/FPC consistiu em dialogar com a comunidade sobre as cotas. Apesar do mote ter sido aprovado em assembleia geral, o apoio às cotas foi crescendo conforme as discussões e debates se aprofundavam em quase todas as vinte quatro unidades de ensino e pesquisa da Unicamp. Além de debater as outras pautas levantadas, o momento foi especialmente frutífero para a discussão sobre os problemas enfrentados pelos estudantes da graduação, pós-graduação e funcionários, o que também engendrou pautas específicas.

As pessoas que não estavam na ocupação, mas estavam construindo a greve em seus respectivos institutos, a base, percebiam a nossa atuação e viram que o nosso discurso sobre cotas era respaldado com uma sólida argumentação que envolvia toda a comunidade acadêmica. Recebemos convites para mesas e debates em toda a universidade. A FPC, o NCN e apoiadores atuaram todos os dias para participar dessas mesas. Eram em média 5 debates por dia, em diversos institutos. Foi um trabalho de formiga e bastante desgastante. Durante a greve, dormíamos menos de cinco horas por dia. Bruno Ribeiro, NCN.

O maior estímulo à mobilização inicial dos estudantes aconteceu com o anúncio do corte de 40 milhões, que se relacionava com a crise política, o golpe contra a presidenta em andamento e a precarização das universidades estaduais. Tratava-se de uma pauta nacional e estadual e não uma pauta minoritária, como é a pauta das cotas, porém apesar da paralisação ser necessária para refletir a situação do país, as pautas específicas são demandas da universidade e por isso podem ser negociadas.

Além disso, um dos argumentos defendidos pelos militantes da Frente e do Núcleo, apontaram para a contribuição comprovada das cotas para a democratização da universidade. Sendo a diversidade de classes, de gênero, de etnia e de raças necessárias à produção do conhecimento plural, igualitário e justo, a luta contra a precarização das universidades de excelência apenas faz sentido se ela atender de fato à sociedade que a mantém.

Desde o início da militância, os estudos empreendidos nos encontros semanais e amadurecidos em debates organizados e colaborados pelos grupos, antes e durante a greve, foram centrais para o esclarecimento e consolidação da pauta como reivindicação do movimento estudantil da universidade. A estratégia dos grupos nunca foi impor, mas construir um diálogo com a comunidade.

Durante esses eventos, com a participação de intelectuais, professores e outros movimentos militantes, foi possível desconstruir argumentações de senso comum, muitas vezes

fundamentadas na opinião de docentes e discentes desinformados e contrários às cotas.

Acredito que a adesão dos estudantes se deu também por causa da concretude da nossa proposta. Nós estudamos meios concretos para concretizar nossa pauta. Além disso, nós estudamos e aprofundamos a nossa causa. Recordo-me de um encontro na engenharia com aproximadamente 600 estudantes⁹⁵, durante a greve, em que um estudante questionou as cotas utilizando dados estatísticos da porcentagem de negros do estado de São Paulo e da Unicamp e foi vaiado por alguns grupos ali presentes. Interrompemos as vaias e pedimos para que a opinião do estudante fosse respeitada e ouvida. Não queremos impor, mas dialogar e nos preparamos para discutir e não agredir (a audiência pública também foi assim). Depois que o estudante expôs, nós respondemos, conversamos, argumentamos e, ao fim do encontro, o mesmo estudante disse para os seus colegas de faculdade que havia entendido e que havia mudado de opinião e estava convencido e favorável sobre a importância das cotas. Gu, FPC.

Depois das diversas mesas e rodas de conversa empreendidas, a reivindicação de cotas foi acordada por todas as unidades que aderiram à mobilização por meio de paralisações, manifestações e piquetes. Diversas faculdades tradicionalmente contrárias às greves e às cotas, como as engenharias e a medicina, declararam apoio às cotas. A Faculdade de Educação, que discutia as cotas na pós-graduação desde o final de 2015 por meio da atuação da APG e da Frente, concluiu sua aprovação durante a greve, que também contribuiu para a eclosão da discussão na pós-graduação do Instituto de Economia e do IEL.

A negociação com a reitoria durante a ocupação, encerrada no dia sete de julho⁹⁶ depois de 59 dias, foi realizada por representantes do NCN e da FPC, sem a participação de representantes de movimentos partidários. Após a atuação histórica que conduziu a comunidade estudantil à discussão sobre cotas, o Núcleo e a Frente encaminharam a proposta que tencionava deflagrar definitivamente a discussão na universidade, abarcando a setor mais resistente ao diálogo, os professores partícipes do CONSU, órgão responsável pelas maiores decisões da universidade.

Negociamos com a reitoria, três integrantes do NCN e três da Frente e levamos a melhor proposta: a realização de três audiências públicas. Sabíamos que os membros da congregação não votariam a favor das cotas. Queríamos que eles ouvissem da comunidade estudantil, do movimento negro, de especialistas doutores no assunto para que desconstruíssem as argumentações já obsoletas sobre as cotas. Bruno

⁹⁵ Ver imagem 2.10

⁹⁶ Ver, a este respeito: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/07/07/predio-da-reitoria-desocupado>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

Ribeiro, NCN.

No final das negociações, a reitoria da Unicamp e o NCN/FPC acordaram a realização de três audiências públicas a serem realizadas ainda em 2016. O Grupo de Trabalho responsável pelas audiências públicas, designado pelo reitor José Tadeu Jorge por meio da Portaria GR-050/2016⁹⁷ e presidido pela pró-reitora de Pós-Graduação Profa. Rachel Meneguello, foi formado por quatro professores da universidade, três integrantes do NCN e dois da FPC.

As audiências públicas foram divididas em três etapas, realizadas no mês de outubro, novembro e dezembro de 2016. Cada audiência contou com cerca de quinhentas pessoas e durou mais de cinco horas, iniciando-se às 14h, tendo sido marcadas pela inabitual presença da sociedade civil, movimento sociais, além de especialistas e da comunidade acadêmica. O NCN e a FPC participaram ativamente em todos os processos de realização das assembleias públicas, como na organização da participação da sociedade civil e na divulgação dos eventos dentro e fora da universidade.

A primeira audiência⁹⁸ realizada no dia 13 de outubro, seguiu o tema “Cotas e ações afirmativas: perspectiva histórica e o papel da Universidade Pública no Brasil”. O evento iniciou-se com a exposição do professor José Jorge de Carvalho⁹⁹, professor de uma das primeiras universidades a implantar cotas no Brasil, a UNB, prosseguiu com a apresentação do professor Luiz Felipe de Alencastro¹⁰⁰ e terminou com a fala de um dos poucos professores universitários indígenas brasileiros, João Paulo Tucano da Universidade Federal do Amazonas¹⁰¹.

A segunda audiência, realizada em 17 de novembro, versou sobre as implementações e experiências de ações afirmativas nas universidades nacionais e internacionais. Para a discussão da temática, foram convidados os especialistas Jocélio Teles dos Santos, que participou do processo de implementação da política da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Tatiana Cosentino Rodrigues, da UFSCar, e Dora Lúcia de Lima Bertulio, da Universidade Federal do Paraná.¹⁰²

⁹⁷ Cf. <https://www.sg.unicamp.br/pautas/p2017/consu/1-extraordinaria/relatorio-gt-cotas-anexos.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

⁹⁸ Ver imagens de 2.21 a 2.23.

⁹⁹ Coordenador do INCT Instituto de inclusão no ensino superior e na pesquisa. Ver: <http://www.inctinclusao.com.br/incti/historia>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

¹⁰⁰ Historiador, cientista político, professor da Fundação Getúlio Vargas e professor emérito da Sorbonne.

¹⁰¹ Filósofo com mestrado e doutorado em antropologia, coordenador do programa de pós-graduação em antropologia social e pesquisador do Núcleo de e Estudos da Amazônia Indígena – NEAI.

¹⁰² Para maiores informações, ver: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/11/18/unicamp-ouve->

Embora as exposições dos especialistas convidados e as manifestações do movimento negro participante nas discussões empreendidas nas duas primeiras audiências públicas indicassem a cobrança das cotas étnicos raciais como a melhor alternativa de inclusão, a terceira e última audiência pública seguiu sem o mesmo tom consensual. Sob o tema “Cotas e ações afirmativas: O PAAIS, seus alcances e limites” a terceira audiência, realizada no dia 12 de dezembro, ao contrário das duas anteriores, não contou apenas com a participação de pesquisadores em temas circundantes às ações afirmativas e cotas étnico raciais. Para debater o tema proposto com João Feres Júnior¹⁰³ e com Amélia Artes¹⁰⁴, o terceiro evento expôs as defesas do PAAIS, realizada pelos professores da Unicamp Renato Pedrosa e Edmundo Capelas.

Desde a sua implementação, em 2004, o PAAIS tem sido defendido, explicado e discutido oficialmente pelos professores que passaram pelo cargo de coordenador executivos da Comvest. Contudo, apesar de possuir excelentes pesquisadores na área de políticas públicas, ciência política e sociologia e educação, a universidade elegeu dois físicos e um matemático para cuidar do seu programa de inclusão.

Construída sob o crivo cientificista europeu, parte da Unicamp ainda reproduz a crença moderna de que os números constituem o melhor caminho para a humanidade. Destarte, embora seja a provedora de títulos acadêmicos e também a que mais exige, a universidade se contradiz ou despreza a complexidade do tema que exige, no mínimo, profissionais especialistas e formados na área.

A terceira audiência pública da Unicamp foi iniciada com a exposição de Renato Pedrosa¹⁰⁵, seguida pela fala de Edmundo Capelas¹⁰⁶. A comunicação dos professores, que recuperou a história do PAAIS, mostrou-se superficial e repetitiva: foram expostos novamente diversos dados de relatórios escritos por eles próprios e publicados pela Unicamp, não dialogando com a literatura acerca do tema.

Embora o currículo Lattes e a pouca produção científica na área de inclusão social

[experiencias-das-federais-sobre-cotas](#). Acesso em 5 de novembro de 2017.

¹⁰³ Coordenador do GEMAA. Professor de Ciência Política da UERJ.

¹⁰⁴ Docente da Faculdade de Educação da USP.

¹⁰⁵ Foi coordenador de pesquisa, associado e geral da Comissão Permanente para Vestibulares entre os anos 2003-2011. Graduado em engenharia eletrônica, é mestre e doutor em matemática. Atua na grande área de Ciências Exatas e da Terra, além de Matemática. Segundo o seu currículo Lattes, em texto informado pelo próprio autor, Pedrosa “vem se dedicando recentemente ao estudo de políticas relacionadas à Educação Superior. Ver: <http://lattes.cnpq.br/4563026159258088>. Acesso em 25 de dezembro de 2017.

¹⁰⁶ Foi coordenador executivo da Comvest até o início de 2017. Graduado, mestre e doutor em física, possuindo “experiência na área de Física, com ênfase em Métodos Matemáticos da Física, Ver: <http://lattes.cnpq.br/1122232718000395>. Acesso em 25 de dezembro de 2017.

evidencie que os professores iniciaram seus estudos nesses âmbitos com o início da função demandada pela coordenação da Comvest, ambos reafirmaram o PAAIS como sendo a melhor opção se comparado às cotas¹⁰⁷, ignorando, à revelia do método acadêmico, as discussões empreendidas nas duas primeiras audiências públicas por especialistas na área.

A superficialidade com que o PAAIS era defendido também foi desvelada na mesma audiência, na comunicação do professor João Feres, coordenador do GEMAA, e as intervenções realizadas pelo NCN/FPC na segunda parte da assembleia, que rebateram e invalidavam diversos dados e gráficos apresentados pelos professores da Unicamp.

Na terceira, já prevemos as colocações em defesa do PAAIS, justamente porque elas são previsíveis e confluem com uma argumentação há muito rebatida. No fim, terminamos a audiência mostrando ao professor Edmundo, através do site da própria Comvest, que os dados que ele defendeu estavam errados. As audiências mostraram o quanto a argumentação em defesa do PAAIS é limitada. Quil. FPC.

No entanto, apesar do esforço para construir um diálogo com os docentes da universidade, culminado nas assembleias públicas, o posicionamento dos ex-coordenadores do PAAIS antecipou a postura dos docentes conselheiros que se negaram a ouvir até mesmo os seus pares, professores especialistas no tema. A ausência da grande maioria dos conselheiros da Unicamp nas assembleias públicas, registrada pelo NCN/FPC¹⁰⁸ e questionada pelo Frei David, militante da Educafro de São Paulo, desde a primeira assembleia¹⁰⁹, revelam o descaso com a discussão por aqueles que de fato podiam deliberar a respeito.

A audiência pública em si já é um ganho para a discussão sobre cotas, mas não ela não é um fim em si mesmo. Não acredito que as audiências modificarão a votação do CONSU, visto que apesar de termos feito uma ampla divulgação e termos contatado todos os componentes do conselho, tivemos uma participação ínfima dos integrantes. Rodri, FPC. Apesar da pouca adesão dos integrantes do CONSU, que serão os que decidirão sobre as cotas, as audiências são fatos políticos que ocorreram, ou seja, é inegável que o debate acerca das cotas aconteceu,

¹⁰⁷ O coordenador executivo da Comvest, desde o esboço do PAAIS até 2009, Leandro Tessler foi um dos maiores porta vozes e um grande defensor do programa. Bacharel, mestre e doutor em física com experiência “na área de Física, com ênfase em Física da Matéria Condensada, Tessler cita a sua atuação em ensino superior, mecanismos de acesso e ação afirmativa, apesar de não ter sido encontrada nenhuma contribuição relevante para a área. Ver: <http://lattes.cnpq.br/8439710263887822> e <https://sites.ifi.unicamp.br/tessler/>. Acesso em 25 de dezembro de 2017.

¹⁰⁸ Ver imagem 2.26.

¹⁰⁹ Na primeira audiência pública, Frei David perguntou ao público da assembleia quantos conselheiros do CONSU da Unicamp estavam presentes. Com o acréscimo do Reitor José Tadeu “mais dois aqui na mesa”, o Frei contabilizou oito dos setenta Conselheiros da universidade. Cf. Degrações da primeira Assembleia, linha 740 a 806. Ver imagem 2.25.

e isso pode ser usado como cobrança, no futuro. Isso não pode ser ignorado. Gu, FPC.

As audiências¹¹⁰ foram as primeiras assembleias da Unicamp com caráter público, ampla participação da sociedade civil e conquistada por movimentos estudantis. Esse acontecimento possibilitou novos modos de discutir, ou mesmo resolver questões importantes para toda a comunidade. A proposta dos eventos conflui com o trabalho do NCN/FPC, que procura um modelo mais democrático e dialogável: “os ganhos dessas discussões, processo e movimentação política engendrada pelos dois grupos, vão muito além de conseguirmos implantar cotas na Unicamp”. Bruno Ribeiro, NCN.

Por fim, embora todas as audiências públicas tenham sido registradas em relatórios e encaminhadas para todos os integrantes do CONSU, a repetição de argumentos já rebatidos e explicitados nos eventos ainda foi utilizada contra a adoção de cotas nos meses que se seguiram.

Por isso, percebendo que uma grande parte dos consulentes possivelmente continuaria a negar as cotas, desprezando todo o debate efetuado, a FPC e o NCN delinearam diversas estratégias a serem desenvolvidas depois das audiências. A criação da chapa para disputar a representação discente no CONSU foi uma das estratégias políticas encontrada pelos grupos. Das setenta cadeiras que compõem o Conselho Universitário, cinco delas são reservadas aos estudantes por meio de eleições que ocorrem concomitantes àquelas para a representação do DCE.

A “Chapa da Periferia” surgiu durante uma conversa sobre o acúmulo da greve entre o NCN, FPC e pessoas da moradia.

Decidimos formar uma chapa para a representação no CONSU, principalmente porque a votação é fechada e só tem direito às falas quem fizer parte do mesmo. Lançamos a chapa sem um centavo, mas contamos com o apoio de muitos colaboradores. Por fim, conseguimos em torno de 800 votos em um universo de dois mil e uma cadeira no CONSU. TR, NCN

A grande quantidade de votos na chapa da periferia, uma chapa inédita, apartidária e sem vinculações com o movimento estudantil tradicional, evidencia a aposta em um novo tipo

¹¹⁰ Ver mais em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/12/13/terceira-audiencia-publica-discute-politica-de-cotas-etnico-raciais>; <https://jornalistaslivres.org/2016/10/pos-greve-unicamp-tem-sua-primeira-audiencia-publica-sobre-cotas/>; <http://www.esquerdadiario.com.br/1%C2%AA-audiencia-publica-por-cotas-etnico-raciais-na-Unicamp-ocorrera-com-paralisacao-dos-estudantes>; <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/10/14/sociedade-debate-sistema-de-cotas-etnico-raciais>; <https://www.youtube.com/watch?v=veJ8u3DM-5k>; <https://www.youtube.com/watch?v=UeKsGJsQr7s>; e <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/12/13/terceira-audiencia-publica-discute-politica-de-cotas-etnico-raciais>. Acesso em 21 de dezembro de 2017.

de organização política. Embora uma das críticas endereçadas ao NCN/FPC, pelo movimento estudantil tradicional, aponte a burocratização como um problema dos grupos, o estudo e a reflexão empreendidos para entender a burocracia, que é *grosso modo* o estudo do funcionamento da universidade, contribuiu para ressignificar estratégias do fazer político universitário. A ocupação das cadeiras do CONSU, de modo legítimo e democrático, revela a estratégia dos grupos em utilizar de modo perspicaz as regras e normas em favor de conquistas.

A ocupação das cadeiras do CONSU não era utilizada. Ao observar as atas do CONSU de 2016, constatamos que as cadeiras destinadas aos discentes não foram efetivamente ocupadas. Quando a chapa bloco da periferia surgiu para disputar somente as cadeiras e não o DCE, como de praxe, o movimento estudantil finalmente se atentou à importância em ocupar essas cadeiras. Teófilo Reis, NCN.

Ainda inseguros quanto ao posicionamento enrijecido da alta cúpula da universidade, em 2017, os grupos lançaram uma campanha pró-cotas, intitulada “A Unicamp precisa falar sobre cotas”¹¹¹ empreendendo rodas de conversas, atividades artísticas, culturais e ampla divulgação nas mídias sociais, recebendo apoio de diversos movimentos sociais do Brasil, intelectuais e artistas¹¹². No dia 29 de maio, véspera da sessão do CONSU que votou a adesão das cotas, o NCN e a FPC organizaram um grande Festival Pró-Cotas que contou com apresentações artísticas e culturais e a participação da comunidade acadêmica e civil.

No dia 30 de maio, às cinco da manhã, militantes iniciavam a ocupação das ruelas do prédio onde ocorre os encontros do CONSU. Nas horas seguintes, a comunidade acadêmica somava com militantes vindos de todo o estado e secundaristas da cidade. Ao contrário do que é possível deduzir nas notícias sobre a decisão unânime do CONSU, a sessão se delongou em decorrência das divergências sobre a implementação das cotas.

Novamente, foram explanados os mesmos argumentos anteriormente rebatidos pela produção acadêmica do país e enaltecidos nas audiências públicas por especialistas da área, contudo, as réplicas não ressoaram apenas de parte de seus partícipes que contavam com representantes discentes da chapa da periferia e professores apoiadores. Acompanhando a votação por meio de um telão, a pequena multidão reunida intervinha sob gritos em uníssonos

¹¹¹ O título desta dissertação é uma adaptação do nome da campanha.

¹¹² Dentre os diversos artistas e figuras públicas, o ator diretor e ativista político norte-americano Danny Glover manifestou apoio à campanha por cotas por meio de sua página do Facebook “The access to a free, quality public education is a social right guaranteed by the Brazilian Constitution. The reduced presence of Black and Indigenous students make it necessary for there to be legitimate public policies that combat privileges and exclusions. So I support quotas at Unicamp, Brazil”. Cf. <https://www.facebook.com/DannyLGlover/posts/1908412775851672:0>. Acesso em 21 de dezembro de 2017.

que transpassavam as paredes, os andares e os guardas que impediam a entrada no prédio.

A sessão que aprovou cotas étnicos-raciais na Unicamp terminou de noite, por votação unânime dos consulentes, mas como resultado do ingresso de negros e pobres em universidades públicas de excelência.

GALERIA 2

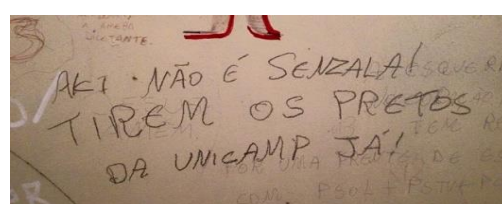


IMAGEM 2.1 – Preparo do primeiro Post Bomber. Publicado em 17 de novembro de 2014.

IMAGEM 2.2 – Foto: Juarez Tadeu de Paula Xavier.

Pichações com frases racistas foram escritas em um dos banheiros masculinos da Unesp de Bauru, contra as mulheres negras e contra o coordenador do núcleo negro da universidade. Publicado em 25/07/2015, <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/07/pichacoes-racistas-sao-encontradas-em-banheiro-da-unesp-em-bauru.html>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

IMAGEM 2.3 – 5 de fevereiro 2015. Moção de repúdio à expulsão dos 17 estudantes da Unesp de Araraquara.

IMAGEM 2.4 – Pichações racistas abril de 2016. <http://www.esquerdadiario.com.br/Mais-pichacoes-racistas-na-Unicamp>.

IMAGEM 2.5 – Pichação do símbolo da Ku Klux Klan no IFCH. Março de 2016 (Foto: Bruno Ribeiro).



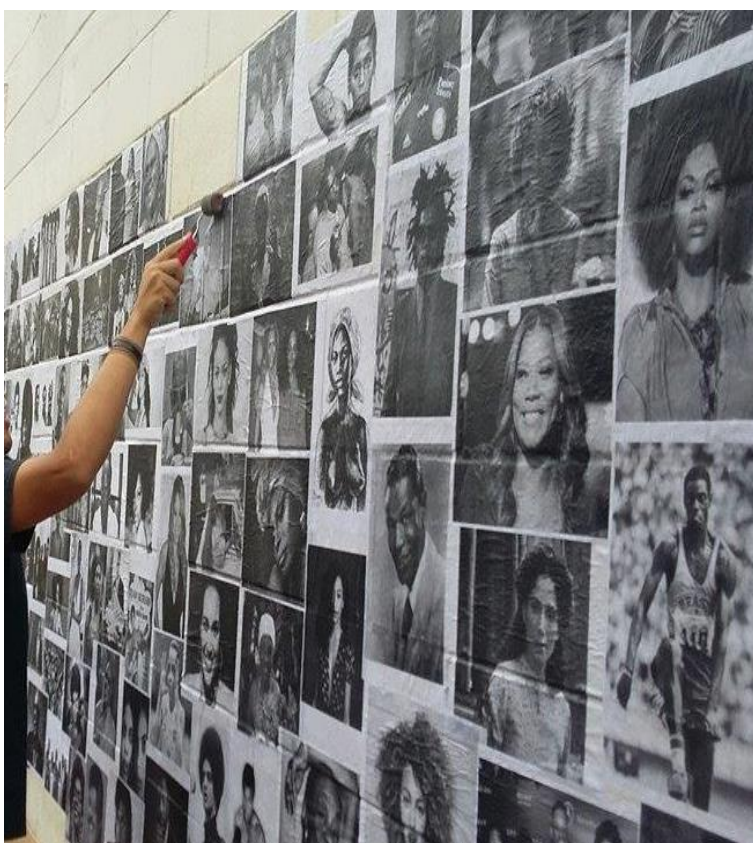


IMAGEM 2.6 - Protesto visual contra as pichações racistas no IFCH.

IMAGEM 2.7 – Militantes do NCN pousam em frente do painel, pôster bomber, homenagem à grandes personalidades negras. Abril de 2016.

IMAGEM 2.8 – Funcionários retiram o “pôster bomber” realizado em frente à reitoria. 14 de setembro 2016.

IMAGEM 2.9 – Publicado em 14 de setembro de 2016. Poster Bomber. Instituto de Geociência. https://www.facebook.com/pg/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/photos/?ref=page_internal. Acesso em 30 de janeiro de 2017.



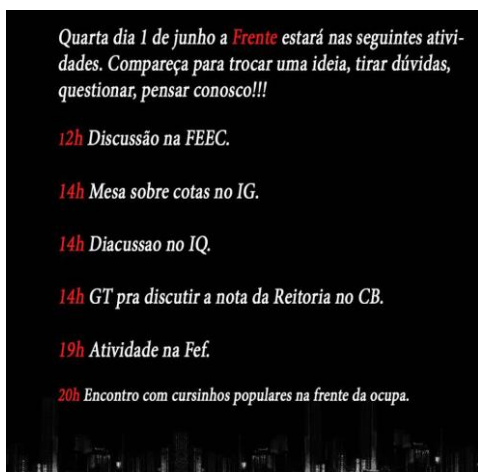


IMAGEM 2.10- Roda de Conversa sobre cotas nas engenharias.

IIIMAGEM 2.11 – Assembleia alunos mecatrônica.

IMAGEM 2.12 – Votação dos alunos da Faculdade de Engenharia de Alimentos.

IMAGEM 2.13 – Votação Instituto de Química.

IMAGEM 2.14 – Congregação da FE aprova cotas no processo seletivo da Pós-graduação.

IMAGEM 2.15 – Cartaz de divulgação dos eventos realizados durante a greve. 31 maio 2016.

IMAGEM 2.16 – Ato no IMECC.

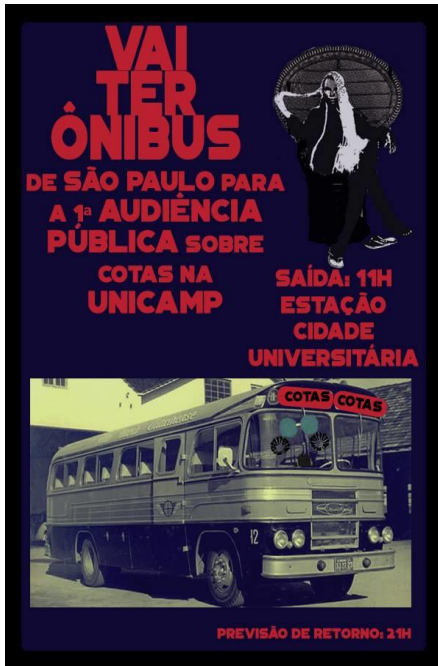
IMAGEM 2.17 – Ato unificado da Unicamp, junho 2016.

IMAGEM 2.18 – Ato unificado da Unicamp, junho 2016.

IMAGEM 2.19 - 25 de junho reunião de negociação reitoria e NCN/FPC.



Imagens disponíveis em https://www.facebook.com/pg/OcupaTudoUnicamp/photos/?ref=page_internal



Audiências Públicas

IMAGEM 2.20 - Divulgação de transporte saindo de São Paulo.

IMAGEM 2.21 - Mesa diretora da I Audiência.

IMAGEM 2.22 - I Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.23 - I Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.24 - Divulgação de transporte saindo do centro de Campinas.

IMAGEM 2.25 - Intervenção Frei David (Educafro).

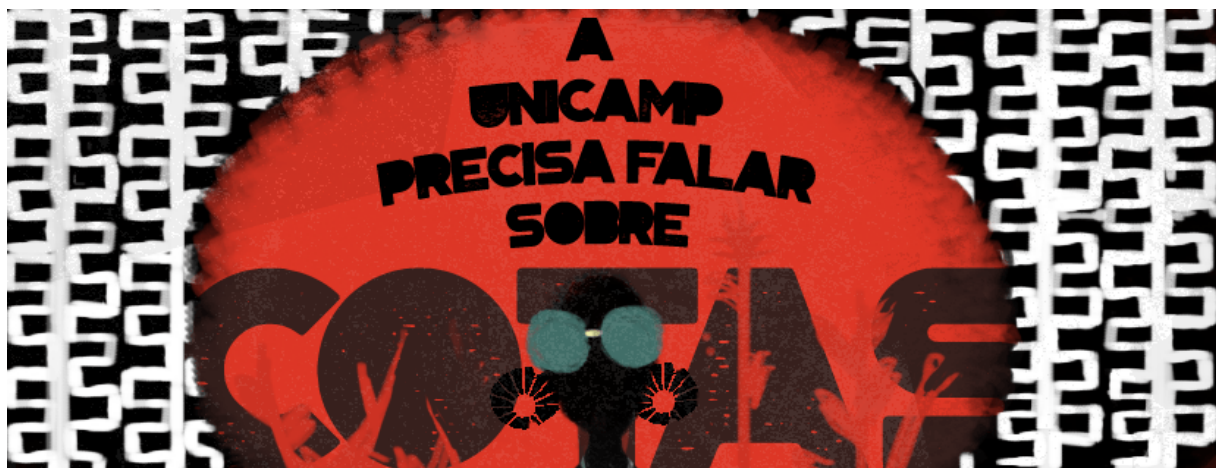
IMAGEM 2.26 - Cadeiras reservadas para os integrantes do CONSU.

IMAGEM 2.27 - Segunda Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.28 - Terceira Audiência Pública da Unicamp.

IMAGEM 2.29 - Campanha “A Unicamp precisa falar sobre cotas”.

Imagens disponíveis em:
https://www.facebook.com/pg/cotasnaunicamp/photos/?ref=page_internal. Acesso em 29.01.2018





Campanha “A Unicamp precisa falar sobre cotas”

IMAGEM 2.30 – NCN, Lázaro Ramos e Taís Araújo em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.31 – Leci Brandão em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.32 – Bruno Ribeiro e Mc Carol em apoio às cotas na Unicamp

IMAGEM 2.33 - Boaventura de Sousa Santos em apoio às cotas na Unicamp

IMAGEM 2.34 – Adriana Calcanhoto em apoio às cotas na Unicamp

IMAGEM 2.35 – Gregório Duduvier em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.36 – Dilma Rousseff em apoio às cotas na Unicamp.

IMAGEM 2.37 - Boaventura de Sousa Santos em apoio às cotas na Unicamp

Imagens disponíveis em:
<https://www.facebook.com/pg/cotasnaunica>



FESTIVAL/ATO
PELAS
COTAS

DIA 29
FESTIVAL

10h - Du Kiddy com participação de Aluísio Alberto
Local: Teatro de Arena

12h - Escola de Capoeira Angola Resistência - Núcleo Moradia e FE/Unicamp
Local: Saguão do PB

14h - Mesa: Desafios para além das cotas: racismo institucional na Universidade
Local: Auditório da Adunicamp

16h - Urucungos, Puitas Quijengos: roda de conversa e samba de bumbo

18h - Preta Para
Local: Teatro de Arena

20h - Mc Linn da Quebrada
Local: Teatro de Arena

DIA 30
ATO PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS COTAS NA UNICAMP

7h - Concentração para o ato
Local: em frente a reitoria

9h - INÍCIO DA VOTAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO



BAPH O!



Festival/ Ato pela Cotas

IMAGEM 2.38 – Festival Pró-Cotas. Encontro de gerações da militância negra da Unicamp.

IMAGEM 2.39 – Mesa de debate.

IMAGEM 2.40 – Mesa de debate.

IMAGEM 2.41 – Apresentação musical.

IMAGEM 2.42 – Cartaz de divulgação.



Imagens disponíveis em:
https://www.facebook.com/pg/cotasnaunicamp/photos/?ref=page_internal. Acesso em 29 de janeiro de 2018.





Votação CONSU 30 de maio

IMAGEM 2.43 - Sala do CONSU, Reitoria Unicamp.

IMAGEM 2.44 – Alunos acompanham a votação do CONSU em frente do local de reunião, transmitida ao vivo pela TV Unicamp.



IMAGEM 2.45 – Estudantes militantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.46– Diante de encaminhamentos pouco favoráveis, estudantes refletem a situação.

IMAGEM 2.47– Estudantes aguardam os tramites da votação acompanhando os argumentos favoráveis e contrários às cotas.





IMAGEM 2.48– Concentração de alunos nas proximidades da reitoria esperando o início do CONSU.

IMAGEM 2.49– Militantes da Educafro chegando à Reitoria da Unicamp.

IMAGEM 2.50 – Estudantes militantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.51 – Público retorna do almoço para a Reitoria.

IMAGEM 2.52 – Público a favor das cotas preocupado em um dos momentos em que a discussão do CONSU defendia o cancelamento da votação de cotas.





IMAGEM 2.53 – Militantes do NCN e FPC tentam fazer coro para protestar sobre posicionamento de alguns conselheiros contrários às cotas.

IMAGEM 2.54 – Manifestantes acompanham a votação.

IMAGEM 2.55 – Público comemora as intervenções dos militantes do NCN e FPC que ocupavam 3 cadeiras de conselheiros, destinados à representação discente

IMAGEM 2.56 – Várias gerações do NCN e FPC reunidos com alguns militantes apoiadores em comemoração à aprovação das cotas.

IMAGEM 2.57 – Várias gerações de militantes do NCN comemoram

IMAGEM 2.58 – Corredor para os conselheiros saírem do prédio.

IMAGEM 2.59 – Militante do NCN comemoram a aprovação.

IMAGEM 2.60 – Militantes da FPC comemoram.

IMAGEM 2.61– A FFPC e o NCN comemoram a aprovação.

Fotos:

<https://www.facebook.com/oirafaelkenedy?fref=mentions>

Disponível em:

https://www.facebook.com/pg/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/photos/?tab=album&album_id=765071630333497 Acesso em 30 de janeiro de 2018.





Considerações finais

As Ações Afirmativas surgiram como políticas de inclusão indicadas aos países com histórico de discriminação e desigualdade social e étnico-racial. Delineadas na Índia¹¹³ e implantadas a partir de 1948, a política presente principalmente nas universidades seletivas, tornou-se popular a partir da década de 60 quando adotada pelos Estados Unidos.¹¹⁴

Mesmo com uma história marcada pela escravidão, sendo o último país da América a abolir a prática, no Brasil a política pública foi tardiamente adotada somente a partir de 2003, sendo legalizada em âmbito federal em 2012. O período de 2003 a 2012, no Brasil, além da implantação das cotas raciais em universidades públicas, a oferta de vagas na graduação dos Institutos Federais de Ensino Superior aumentou aproximadamente 111%¹¹⁵. Pela primeira vez na história do país, ainda que tímida comparado à percentagem total de autodeclarados negros, a inclusão de estudantes negros e de baixa renda foi sentida no ensino superior.

Na contramão das universidades públicas, as duas maiores universidades do estado mais rico da federação brasileira, Unicamp e USP, delinearam programas de ação afirmativa próprios, em detrimento das cotas. Contudo, mesmo com uma baixa inclusão, as duas universidades ainda insistiram nos programas de ações afirmativas por mais de uma década.

No dia 30 de maio de 2017, depois de treze anos recusando ações afirmativas com recortes raciais, a Unicamp finalmente aprova a adoção de cotas étnicos-raciais para os cursos

¹¹³ O primeiro país a adotar a ação afirmativa foi a Índia. Segundo a literatura, o conceito foi esboçado em 1919 pelo jurista, economista e historiador indiano Bhimrao Ramji Ambedkar, que apresentou a proposta de ‘representação diferenciada’ dos segmentos populacionais designados e considerados como inferiores” (WEDDERBURN, 2005, p. 308).

¹¹⁴ Os Estados Unidos viveram um intenso e conflituoso sistema escravocrata, iniciado nos primórdios do século XVII e findado em 1863 com a *Emancipation Proclamation*, expedida pelo presidente Abraham Lincoln. A ex-colônia britânica enraizou uma cultura racista de base institucional ao tornar-se um Estado de direito que justificou legalmente a desigualdade dos indivíduos por meio de fenótipos. Consequentemente, mesmo após o estabelecimento da igualdade civil, a recusa por parte da população branca em reconhecer os direitos dos negros alforriados contribuiu para a disseminação do racismo e impediu o exercício de igualdade (GUIMARÃES, 1999).

¹¹⁵ Nas últimas décadas houve uma grande expansão do sistema de ensino da educação básica. Posteriormente, também observamos a expansão da oferta do ensino superior, principalmente o privado, que corresponde a 87,7% das instituições de educação superior (Ver em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-08/ritmo-de-crescimento-no-numero-de-matriculas-no-ensino-superior-diminui-em>. Acesso em 4 de outubro de 2017). Além disso, durante os primeiros mandatos dos governos petistas, houve um investimento inédito na inclusão do ensino superior, apontadas em três eixos: “a) programas de bolsas para jovens de classes populares no setor privado; b) aumento da oferta de crédito educativo; c) expansão de vagas nas IFES (Instituições federais de Ensino Superior e d) adoção de medidas de ações afirmativas no acesso, como cotas para estudantes de escolas públicas, negros e indígena, e de permanência, por meio de programas de assistência estudantil” (NASCIMENTO, 2009, p. 28). Ver mais em: *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012* http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192 e http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em 25 de novembro de 2017.

de graduação. Embora alguns veículos midiáticos tenham atribuído a resolução à reitoria e ao CONSU¹¹⁶, a mudança no posicionamento da universidade aconteceu mediante uma mobilização pró-cotas, encabeçada por dois grupos de estudantes militantes, NCN e FPC.

A universidade, sendo o espaço por excelência da construção do conhecimento, é antes de tudo, o lugar de debater ideias, argumentar e pensar. Desde os goliardos, a universidade forma a classe que, por ser pensante, diverge em ideias e por isso é espaço para amadurecimento coletivo de reflexões. Quando elas confluem, a universidade também se torna um espaço de organização que engendra, dentre outras coisas, movimentos militantes.

Contudo, embora a mudança de posicionamento da universidade por causa de movimentações políticas e estudantis não seja novidade, a aprovação do princípio de cotas na Unicamp revelou questões acerca do seu caráter elitista e racista. Portanto, a trajetória de conquista das cotas desvela que a empatia é uma chave para modificações societárias e o intelectual, ou mero acadêmico, ainda que avance contra sua própria classe, não está lutando pelos seus iguais. Podem chamar a empregada doméstica de secretária do lar, amar a escola pública e matricular os filhos em colégios renomados ou alternativos-construtivistas. Pode se reconhecer privilégios, porque é coerente e sensato, mas poucas vezes eu vi gente dessa casta estar disposta a perdê-los.

Segundo Sartre (1994), o intelectual ao pertencer faticamente à classe privilegiada e dominante, ao ir contra os particularismos em busca do universal, trai aos seus iguais. Por isso “o intelectual deve exercer uma autocrítica e se conformar que sempre será pequeno burguês mesmo estando ao lado dos trabalhadores” (SARTRE, 1994, p. 47)¹¹⁷. Entretanto, Sartre não previu que o proletariado poderia ser o intelectual. O que acontece quando é dada oportunidade à classe operária em se defender, sem precisar do intermédio do burguês intelectual, com suas crises éticas e barrigas cheias?

A atuação do NCN e da FPC é tão especial porque nos ensina sobre empatia. A Unicamp precisou que jovens negros e pobres ingressassem nesse espaço historicamente branco e elitista para, finalmente, pensar sobre o seu racismo.

¹¹⁶ Um exemplo: “A proposta partiu da reitoria e foi aprovada em reunião do Conselho Universitário, órgão máximo da instituição”. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2017/06/01/unicamp-aprova-cotas-para-o-vestibular-de-2019> <https://www.brasil247.com/pt/247/sp247/298856/Unicamp-aprova-cotas-para-o-vestibular-de-2019.htm>. Acesso em 27 de julho de 2017.

¹¹⁷ Segundo Sartre, caberia ao intelectual de elite, munido de ferramentas, defender um ideal universal de justiça, em prol de classes desfavorecidas, porque estas “enquanto tais, não produzem intelectuais, pois é justamente a acumulação do capital que permite às classes dominantes criar e fazer crescer um capital técnico” (SARTRE, 1994, p. 43).

Se entendemos que a conquista de cotas ocorreu da modificação do perfil dos seu alunado, é possível que a democratização da Unicamp tenha ocorrido no período do PAAIS, o que poderia atestar alguma eficácia ao programa. No entanto, a trajetória escolar anterior à universidade dos estudantes pesquisados e as diferenças de renda familiar dos grupos quando divididos por faixa etária, mostram que o ingresso de alunos, antes excluídos, em universidades de excelência, ocorreu porque as ações afirmativas são eficientes em diversos âmbitos que ultrapassam a adição de pontos ou posição da lista de espera no vestibular.

Desde o início da implementação de cotas raciais em universidades brasileiras, as discussões sobre os temas circundantes às ações afirmativas foram de extrema relevância para deflagrar debates necessários e esquecidos. No plano efetivo, no que diz respeito ao tema desta pesquisa, houve aumento de cursinhos pré-vestibulares populares e o envolvimento dos alunos do PAAIS com projetos de extensão direcionados à população educacionalmente desassistida. Apesar de compartilhar de muitas críticas à universidade, a principal delas é a resistência senil ao diferente e à autocrítica. É inegável que a democratização da universidade também significou ultrapassar os seus muros.

O advento, no espaço *sui generis* do conhecimento, reverberou e reverbera modificações que transcendem dados estatísticos, melhora no modo de se fazer pesquisa, militância e reivindicações, delineando disputas políticas e epistemológicas como nunca antes travadas no espaço universitário.

Do ponto de vista meritocrático, defendido e incentivado por muitos na Unicamp, cinicamente apregoado pela classe média brasileira e apoiado por intelectuais liberais renomados, a pluralidade forjada pela democratização da Unicamp reafirmou o seu caráter acadêmico: nos últimos dois anos esta universidade foi indicada como a melhor da América Latina, segundo avaliação da *Times Higher Education (THE)*.¹¹⁸

O NCN e a FPC não convenceram a Unicamp a falar sobre cotas por ser ela submissa ou burra, mas por que incluir significa dar chance de existência à toda genialidade que possa existir. A Unicamp falou sobre cotas porque continua alicerçada pela ciência e pela filosofia e porque um grupo de alunos, mediante a uma estratégia que prioriza o diálogo, obrigou-a a refletir sobre cotas com a seriedade acadêmica e científica que tanto apregoa.

¹¹⁸ Cf. <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/07/18/pelo-segundo-ano-unicamp-e-apontada-como-melhor-da-america-latina>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

A universidade comprova que se tornou mais reflexiva, humana e produtiva porque continua sendo um espaço para o debate de ideias. Contudo, ideias cada vez mais antagônicas e debates cada vez mais ricos.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza*. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 24, p. 75-116, agosto 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de janeiro 2018.
- ALVES, J.A. Lindgren. *A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos*. Rev. bras. polít. int. [online]. vol.45, n.2, pp.198-223, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 de setembro de 2016.
- APPLE, Michael W. *Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 16, p. 61-67, Apr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de outubro 2017.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Cota Racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?* In Cadernos de Pesquisa, volume 34, janeiro – abril de 2004, p. 213-239.
- BAYMA, Fátima. *Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas*. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Jan. 2018.
- BELL, D. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo. Cultrix. 1974.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e perspectiva negra*. Soc. estado. Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 dezembro de 2017.
- BRASIL, Presidência (1995- : F. H. Cardoso). Programa Nacional de Direitos Humanos/ Fernando Henrique Cardoso. - Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

- BRITO, Álvaro Francisco; FERES, Nazir. *A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos*. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e Opções dos Homens de Cultura na Sociedade Contemporânea*. São Paulo, Unesp, 1997.
- BOTO, Carlota. “A Pedagogia sob o Signo da Política: Gramsci-educador”, in Didática. São Paulo, volume 31, 1996, pp. 21-7.
- KERR, Clark. *Os Usos da Universidade*. Tradução de Débora Cândida Dias Soares. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1982.
- CARPANETTI, Renata Ragazzo. *A moradia vive! História da Moradia Estudantil da Unicamp (1985-2001)*. Campinas, SP, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- CASTILHO, Fausto. *Entrevista concedida por Fausto Castilho*. Jan./jun. 2013. Uberlândia: Educação e Filosofia Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 17-72.
- CATINI, Carolina, MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti *ESCOLAS DE LUTA, EDUCAÇÃO POLÍTICA*. Educ. Soc., Dez 2016, vol.37, no.137, p.1177-1202.
- DAFLON, Verônica Toste; FERES J. João. *Ação afirmativa na revista Veja: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público*. Revista Compolitica, v. 2, p. 66-91, 2012.
- DAFLON, Verônica Toste; FERES J. João; CAMPOS, Luiz Augusto. *Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma*. Revista de Ciências Humanas (Viçosa), v. 2, p. 399-414, 2012.
- _____. *Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, p. 302-327, 2013.
- _____. *Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais*. Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso), p. 7-31, 2013.
- DARITY, William; DESHPANDE, Ashwini; WEISSKOPF, Thomas. *Who is eligible? Should affirmative action be group-or class-based?* American Journal of Economics and Sociology, v. 70, n. 1, p. 238-268, 2011.
- FERES J., João. *Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade*. Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo, v. 21, n. 61, p. 163-176, June 2006.
- Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 de junho de 2016.

_____. *Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, v. 29, p. 63-84, 2007.

_____. *Ação Afirmativa: Política Pública e Opinião*. Sinais Sociais, v. 3, p. 38-77, 2008.

FERES J, João; ZONINSEIN, Jonas. “A consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro”. In: *Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FERES J., João; CAMPOS, Luiz Augusto. *Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública*. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), 2013, v. 21, p. 85-99.

DIAS, Sonia Maria Barbosa. *Desafios para a permanência no ensino superior: um estudo a partir da experiência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)*. 2017. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DINI, Nádia Pinheiro et al. *Renda familiar e mercado de trabalho: um balanço da década*. São Paulo. Perspec., São Paulo, v. 13, n. 4, p. 153-166, Dec. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Julho de 2017.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro, RJ; Record, 2000.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo; Global, 2004.

FRY, Peter. *O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a "política racial" no Brasil*. In: Revista USP, Brasil, n. 28, p. 122-135, mar. 1996. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28369>>. Acesso em: 11 maio. 2016.

FRANCO, Maria Aparecida Civiatta; BAETA, Anna Maria B. Quinze Anos de Vestibular (1968 a 1983). *Apresentação*. Educação e Seleção, São Paulo, n. 12, jul./dez. 1985. Fundação Chagas. Disponível em

<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/edusel/article/view/2591>. Acesso 12 de outubro de 2017

VENTURINI, Anna Carolina e FERES JR, João. *Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP*. Textos para discussão GEMAA, n. 11, 2016, pp. 1-24.

GUIMARÃES, Luis Carlos Rocha; PIOVESAN, Flávia. *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*. 1998. Disponível em:

http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/documentos-tecnicos/convencao_sobre_a_elimizacao_de_todas_as_formas_de_discriminacao_racial.pdf.

Acesso em: 4 de jul. 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Algreto. *Novas inflexões ideológicas no estudo do racismo no brasil*. In: ZONINSEIN, Jonas. FERES JR. João. Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro (orgs.). Belo horizonte: editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

_____. *Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos*. In: Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, fev. 1999. v. 14, n. 39, p. 103-115. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2016.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. *Intelectuais negros e formas de integração nacional*. Estud. av., São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2017.

GHIRALDELLI, Paulo. *John Rawls: Liberalismo igualitário sem metafísica*. Revista Redescrições – Revista on line do GT de Pragmatismo Ano 3, Número 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/112>. Acesso em: 29 de jul. 2016.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco. *Guerra, Revolução Industrial e Desenvolvimento Tecnocientífico*. Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares, Rio de Janeiro, n. 26, nov. 2012. ISSN 2316-4891. Disponível em:

<<http://portal.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/167/200>>.

Acesso em: 20 Set. 2017.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016. Acesso em 13 de outubro de 2017.

SOARES, Claudete Gomes. *A Radicalização da democracia e a questão racial no projeto político do PT na década de 1990*. Perseu, Nº 6, Ano 5, 2011. Acesso em 15 de julho de 2017.

HERNANDEZ, Tania Kateri. *An exploration of the efficacy of class-based approaches to racial justice: the cuban context*. U.C. Davis Law Review. University of California at Davis, v. 33, n. 4. 135-1.171, summer 2000. Acesso em 30 de junho de 2016.

- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: Visita a História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOCHSCHILD, Adan. *O fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. Tradução Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- JACCOUD, Luciana; THEODORO, Mário. *Raça e Educação: os limites das políticas universalistas*. In: AUGUSTO, Sales (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- KLEINKE, Maurício U. *O Vestibular Unicamp e a Inclusão Social: Experiências e Perspectivas*. Texto preparado para a mesa redonda “Vestibular, como é hoje e perspectivas futuras” no I Workshop de Cursos Pré-Vestibulares da UNESP, realizada no dia 4 de outubro de 2006, em Araraquara, SP.
- MARTINS, André Ricardo Nunes. *Racismo e Imprensa: argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. *Ação Afirmativa no Brasil: um debate em curso*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. *A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras*. *Estud. av.*, São Paulo, abr. 2004. v. 18, n. 50, p. 67-80. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>. Acesso em 24 de fevereiro de 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto ao Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Vitória, 1948.
- MATEUS, Elizabeth do Nascimento. *A proteção internacional contra a discriminação racial*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 84, jan 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8856. Acesso em 22 de março de 2016.
- MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: História e debates no Brasil*. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, Nov. 2002. n. 117, p. 197-217. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 de Janeiro de 2016.
- _____. *Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial*. In: *Educ. Soc.*, Campinas, Oct. 2004. v. 25, n. 88, p. 757-776. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101

73302004000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 de julho de 2016.

_____. *As políticas de diversidade na educação no governo Lula*. Cad. Pesqui., São Paulo, Aug. 2009. v. 39, n. 137, p. 461-487. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-

[15742009000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 14 de janeiro de 2016.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. *Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos*. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 277-291, June 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

[44782010000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 de dezembro de 2017.

MAINARDES, Jefferson. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-

69, Apr. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

[73302006000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de março de 2016.

MINTO, Lalo Watanabe. *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

NASCIMENTO, Érika Peçanha. *“Literatura Marginal”: os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Eduardo. *Jovens e educação superior: as aspirações de estudantes de cursos pré-vestibulares populares*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009.

NORÕES, Katia Cristina. *Cotas raciais ou sociais? Trajetória, percalços e conquistas na implementação de Ações Afirmativas no ensino superior público – 2001 a 2010*. Dissertação Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 2011.

OLIVEIRA, Terezinha. *Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional*. Varia hist., Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, June 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

[87752007000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 3 de maio 2016.

PAIXÃO, Marcelo. *A Santa Aliança. Estudo sobre o consenso crítico às políticas de promoção da equidade racial no Brasil*. In: ZONINSEIN, Jonas. FERES JR. João. *Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro* (orgs.). Ação Afirmativa no ensino superior

- brasileiro. Belo horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.
- PETINELLI, Viviane. *As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p. 228-250.
- PIOVESAN, Flávia. *Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- PINHO, Alceu G. de. *Reflexões sobre o papel do concurso vestibular para as universidades públicas*. Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.42, pp.353-362. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso e 7 de outubro de 2017.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Introdução e tradução Vamireh Chacon. Brasília, DF. Editora da UnB, 1981.
- ROBAINA, Tomás Fernández. *A Luta contra a Discriminação Racial em Cuba e as Ações Afirmativas: convite à reflexão e ao debate*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- RIBEIRO, Renato Janini. *O cientista e o intelectual*. In. NOVAES, Adauto (org.). *O Silêncio dos Intelectuais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- RINGER, Fritz K. *O Declínio dos Mandarins Alemães: A comunidade Acadêmica alemã, 1890 – 1933*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- SANTOS, Augusto Sales. *Introdução*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- SANTOS, Renato Emerson. *A Difusão do Ideário Anti-Racista nos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em Defesa dos Intelectuais*. São Paulo, Ática, 1994.
- SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). *Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular*. In: Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 27-51. Disponível em <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-03.pdf>. Acesso em 30 de

novembro de 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política*. Cad. CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Aug. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Agosto de 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. *A Qualidade no Espaço Universitário: Conceitos, Modelos e Situação Atual*. Trabalho preparado para o I Congresso internacional “Qualidade e Excelência na Educação”, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 25 a 29 de outubro de 1993.

Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/gamaf.htm>. Acesso em 4 de novembro de 2017.

_____. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Tradução de Sérgio Bath e Oswaldo Biato. Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>. Acesso em 4 de novembro de 2017.

_____. *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. Miséria da ideologia. 141 p. Disponível em <http://books.scielo.org/id/mny2p/pdf/schwartzman-9788599662502.pdf>. Acesso em 4 de novembro de 2017.

SECCHI, Leonardo. *Formação da Agenda: método de PolicyAdvocacy para ensino de Políticas Públicas*. Administração Pública e Gestão Social, 4 set. 2012. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/55>>. Acesso em 30 de junho de 2016.

SILVA, Tatiana Dias. *O estatuto da Igualdade Racial*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Texto para Discussão, 1712. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1712.pdf. Acesso em 15 de abril de 2016.

SILVA, Alberto Carvalho da. *Alguns problemas do nosso ensino superior*. Estud. av.[online]. 2001, vol.15, n.42, pp.269-293. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, agosto de 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de dezembro de 2016.

- _____. *Universidade: a idéia e a história*. Estud. av., São Paulo, v. 20, n. 56, p. 191-202, Apr. 2006. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de setembro de 2015. SILVA, Graziella Moraes Dias da. *Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul*. Tempo soc., São Paulo, v. 18, n. 2, p. 131-165. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- SOUZA, Fabiana Mendes de. *Anônimos e Invisíveis: Os alunos negros na UNICAMP*. Dissertação (mestrado). 2006. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. *O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. Belém, Dec. 2012, v. 7, n.3, p. 745-760. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 de junho de 2016.
- STERBA, James P. *Affirmative Action for the future*. London: Cornell University Press, 2009.
- TESSLER, Leandro. *Ação afirmativa sem cotas: O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp*. Texto preparado para a mesa redonda “Experiências brasileiras: construção de alternativas II”. Simpósio Universidade e Inclusão Social – Experiência e Imaginação, Universidade Federal de Minas Gerais, 22 a 24 de novembro de 2006. Disponível em http://www.usp.br/iri/documentos/acoes_afirmativas_unicamp2.pdf. Acesso em 16 de agosto de 2016.
- TESSLER, Leandro; PEDROSA, Renato. *PAAIS: A Experiência De Um Programa De Ação Afirmativa Na Unicamp*. Revista Movimento em Debate (publicação da Adunicamp), Ano 1 – nº 2, de dezembro/2008.
- VENTURINI, Anna Carolina; FERES JR, João. *Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP*. Textos para discussão GEMAA, n. 11, 2016, pp. 1-24.
- VIEIRA JR. Ronaldo Jorge. *Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra*. *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. In: SANTOS, Sales Augusto

(org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

VITA, Álvaro. *Liberalismo igualitário*. Lua Nova nº 55-56, 2002. p. 6-27. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a01n5556.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2016.

ZAGO, Nadir. *Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2016.

ZEGARRA, Mônica Carrillo. *Ações Afirmativas e Afro-Descendentes na América Latina: análise de discursos, contra-discursos e estratégias*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

WEBER, Max. *Os letrados chineses*. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. Max Weber. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEDDERBURN, Carlos Moore. *Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa*. *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. In: SANTOS, Sales Augusto (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

WEISSKOPF, Thomas E. *A experiência da Índia com a ação afirmativa na seleção para o ensino superior*. In: ZONINSEIN, Jonas. FERES JR. João. *Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro* (orgs.). *Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

ANEXO

Antigos e atuais integrantes dos coletivos Frente Pró-Cotas da Unicamp e Núcleo de Consciência Negra da Unicamp¹¹⁹

Frente Pró-Cotas	
Componente	Curso/Ocupação
Maurício Gabriel dos Santos Nascimento	Letras
Mariana Santos de Assis	Linguística
Jéssica Milaré	Matemática
Gustavo Reis de Araujo	Ciências Sociais
Giorgia Carolina Nascimento	Ciências Sociais
Maíra Cavalcanti Vale	Antropologia
Rodrigo Bulamah	Antropologia
Rodrigo Ribeiro	Antropologia
Mariana Pimentel	Ciências Sociais
Thainá Mesquita	Ciências Sociais
João Pedro Mendonça (Portuga)	Ciências Sociais
Márcia Nóbrega	Antropologia
Anderson Esleie	Sociologia
Carolina Bonomi M. Guerra	Ciência Política
Aquiles Coelho Silva	Economia
Ianca Almeida	Ciências Sociais
Anna Cláudia Sales Varani	Ciência Sociais
Rogério Favaro dos Santos	Economia
Silvio Rogério dos Santos	Ciências Sociais
Gabriela Nascimento	Letras
Teófilo Reis	Sociologia/funcionário da Unicamp
Mariel Nakane	Economia
Bruna Rossetti	Antropologia
Kátia Norões	Educação
Maria Luiza Fernandes (Malu)	Ciências Sociais
Lygia Pereira	Midialogia
Sara Vieira	Antropologia
Rafahel Parintins	Linguística
Adriano Góis	Ciências Sociais
Ingrid Corsi	Ciências Sociais

¹¹⁹ Tal relação de nomes foi construída com o auxílio do ex-integrante da Frente Pró-Cotas e do Núcleo de Consciência Negra, Gustavo Reis de Araújo, cuja militância em ambos os grupos se deu em um período específico, reiterando que possa ter se esquecido do nome de algum(ns) integrante(s) dos coletivos. Contudo, o intuito aqui é louvar a participação das dezenas de pessoas que construíram e/ou constroem esses coletivos e também valorizar a força das construções coletivas produzidas por uma gama de pessoas que se reuniram em torno de um objetivo comum: a luta pela aprovação dos cotas étnico-raciais na Graduação e em alguns programas de Pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas.

Bruno Botelho Costa	Educação
José Victor	Filosofia
Du Kiddy	Música

Núcleo de Consciência Negra	
Componente	Curso/Ocupação
Giorgia Carolina do Nascimento	Ciências Sociais
Carolina Pinho	Educação
Mariana Santos de Assis	Linguística
Maurício Gabriel dos Santos Nascimento	Letras
Cauê Pastrello	Ciências Sociais
Graciete Mary Santos	Engenharia
Natália Carmo Reis	Professora de Educação Infantil
Silvio Rogério dos Santos	Ciências Sociais
Rafael Abdalla	Enfermagem
Mariana Pimentel	Ciências Sociais
Thainá Mesquita	Ciências Sociais
João Pedro Mendonça (Portuga)	Ciências Sociais
Ianca Almeida	Ciências Sociais
Anna Cláudia Sales Varani	Ciência Sociais
Gabriela Nascimento	Letras
Teófilo Reis	Sociologia/funcionário da Unicamp
Adriano Góis	Ciências Sociais
José Victor	Filosofia
Beatriz Regina	Educação
Kyo Dias	Dança
Taína Aparecida Silva Santos	História
Du Kiddy	Música
Milena Oliveira	Demografia
Helen Aguiar	Artes Visuais
Alexandra Ramos	Ciência Sociais
Jordana Barbosa	Antropologia